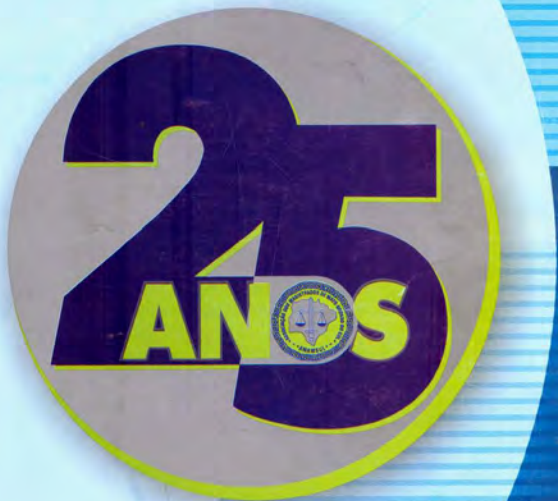


Revista da Amamsul - Edição Especial

1º de Julho de 1978

1º de Julho de 2003

Amamsul



**Sempre valorizando
o Magistrado.**

CRONOLOGIA

CRIAÇÃO

Nos dias 1º e 2 de julho de 1978, reunidos no fórum de Coxim, 25 juizes do Sul do Mato Grosso criam a Amamsul. Aquisição de 30 lotes de terreno para a construção da sede social.

1979

Eleita a primeira diretoria da Amamsul. Presidente: juiz Rêmolo Letteriello. Envia à Assembléia Constituinte relevantes subsídios à Constituição Estadual.

1980

O VII Congresso Brasileiro de Magistrados é realizado em Campo Grande. Os primeiros Encontros Regionais de Magistrados de MS são realizados em Ponta Porã e Campo Grande.

1981

É eleita a segunda diretoria da Amamsul, tendo como presidente o Des. Leão Neto do Carmo. A Associação adquire mais sete lotes de terreno no Jd. Motevidéu para ampliação da sede.

1982

A Amamsul recebe em doação, do Dr. Álvaro Fontoura da Silva, uma área de 10.261 m², em Coxim, à beira do Rio Taquari, onde hoje está construído o pesqueiro da entidade.



1985

O Des. José Rizkallah assume a presidência para o biênio 1985-86. Cria a Escola Superior da Magistratura (Esmagis), acatada pelo Tribunal de Justiça, implantando-a e fazendo-a funcionar.

1984

O juiz Rubens Bergonzi Bossay assume a presidência da Amamsul, devido à renúncia de Aleixo Paraguassú face sua nomeação para o cargo de Secretário de Estado da Segurança.

1983

O juiz Aleixo Paraguassú Netto é eleito presidente da Amamsul. A secretaria administrativa da Associação instala-se no 7º andar do Forum. Encontro Regional de Magistrados é realizado em Dourados e o Encontro Estadual em Campo Grande.

1986

Construção da sede social em Campo Grande, deixando-a na fase de acabamento. Construção da quadra de tênis e a poliesportiva.

1987

O biênio 1987-88 teve como presidente o juiz José Goulart Quirino. Atuou intensamente na mesa da Comissão de sistematização da Assembléia Constituinte. Em 05 de agosto é realizada nova eleição face à renúncia da Diretoria. O juiz João Maria Lós, eleito, assume a presidência em outubro de 1987.

1988

Reiniciadas as obras da sede social. Início da construção do pesqueiro de Coxim. O Encontro Anual da Magistratura pela primeira vez é realizado na nova sede social de Campo Grande. É criado o DAMEH, sendo seu primeiro diretor o Des. José Augusto de Souza.

1989

Presidente do Biênio 1989-90 Des. José Augusto de Souza. Construção da sauna e a ampliação do hotel de trânsito. Realiza vários Encontros Interestaduais de Magistrados. É realizado em Campo Grande Encontro de Presidentes de Associações de Magistrados.

1990

A Amamsul promove o III Encontro Nacional dos Diretores de Escolas de Magistratura. A Associação nomeia Comissão de Magistrados para acompanhar os trabalhos da Assembléia Estadual Constituinte.

AMAMSUL

2000

Reforma do salão social e instalação de ar condicionado central. A Amamsul, em parceria com a Esmagis e o Instituto de Perícias Científicas, cria o projeto social "Associação Alicece Nova Lima" para retirar meninos carentes das ruas.

2001

Presidente: Juiz Luiz Gonzaga Mendes Marques. São realizados Encontros Regionais de Magistrados em Três Lagoas e em Bonito. O Campeonato de Futebol dos Magistrados do Centro-Oeste é realizado na Amamsul.

2002

Terminada a ampliação do Salão Social, com mais 511 m² de área construída. Construído no pesqueiro de Coxim um barracão com duas churrasqueiras e cozinha.

2003

Presidente: Juiz Marco André Nogueira Hanson. As comemorações pelos 25 anos de criação da Amamsul são realizadas no dia primeiro de julho, com **horas extras** aos ex-presidentes.

1999

Presidente: Juiz Francisco Gerardo de Souza. Aquisição de terreno ao lado da sede de Campo Grande, com área de 2.919,67 m². O III Campeonato de Futebol de Magistrados promovido pela AMB é realizado na sede campestre da Amamsul.

1998

É construída na sub-sede de Dourados, área de lazer com piscinas, churrasqueira, sauna, campo de futebol e despensa. Inaugurado o "Salão Recreativo", na sede social de Campo Grande. Adquiridos mais 4.500 m² de terreno junto à sede campestre.



1997

Presidente: Juiz Ruy Celso Barbosa Florence. Administração voltada para a união da magistratura e, principalmente, no resgate da dignidade e da credibilidade do juiz. É inaugurado o Auditório da Esmagis, com capacidade para 240 pessoas.

1996

Foram realizadas, no final de 1995 e início de 1996, cinco Assembleias Gerais para tratar dos constantes atrasos dos pagamentos dos magistrados do Estado. Foi construído e inaugurado o segundo hotel da Amamsul com dez apartamentos, na sede de campo Grande.

1995

Presidente: Juiz Sideni Sorcini Pimentel. A Associação adquire mais 16 lotes de terrenos junto à sede de Campo Grande. Celebra convênio com a Unimed para melhor assistência médica hospitalar.

1991

Presidente para o Biênio 1991-92: Juiz Divoncir Shreiner Maranhão. Adquire mais três lotes de terrenos junto à sede social. Construído o segundo campo de futebol. Jardinagem da sede social com 7.000 m² de gramado. Iluminação geral do pesqueiro em Coxim.

1992

Início da construção da sede social de Dourados. Construção do muro cercando toda a sede social de Campo Grande. Promove Encontro Interestadual de Magistrados de Mato Grosso do Sul e Paraná, na comarca de Ponta Porã/MS.

1993

Presidente: Des. Rubens Bergonzi Bossay. É realizado em Campo Grande o Primeiro Encontro da AMB para elaborar propostas e emendas da revisão Constitucional. Publica a primeira revista "Amamsul História e Cultura".

1994

Término e inauguração da sede social de Dourados. Foi construído um galpão com duas churrasqueiras e cozinhas na sede social de Campo Grande. Adquirido um barco a motor para o pesqueiro de Coxim.

São vinte e cinco anos desde o dia em que, coincidentemente, vinte e cinco magistrados do Mato Grosso uno, radicados no sul daquele Estado, resolveram fundar a AMAMSUL, separando-se da AMAM.

A AMAM era então presidida pelo Juiz Athayde Nery de Freitas, hoje desembargador aposentado pelo Mato Grosso do Sul, e a AMAMSUL nascia, em Coxim, como que com o futuro assegurado desde então: ser a semente que, fecundada pelo trabalho de seus integrantes, haveria de se fortalecer em torno dos mais caros ideais da magistratura brasileira. E assim ocorreu.

Vinte e cinco anos de luta, de independência, de grandes vitórias.

Contabilizam-se os ganhos materiais. O primeiro bem imóvel, onde havia um "rancho", logo destruído numa enchente, ficou na memória daqueles fundadores. Mas a sede atual, no Jardim Montevideu, grandiosa mas aconchegante, só deve àquela em termos de saúde. E já é pequena, dado o crescimento sofrido pela magistratura sul-mato-grossense. Contam-se, ainda, as sub-sedes em Coxim e Dourados, e as ações que já se voltam para fincarmos raízes mais profundas em Três Lagoas e Bonito.

No campo institucional, ganhámos muito, de igual sorte.

A prestação de serviços efetivos aos associados, aos seus familiares e ao próprio Poder Judiciário, inexistente em priscas eras, forma hoje verdadeira base de apoio e engrandecimento dos magistrados. Basta lembrar o quanto nos auxilia o DAMEH, a tranquilidade de nunca quisermos utilizar o Pecúlio (surgido em momento de

extrema dor, que uniu a magistratura, transformando em amigos os que eram apenas colegas, as realizações da ESMAGIS.

Também a sociedade beneficiou-se com o trabalho da AMAMSUL e de seus associados. É só lembrarmos de tantas promoções benéficas realizadas pela própria entidade, ou em suas dependências, gratuitamente cedidas a tantos que a procuraram para este fim. Jamais um pedido justo, benéfico para todos ou para a maioria, foi negado. Nem o será, no futuro, com certeza.

Todavia, tivemos perdas também, infelizmente. Algumas mínimas ou pequenas, e passageiras. Outras, grandiosas e para sempre.

Entre as passageiras, mínimas ou pequenas, as perdas em momentos de disputa eleitoral que resultaram até em conflito pessoal, distância dos ideais da magistratura e dos próprios sentimentos humanos. Serviram, contudo, e hão de servir, sempre, como alerta para que assim ninguém mais se porte ou comporte. Hoje, já não se acredita que alguém ouse ser mais do que seus iguais. A verdade, comprovadamente, não tem rei nem um só dono. Notadamente em uma associação de magistrados, onde não deve haver vencedores ou vencidos, porque o objetivo que nos une é a vitória da Magistratura, e não de cada um, apenas. Daí porque até a crítica com objetivo de unir e fortalecer, é bem vinda, ao contrário daquela que pretende desunir e afrontar.

Entre as perdas grandiosas e definitivas, poucas, mas significativas e irreparáveis.

O Grande Leão deixou o nosso convívio, mas continua presente na

nossa luta constante pelos ideais, pelos maiores sonhos, e nos ajuda a ter a certeza de que serão realizados.

O Des. Alvim, mansamente, também partiu, mas deixou sua marca de calma e segurança no que faz em todos que com ele conviveram.

O Malulei, que fomentou a criação da AMAMSUL e se fez presente em todas as suas lutas, foi chamado de forma repentina, sem que lhe fosse oportunizado fazer na associação, pelo menos parte do que fez por todo o Poder Judiciário. Ecoa, ainda hoje, sua voz de seresteiro. E com certeza brilham os seus olhos pequeninos, tal qual estrelas, quando vê a magistratura sul-mato-grossense renovada e pujante.

O Ivan, escoou como as águas do Aquidauana que gostou, mas deixou entre nós seu sorriso, sua alegria, sua agilidade de pensamento e crítica, e agora deve ministrar aulas de vida e riso àqueles que, eventualmente, já tenham marcada a passagem de volta.

Por fim, num drible rápido, recentemente a morte levou o eterno boleiro Jozone. Tanto amou sua Dourados que não seguiu carreira para permanecer naquela região. E ali, de igual forma, findaram os seus dias.

Estas perdas foram as nossas grandes derrotas. Devem ser lembradas também, nesta edição comemorativa, para que não se perca, com o passar do tempo, a paixão daqueles que servem, antes de se servirem.

Que estas derrotas, pequenas e grandiosas, possam dirigir nossos passos novas vitórias, para engrandecermos a magistratura e a AMAMSUL, mais do que elas nos engrandecem.

Marcelo Rasslan

SUMÁRIO



Amamsul 25 anos

Esta edição comemorativa, sobre os 25 anos da Amamsul, carrega no bojo a principal intenção de homenagear a Associação que congrega os magistrados de Mato Grosso do Sul pelas espetaculares conquistas neste quarto de século de lutas. A Associação passou por reformas amplas e profundas nos últimos anos, num processo em que a solidariedade foi o maior ganho.

A Amamsul é hoje uma associação moderna, que enfatiza sua natureza corporativa sem perder o compromisso com a sociedade sul-matogrossense. As ações junto à comunidade, aos associados e aos poderes constituídos, guardam estreita ligação com a missão de ser uma associação de magistrados exemplar para o Brasil, de assegurar a satisfação dos sócios, de atender às expectativas da sociedade, além de contribuir para o desenvolvimento da Justiça e do País.

Também julgamos oportuno passar a limpo os 18 anos de atividades da Esmagis – Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul e destacar o papel que ela exerce no cenário jurídico estadual e federal, sem deixar de lado suas atividades educacionais e editoriais, e o resumo do seu desempenho na preparação de candidatos à Magistratura e no aperfeiçoamento dos juizes estaduais.

Claudionor Domingues de Carvalho
Assessor de Imprensa

Revista da Amamsul
Edição Especial
25 anos
Julho/2003

Mensagem

Os 25 anos da Amamsul, pelo Pres. Marco André N. Hanson 06

Histórico

As etapas que regeram a evolução da Amamsul 08

Entrevistas

Ex-presidentes falam de suas administrações 36

Esmagis

Os feitos e a história da escola nos seus 18 anos 64

Esporte e lazer

Nem só de trabalho vivem os associados 74



Amamsul 25 anos
Sempre valorizand

No momento em que nossa Associação completa vinte e cinco anos de existência é oportuno o reconhecimento acerca dos grandes serviços prestados pelos seus ex-presidentes e diretores, dedicados a lançar e manter solidificada a idéia de termos uma Magistratura coesa e forte em torno dos ideais do Estado de Direito. Essa dedicação sem desfalecimentos e com sucessos acima de tudo o que podia se esperar é que assegure a solidariedade entre os juízes.

Todos contribuíram com a Amamsul, por suas obras e serviços excepcionais, enriquecendo nossas sedes, seus acervos e dando à entidade lugar de destaque na sociedade do nosso Estado, em virtude de suas posições institucionais independentes e na defesa dos interesses dos cidadãos e da Magistratura.

Em diversos setores a participação da Amamsul tem sido efetiva. Cabe lembrar o incentivo ao aprimoramento cultural e profissional proporcionado

aos juízes, por meio de patrocínios em cursos, simpósios e realização de eventos culturais pela Escola Superior da Magistratura – Esmagis, além dos eventos esportivos.

O estímulo prestado à convivência associativa vem marcando a atuação da Associação, permitindo a aproximação de todos, a troca de idéias e a confraternização entre as famílias, o que certamente contribuiu para o fortalecimento das amizades e leva à convergência de objetivos.

Se hoje a Amamsul é o que é, na plenitude de suas forças, riquezas e influências, nós o devemos em grande parte ao corpo de magistrados da instituição e aos colegas que nos antecederam.

Lançando esta revista, cumprimos o voto de fidelidade a nossos princípios e esperamos estar correspondendo às esperanças dos criadores da entidade. Esses anteviram que o seu trabalho e idéias continuariam latentes e seriam paradigma para as futuras gerações de magistrados. Vinte e cinco anos de-

pois do ato inaugural, que agora celebramos com muita alegria, podem considerar-nos uma dessas gerações incumbidas de consolidar a obra e ampliar suas dimensões.

Esta é uma oportunidade que não pode ser esquecida. Devemos ter sempre o pensamento voltado para a unidade da Magistratura, pois só assim colheremos os frutos da nossa constância em servir os ideais que inspiraram a criação da Associação.

Afirmamos, em nome da atual diretoria, que transmitiremos aos sucessores à vontade e o pensamento inicial legados, esperando que os transmitam aos seus, na perenidade dos dias. Não haverá glória maior e honra mais consoladora. Com fé no futuro, na liberdade, na justiça e no amor à Magistratura, que adotamos como profissão, deveremos avançar. Parabéns Amamsul!

Juíz Marco André Nogueira Hanson

Presidente

o o Magistrado



Antigo Fórum de Coxim, onde se reuniram os 25 fundadores.

Às duas horas da tarde do dia primeiro de julho de 1978, uma sexta-feira, no fórum da cidade de Coxim, (onde hoje está instalada a Câmara Municipal, à sombra do pé de Cedro, árvore tombada pelo Município, inspiradora do famoso Chamamé, música composta por Zacarias Mourão), o juiz Athayde Nery de Freitas, titular da 4ª Vara Cível de Campo Grande e Presidente da AMAM - Associação dos Magistrados de Mato Grosso, secretariado pelo juiz Aleixo Paraguassú Netto, abre os trabalhos da Assembléia que criaria a AMAMSUL - Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul. Aberta a Assembléia passou-se a presidência dos trabalhos ao juiz Rêmo Letteriello, titular da Comarca de Coxim e patrocinador do encontro.

Convocados por uma comissão organizadora encabeçada pelo juiz Athayde Nery (hoje Desembargador aposentado) e autorizados pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, reuniram-se na cidade de Coxim 25 juízes do Sul do então Estado

11-outubro-1977:

O presidente Ernesto Geisel assina a Lei Complementar nº 31 criando o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso, com a Capital em Campo Grande.

31-março-1978:

nomeado governador do novo Estado, o engenheiro Harry Amorim Costa. O presidente viu-se obrigado a nomear um técnico gaúcho, porque os políticos sul-matogrossenses não conseguiram um acordo

de Mato Grosso, nos dias 1º e 2 de julho de 1978, para: Fundação da associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul; discussão e aprovação de seus estatutos; eleição e posse de sua primeira diretoria; escolha da denominação, sigla e logotipo da associação.

Instalados os trabalhos, os convencionais passaram a discussão do anteprojeto dos Estatutos da novel Associação, elaborado pelo juiz Assis Pereira da Rosa (hoje, Desembargador aposentado). Numa primeira fase, que se prolongou das quatorze às dezenove horas, foram discutidos e afinal aprovados os Estatutos da Amamsul, quando se estabeleceram suas diretrizes e finalidades: promover e intensificar maior aproximação entre juízes e desembargadores em exercício ou aposentados; pugnar em defesa dos legítimos interesses e prerrogativas da magistratura; promover intercâmbio com magistrados estaduais e fe-





As 25 assinaturas da Ata de Fundação da Amamsul.

derais almejando a confraternização e o aperfeiçoamento cultural de seus associados; proporcionar ampla assistência médico-hospitalar, odontológica e jurídica.

Em seguida à aprovação dos Estatutos a Assembléia decidiu que a Associação denominar-se-ia Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul, cuja sigla seria AMAMSUL. Foi também discutido e aprovado o logotipo da entidade, consistindo no seguinte: a) – um círculo representado por uma corrente, cujos elos entrelaçados representam a união dos integrantes da Associação; b) – logo a seguir e por dentro do círculo as palavras: “As-

sobre um nome da terra de confiança do presidente.

15-novembro-1978: foram eleitos o Senador, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais (Constituintes) do novo Estado.

Logotipo da Associação criado na Fundação da Amamsul.



Tribunal do Juri do Fórum de Coxim, hoje Câmara Municipal.

sociação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL”; c) – segue o contorno do mapa do Estado de Mato Grosso do Sul; d) – no centro desse contorno, a balança e a espada símbolo da Justiça.

No Sábado (dois de julho de 1978) às oito horas da manhã, no mesmo local, foram reiniciados os trabalhos da Assembléia quando se deu a escolha dos membros da primeira Diretoria da Entidade e do Conselho Deliberativo, eleitos por aclamação pelos 25 sócios fundadores, e empossados no mesmo dia, tudo de acordo com os Estatutos aprovados no dia anterior. (ver 1ª Diretoria pág. 11)



No Fórum de Coxim a sombra do pé-de-Cedro, foi criada a Amamsul

A IMPLANTAÇÃO

No último Encontro Estadual de Magistrados promovido pela AMAM (Associação dos Magistrados de Mato Grosso), realizado em Dourados em agosto de 1978, sendo presidente o juiz Athayde Nery de Freitas, decidiu-se pela divisão do patrimônio da entidade entre as duas associações. A AMAM coube a sede campestre na cachoeira da Fumaça, em Jaciara-MT e uma área no Centro Administrativo de Cuiabá-MT. A Amamsul herdou o direito sobre uma ilha no Rio Taquari, em Coxim-MS, apelidada de "Ilha do Governador", e a importância de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de Cruzeiros).

A "Ilha do Governador", que seria o embrião da Amamsul, possuía uma bela residência de veraneio, construída na gestão do Desembargador Jesus de Oliveira Sobrinho quando presidente da Amam. Tinha pfer, barco e energia elétrica instalada. Literalmente foi pro brejo, ou melhor, por água abaixo. Ela só durou até a primeira boa enchente do rio Taquari, que rachou a ilha ao meio levando casa e barco, motor, tudo. Por sorte não havia ninguém hospedado ali na ocasião.

Com os Cr\$ 3 milhões recebidos, a primeira diretoria da Amamsul, presidida pelo **juiz Rêmo Letteriello**, da 1ª Vara Criminal de Dourados, ad-



Abertura do VII Congresso Brasileiro de Magistrados, realizado em Campo Grande. Aleixo Paraguassú, em pé, faz as apresentações.

quiriu 30 lotes de terreno no loteamento denominado Jardim Montevideu, em Campo Grande, onde começaram as primeiras obras da sede social, inaugurada em 30 de dezembro de 1978.

Em janeiro de 1979, às oito horas da noite do dia 25, a Diretoria da Amamsul, em reunião extraordinária, convocada pela presidência, elaborou e enviou ao Deputado Cecílio de Jesus Gaeta, presidente da Comissão Constitucional da Assembléia Constituinte, relevantes subsídios, do interesse da Magistratura, destinados à elaboração da Constituição de Mato Grosso do Sul.

Nos dias 6, 7 e 8 de janeiro de 1980 realizou-se em Campo Grande o VII Congresso Brasileiro de Magistrados promovido pela AMB e pela Amamsul. Apesar das enormes dificuldades enfrentadas pelos organizadores, por ser a Amamsul uma Associação nova e com poucos associados, em relação aos demais Estados da Federação, o Congresso foi considerado um sucesso. Ao término do evento, o



A primeira sede da Amamsul e o barracão no Jd. Montevideu.

1º-janeiro-1979:

Decreto N.º 1 institui a Bandeira de Mato Grosso do Sul desenhada por Mauro Miguel Munhoz vencedor do concurso; O Decreto N.º 2 institui o Brasão do Estado criado por José Luiz de Moura Leite; O Decreto N.º 3 institui o Hino do



Bandeira do Novo Estado do Mato Grosso do Sul.

Estado com letra de Jorge Antonio Siúfi e música do maestro

Radamés Gnatali.

1º-janeiro-1979:

Circula o Diário Oficial de Mato Grosso do Sul com a legislação básica do novo Estado.

1º-janeiro-1979: São empossados os quatro desembargadores que iniciam o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul: Leão

Neto do Carmo, Jesus de Oliveira Sobrinho, Sérgio Martins Sobrinho e Rui Garcia Dias.

1º-janeiro-1979: O Presidente Ernesto Geisel extingue o AI-5 (Ato Institucional nº {5}).

8-janeiro-1979: Instalação do Tribunal de Justiça de Mato

BIÊNIO 1979-80

eminente presidente da AMB, Desembargador Antonio Marins Peixoto, atestou: "Este foi o melhor Congresso de Magistrados, até hoje realizado".

Os resultados do Congresso Brasileiro de Magistrados foram extraordinariamente compensadores, quer pela discussão dos problemas do interesse da Magistratura Nacional, quer pelo fato de ter se constituído num meio eficaz de divulgação do Estado e da Associação. A Amamsul congregou na Capital do Estado cerca de 800 juízes e seus familiares.

Ainda em 1980, a Amamsul realizou os primeiros Encontros Regionais de Magistrados de Mato Grosso do Sul. A Comarca de Ponta Porã, na divisa com o Paraguai, abriu o ciclo de Encontros, nos dias 13 e 14 de setembro. Já nos dias 27 e 28 de dezembro o Encontro realizou-se em Campo Grande, quando foi eleita a segunda Diretoria da Associação.

Administração 1979-80

Presidente: Juiz Rêmolo Letteriello.

1º Vice-Presidente: Juiz Milton Malulei.

2º Vice-Presidente: Juiz Marco Antônio Cândia.

Secretário-Geral: Juiz Aleixo Paraguassú Netto.

1º Tesoureiro: Juiz Assis Pereira da Rosa

2º Tesoureiro: Juiz Rui Garcia Dias

Diretor Social: Juiz Almirar Silva

Conselho Deliberativo: Juízes José Nunes da Cunha, Pantaleão Blanc Rinaldi, Sílvio Aparecido Barbeto, Dagma Paulino dos Reis Balaniuc e João Carlos Brandes Garcia.

Suplentes: Juízes Armando de Lima, Nildo de Carvalho e Rubens Bergonzi Bossay.



VII Congresso Brasileiro de Magistrados: da direita para esquerda: juízes Valtér José Contreras, Aleixo Paraguassú, Rubens Bergonzi Bossay, (atrás) Luiz Carlos Santini, José Ruzkallah e na 3ª fila José Nunes da Cunha.



Brasão Oficial do Estado.

Grosso do Sul, na Câmara Municipal dos Vereadores de Campo Grande.

30-janeiro-1979: São empossados desembargadores os juízes Gerval Bernardino de Souza (merecimento) e Assis Pereira da Rosa (Antigüidade), e o

advogado Higa Nabukatsu, pelo 5º Constitucional OAB.

Janeiro de 1979: A Amamsul endereça à Assembléia Constituinte, subsídios destinados à elaboração da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.
15-março-1979: O

General João Batista de Oliveira Figueiredo, eleito indiretamente, assume a Presidência da República. Governou até 15 de março de 1985.

Agosto de 1979: O Presidente João Batista Figueiredo assina a Lei da Anistia.

1º-fevereiro-1980: São

Na reunião da Assembléia Geral da Amamsul, presidida pelo juiz Rêmo Letteriello e secretariada pelo juiz Aleixo Paraguassú Netto, realizada dia 28 de dezembro de 1980, no plenário do Tribunal de Justiça, instalado no Edifício Kosmos, na Rua Marechal Rondon, deu-se a eleição para a escolha da Diretoria para comandar a Associação no biênio 1981-82.

Constatada a presença de 45 associados, foi franqueada a palavra àqueles que quisessem apresentar chapas concorrentes. Só uma se inscreveu, com o designativo de “**União**”, encabeçada pelo **Desembargador Leão Neto do Carmo**. Distribuídas as cédulas, passou-se à votação e em seguida a apuração. A Comissão Apuradora, formada pelo Desembargador Jesus de Oliveira Sobrinho e pelos juízes José Augusto de Souza e Paulo Tadeu Haendchen, constatou o total de 45 votos à chapa única inscrita.



Sra. Kei Uema, Des. Leão Neto do Carmo, Sra. Ana Camargo de Castro e Gilberto da Silva Castro.

Já eleito, o Des. Leão Neto do Carmo torna público o convite para integrar a Diretoria, os juízes: Nildo de Carvalho, como Diretor Social, e Antonio Luiz Fraga Moreira e José Rizkallah, para 1º e 2º Tesoureiros, respectivamente.

Com fins de ampliação da sede campestre, a Associação adquiriu terrenos no jardim Montevidéu, perfazendo duas quadras, às de números 34 e 36, área contígua à quadra da Amamsul, conforme escritura lavrada no tabelionato “Santos Pereira”, em 8 de abril de 1981. Com a aquisição das duas quadras, a Prefeitura Municipal de Campo Grande doou à Associação as ruas intermediárias, Teviot e Itupeba, formando as três quadras uma área contínua.

A Amamsul recebeu como doação do Dr. Álvaro Fontoura da Silva, uma área de 10.261 m², parte do imóvel rural “Currallinho e S. Domingos do Ribeirão Claro”, à beira do rio Taquari, em Coxim, onde se construiu posteriormente a colô-



Sra. Kei Uema, Des. Leão Neto do Carmo, e os juízes Wilber José Palazzo, Aleixo Paraguassú Netto e Romero Osme Dias Lopes.

empoados como Desembargadores os juízes Milton Malulei e Athaide Nery de Freitas e o Procurador Nelson Mendes Fontoura pelo 5º Constitucional MP. **6 a 8-janeiro-1980:** é realizado em Campo Grande o VII Congresso Brasileiro de Magistrados. A

Amamsul congrega na Capital cerca de 800 magistrados e familiares. O presidente da AMB,

Homenagem dos atletas da Amamsul ao Desembargador Leão Neto do Carmo, que gostava de um bom jogo de futebol.



BIÊNIO 1981-82



Primeira quadra de esportes da sede campestre.

nia de pesca e lazer. A escritura da doação, datada de 28 de maio de 1982, foi recebida pelo presidente da Amamsul e vários diretores e associados, num churrasco na fazenda do Tabelião Hervê Fontoura.

A Diretoria implementou a terraplenagem das quadras adquiridas para a construção das quadras esportivas e do campo de futebol suíço que foi inaugura-

do em 4 de dezembro de 1982. A Administração comprou mais cinco lotes de terrenos, remanescentes, junto a primeira quadra adquirida. Arborizou parte da sede e plantou 78 árvores frutíferas.

Ocorreram Encontros Regionais dos Magistrados: em Naviraí realizou-se IV Encontro que contou com a presença de 27 juízes, nos dias 12, 13 e 14 de março de 1982; O de Dourados deu-se nos dias 24, 25 e 26 de setembro, sendo que o primeiro dia foi reservado para reunião de todos os juízes eleitorais do Estado, conforme entendimentos entre a Amamsul e o T.R.E., para receberem instruções com vistas às eleições de novembro.

O Encontro Estadual de Magistrados realizou-se em Ponta Porã, entre os dias 7 e 9 de dezembro de 1982, culminando com a Reunião Plenária da Amamsul, quando foi eleita a nova Diretoria da Associação para o biênio 1983-84.

Administração 1981-82

Presidente: Des. Leão Neto do Carmo

1º Vice-Presidente: Des. Athayde Nery de Freitas

2º Vice-Presidente: Juiz José Nunes da Cunha

Secretário-Geral: Juiz Gilberto da Silva Castro

1º Tesoureiro: Juiz Antonio Luiz Fraga Moreira

2º Tesoureiro: Juiz José Rizkallah

Diretor Social: Juiz Nildo de Carvalho

Conselho Deliberativo: Des. Rui Garcia Dias, Des. Nelson Mendes Fontoura, os Juízes Wolney de Oliveira, Marco Antônio Cândia e Marilza Lúcia Fortes.

Suplentes: Juízes Abrão Razuk, Gilson Barbosa dos Santos e Oswaldo Rodrigues de Melo.



Dagma Paulino dos Reis, Gilberto da Silva Castro, Ana C. do Castro, Des. Leão Neto, Sra. Kei Uema, Aleixo Paragussú e Des. Rui Garcia Dias.

Des. Antonio Martins Peixoto, disse ser este o "melhor congresso de magistrados até hoje realizado".

4 a 7-setembro-1981: realiza-se em Anápolis, Goiás, o I Congresso dos Magistrados do Centro-Oeste.

1982: Wilson Barbosa

Martins, primeiro Governador eleito pelo povo.

Juiz Gilberto da Silva Castro, Magistrada Dagma Paulino dos Reis, Sra. Kei Uema e Desembargador Leão Neto do Carmo.





A Diretora Social Juíza Marilza Lúcia Fortes consegue projetos...

Às 21 horas da quarta-feira, 8 de dezembro de 1982, durante coquetel de encerramento do III Encontro Estadual de Magistrados, no Hotel Pousada do Bosque, em Ponta Porã, o Desembargador Leão Neto do Carmo empossou a terceira Diretoria eleita para gerir a Amamsul no biênio 1982-83.

No começo da tarde, durante a Assembléia Geral Ordinária da Associação, no Fórum da Comarca, apenas uma chapa se candidatou para concorrer à eleição. Foi a denominada "Unidade", tendo como presidente o **juiz Aleixo Paraguassú Netto**.

Terminada a votação, a Comissão Apuradora composta pelos juízes Ademar Pereira, Otto Bittencourt Neto e Elizabeth Tae Kinashi, contabilizou 58 votos para a chapa "Unidade", em um universo de 65 votantes.

O presidente Aleixo Paraguassú Netto pleiteou junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso

10 a 12-outubro-1984:

Realiza-se em Campo Grande, IV Encontro Nacional de Corregedores de Justiça.

15-março-1985:

Assume a Presidência da República José (Sarney) Ribamar

Juiz Aleixo Paraguassú Netto e Sra. Maria Conceição R. Paraguassú, no VIII Congresso Brasileiro de Magistrados, em Manaus, realizado de 29 de novembro de 1980 a 2 de dezembro deste mesmo ano.



de arborização e ajardinamento da sede campestre.

do Sul a cedência de um espaço no sétimo andar do edifício do fórum, situado à Avenida 31 de Março, hoje, Avenida Fernando Correia da Costa, nº 559, para instalação da sede administrativa da Amamsul.

A Diretora Social Juíza Marilza Lúcia Fortes conseguiu gratuitamente projeto de ajardinamento e arborização da sede campestre e o plantio de cerca viva e 80 árvores.

Realizou-se o IV Encontro Estadual de Magistrados, nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 1983, em Dourados. A Assembléia Geral Anual da Amamsul foi realizada no dia 10 e contou com 47 magistrados, mais de 50% dos associados, no auditório da Faculdade de Direito de Dourados. A Assembléia aprovou a alteração do artigo 50 dos Estatutos e criou uma comissão composta pelos juízes José Carlos Castro Alvin, José Augusto de Souza e Rêmolo Letteriello, para acom-



BIÊNIO 1983-84

panhar o aumento salarial da magistratura estadual, fornecendo subsídios ao Governo. Também foi criada uma comissão formada pelos juízes Rubens Bergonzi Bossay, Gilson B. dos Santos, Carlos Alberto Pedrosa de Souza e Romero Osme Dias Lopes, com a missão de oferecer ao Tribunal de Justiça sugestões e modificações no Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado.

Em 18 de maio de 1984, o juiz Aleixo Paraguassú Netto renunciou à presidência da Amamsul, face sua nomeação para ocupar o cargo de Secretário de Estado de Segurança Pública, assumindo a presidência o juiz Rubens Bergonzi Bossay.

O VI Encontro Regional de Magistrados realizou-se na Comarca de Nova Andradina, no dia 16 de junho de 1984.

Durante a gestão do juiz Rubens Bergonzi Bossay foram realizadas, na sede da Amamsul, diversas reuniões com representantes da Associação do Ministério Público estadual, Ordem dos Advogados do Brasil – subseção MS, Associação dos Servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e do Colégio Notarial, para fazer gestão junto aos poderes Executivo e Legislativo no sentido de promulgação da Lei Estadual nº 514/84, que proporcionou considerável fonte de receita para as entidades.

Construiu-se ainda uma piscina infantil, na sede Social no Jardim Montevideú. Realizou-se nos dias 8 e 9 de dezembro de 1984 o V Encontro Estadual de Magistrados, quando durante a Assembléia Geral Ordinária reunida no Tribunal do Júri do Fórum de Campo Grande foi eleita a nova diretoria para o biênio 1985-86.



Juiz Aleixo Paraguassú.

Administração 1983-84

Presidente: Juiz Aleixo Paraguassú Netto

1º Vice-Presidente: Juiz Rubens Bergonzi Bossay

2º Vice-Presidente: Juiz José C. C. de Castro Alvim

Secretário-Geral: Juiz José Augusto de Souza

1º Tesoureiro: Juiz Gilberto da Silva Castro

2º Tesoureiro: Juiz Pantalão Blanc Rinaldi

Diretora Social: Juíza Mariíza Lúcia Fortes

Conselho Deliberativo: Juízes Marco Antônio Cândia, Valter José Rodrigues Contrera, Elpídio Helvécio Chaves Martins, Crescentino Sisti e Adão Alves Teixeira.

Suplentes: Juízes Dáron Leão Lino, Joenildo de Souza Chaves e Sideni Soncini Pimentel



Ferreira de Araújo, eleito indiretamente, para governar o País até 15 de março de

1990. Para este período foi eleito Tancredo Neves que por ter falecido antes de tomar posse, em seu lugar assumiu o vice-presidente José Sarney.

Em 1983, o Governador Wilson Barbosa Martins em reunião com os juízes de Corumbá João Maria Lós, Joenildo de Souza Chaves, Atapá da Costa Feliz e Oswaldo Romancini.

NASCE A ESCOLA



Ata da Assembléia que criou a Escola Superior da Magistratura.

No dia 9 de dezembro de 1984, na sala do Tribunal do Júri do fórum de Campo grande, durante o V Encontro Estadual de Magistrados de Mato Grosso do Sul, reuniu-se em Assembléia Geral Ordinária a Amamsul, para eleger a nova diretoria da Entidade. Assumiu a presidência dos trabalhos, o juiz mais idoso Pantaleão Blanc Rinaldi que, de imediato, deu conhecimento de que havia apenas uma chapa concorrente encabeçada pelo **Desembargador José Rizkallah**, para dirigir a Amamsul no biênio 1985-86.

A Comissão Apuradora constituída pelos juízes Tenir Miranda, Josué de Oliveira e Antônio Luiz Fraga Moreira comprovou a presença de 65 eleitores, dos quais apenas um votou em branco na chapa única vencedora.

A Assembléia Geral Extraordinária da Amamsul realizada, no Plenário do Tribunal do Júri,



no Fórum de Campo Grande, no dia 1º de fevereiro de 1985, convocada pelo presidente da Associação aprovou modificações no Estatuto da entidade e criou a Caixa de Assistência Mútua dos Associados da Amamsul.



Em reunião extraordinária da Diretoria da Amamsul, convocada pelo presidente da Associação, realizada na sede administrativa da entidade, no sétimo andar do Fórum, no dia 6 de março de 1985, foi proposta e aprovada a criação da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul. Presente a Assembléia o Des. Cristovam Daiello Moreira que expôs sobre o funcionamento, com êxito, da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul, forneceu idéias e material para criação da Escola em Mato Grosso do Sul. A Escola criada pela Resolução nº 01/85, com a sigla de ESMA, hoje ESMAGIS, foi oficialmente instalada no dia sete de março, no plenário do Tribunal de Justiça, contando com as mais altas autoridades de Estado.

Esta administração enviou relevantes sugestões à Constituinte estadual e acompanhou, como representante do Tribunal de Justiça e da Amamsul, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

A administração da Amamsul, neste biênio, iniciou a construção da sede social em Campo Grande, deixando o prédio em fase de acabamento; construíram-se, dentro dos melhores padrões da época, as quadras de tênis e poliesportiva e fez várias melhorias no campo de futebol como, alambrados e iluminação.

Redigiu e apresentou ao Tribunal Pleno de Mato Grosso do Sul e ao Governador do Estado o texto do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado, na parte referente aos salários dos magistrados, acompanhando a tramitação na Assembléia Legislativa, junto a todos os deputados, no que resultou em significativas melhorias nos vencimentos.



Quadra de tênis e poliesportiva construída com os melhores padrões da época.

Por fim, contribuiu para o sucesso da modificação, para melhor, na alíquota da Tabela V, hoje Tabela J, no que resultou em importante fonte de receitas para as entidades participantes. Promoveu o VI Encontro Estadual dos Magistrados de Mato Grosso do Sul, de 6 a 8 de dezembro de 1986, em Campo Grande, quando foi eleita a nova Diretoria da Amamsul, durante a Assembléia Geral Anual.



Iniciou a construção da Salão Social, deixando na fase de acabamento.

Administração 1985-86

Presidente: Des. José Rizkallah

1º Vice-Presidente: Juiz José Goulart

2º Vice-Presidente: Juiz Rémolo Letteriello

Secretário-Geral: Des. Nildo de Carvalho

1º Tesoureiro: Juiz Rubens Bergonzi Bossay

2º Tesoureiro: Juiz José Augusto de Souza

Diretor Social: Juiz João Carlos Brandes Garcia

Conselho Deliberativo: Des. Jesus de Oliveira Sobrinho e os Juizes José Nunes da Cunha, Pantaleão Blanc Rinaldi, José Carlos Correa de Castro Alvim e Atapoã da Costa Feliz.

Suplentes: Juizes Carlos Santini, Alécio Antonio Tamiozzo e Divaldo Roque de Meira.



Logotipo da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul, com a frase: *Nulla die sine linea*, do Plínio, escritor latino, criado por Ítalo Letteriello, irmão do Desembargador Rémolo Letteriello.

DUAS DIRETORIAS



Casa do caseiro, a primeira obra do pesqueiro de Coxim.

No dia oito de dezembro de 1986, durante o VI Encontro Estadual de Magistrados, reuniu-se em Assembléia Geral Ordinária a Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul, no Tribunal do Juri do Fórum de Campo Grande, sob a presidência do Des. Rui Garcia Dias, presidente do Tribunal de Justiça e presidente de honra da entidade, secretariado pelo juiz Rubens Bergonzi Bossay, a fim de eleger a Diretoria da Amamsul para o biênio 1987-88.

Apenas uma chapa, tendo como presidente o juiz **José Goulart Quirino**, registrou para concorrer à eleição. Dos 85 eleitores que depositaram seus votos em uma especialmente colocada no local, 79 sufrágios foram para a chapa única e seis votaram em branco, contabilizados pelos escrutinadores Desembargador Assis Pereira da Rosa, juiz José de Ribamar Araújo e juíza Maria Izabel de Matos Rocha.

Como presidente da Amamsul, juiz José Goulart Quirino, atuou intensamente, apresentando dados, infor-

mações e opiniões concernentes ao Poder Judiciário, e participando das reuniões de mesa da Constituinte, na Comissão de Sistematização, no ano de 1987. Além dessa participação, apresentou propostas e justificativas à Assembléia Constituinte, referente ao capítulo Do Poder Judiciário, em substancial trabalho.

Nessa gestão, implantou-se a Editora Amamsul – Edições Jurídicas, para comercializar a Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça.

No dia 31 de julho de 1987, o vice-presidente da Associação, Juiz João Carlos Brandes Garcia, convocou reunião da Diretoria da Amamsul para declarar vago o cargo de Presidente da entidade, face ao pedido de renúncia do juiz José Goulart Quirino. A Diretoria da Amamsul, reunida no dia 8 de agosto de 1987, deliberou autodissolver-se devido à renúncia do Presidente e do Secretário-Geral, Alcécio Antonio Tamiozzo, promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça. A direção da Associação foi transmitida ao Conselho Deliberativo, que marcou novas eleições para o dia 11 de setembro. Foi eleito Presidente, o juiz **João Maria Lós**, para completar a administração no biênio.



Administração 1987

Presidente: Juiz José Goulart Quirino.

1º Vice-Presidente: Juiz João Carlos Brandes Garcia.

2º Vice-Presidente: Juiz João Maria Lós

Secretário-Geral: Juiz Alcécio Antônio Tamiozzo

1º Tesoureiro: Juiz Wilber José Palazzo

2º Tesoureiro: Elpidio Helvélcio Chaves Martins

Diretor Social: Juiz Ilden de Souza Campos

Conselho Deliberativo: Des. Nelson Mendes Fontoura, e os Juizes Crescentino Sisti, Adão Alves Teixeira, Julio Roberto Siqueira Cardoso e Jorge Eustácio da Silva Frias.

Suplentes: Juizes Manoel Mendes Carli, Tenir Miranda e Valdevino Antônio dos Santos.



BIÊNIO 1987-88

Em 16 de setembro de 1987, na sede administrativa da Amamsul no 7º andar do Fórum da Capital, na presidência do **juiz João Maria Lós**, reuniu-se pela primeira vez a Diretoria da Associação eleita quatro dias antes. Logo que foi empossada, a nova diretoria deliberou reiniciar as obras de construção da sede social, no Jardim Montevideu. Adquiriu roupas de cama e mesa para os apartamentos do primeiro hotel de trânsito, os quais foram dotados de quatro “frigobares”.

Nos dias 5 e 6 de dezembro de 1987 promoveu o VII Encontro Estadual de Magistrados na cidade de Ponta Porã, realizado nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores. Na ocasião, realizou-se a Assembléia Geral Anual da Entidade.

Em janeiro de 1988 a diretoria deliberou o início de reformas no barracão existente na sede de campo, com sua ampliação e construção do bar. Também, foi ampliada a iluminação do campo de futebol, com instalações de melhores luminárias e mais postes. Adquiriu equipamentos para a sauna: gerador de vapor, gerador de calor, ducha circular e portas de alumínio.

No primeiro dia de fevereiro de 1988, em Assembléia Geral Extraordinária realizada no Tribunal do Júri do Fórum de Campo Grande, foi aprovado à unanimidade a criação da Caixa de Assistência Médico-Hospitalar da Amamsul (CAMHO), hoje DAMEH. Na mesma Assembléia foi eleita a comissão encarregada da implantação efetiva da



O salão social inaugurado no final da gestão.

Caixa de Assistência tendo como presidente o Desembargador José Augusto de Souza e como membros os juizes Josué de Oliveira e Marilza Lúcia Fortes.

Em maio de 1988 deu-se o início à construção do pesqueiro de Coxim, com o intuito de tomar posse efetiva do local, fruto da doação do Dr. Álvaro Fontoura. As obras foram coordenadas e administradas pelo juiz Tenir Miranda. Em agosto, estava concluída a casa do caseiro e iniciada a construção do barracão onde atualmente funcionam a cozinha e refeitório, concluída em outubro do mesmo ano.

Finalmente, em dezembro de 1988, foi realizado o Encontro dos Magistrados de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, ocasião em que foi eleita a nova diretoria, e que, pela primeira vez se realizou o Encontro Anual de Magistrados na nova sede social, localizada na sede de campo da Amamsul, no Jardim Montevideu.

Administração 1988

Presidente: Juiz João Maria Lós

1º Vice-Presidente: Juiz Joenildo de Souza Chaves

2º Vice-Presidente: Juíza Marilza Lúcia Fortes

Secretário-Geral: Juiz Divoncir Schreiner Maran

1º Tesoureiro: Juiz Wilber José Palazzo

2º Tesoureiro: Juiz Elpídio Helvécio C. Martins

Diretor Social: Juiz Ildeu de Souza Campos

Conselho Deliberativo: Des. Nelson Mendes Fontoura, e os Juizes Crescentino Sisti, Adão Alves Teixeira, Julio Roberto Siqueira Cardoso e Jorge Eustácio da Silva Frias.

Suplentes: Juizes Manoel Mendes Carli, Tenir Miranda e Valdevino Antônio dos Santos.



Iniciada a construção do barracão, administrada pelo Juiz Tenir Miranda.

A Diretoria que comandou a Amamsul no biênio 1989-90 foi eleita pela Assembléia Geral Anual realizada, dia 11 de dezembro de 1988, durante o Encontro Estadual de Magistrados, que pela primeira vez foi sediado na sede social recém inaugurada, no Jardim Montevideu. Os 78 votantes, à unanimidade, elegeram os membros da Diretoria e do Conselho Administrativo da chapa única inscrita, tendo como presidente o **Des. José Augusto de Souza**.

A administração do Biênio 1989-90 inaugurou as novas instalações da sede administrativa da Amamsul no 6º andar do Fórum de Campo Grande, onde também funcionava a Escola Superior da Magistratura. Adquiriu o mobiliário para o salão social da sede campestre.

Na área patrimonial essa Diretoria da Amamsul fez ampliação do primeiro hotel de trânsito, terminou a construção da sauna, inaugurada dia 8 de dezembro de 1990, obteve através de doações uma área rural em Corumbá e outra em Dourados. Construiu também, a colônia de lazer no pesqueiro de Coxim.

Na área cultural, a Associação publicou sete números da série Amamsul Cultural e editou 25 boletins. Realizaram-se vários Encontros Interestaduais de Magistrados: dois com o Estado do Paraná, sendo um em Dourados (MS) e outro em Marechal Cândido Rondon (PR); um com o Estado de Mato Grosso, realizado em Cuiabá, e outro com o Estado de São Paulo, na cidade de Araçatuba.

A Amamsul sediou em Campo Grande o Encontro dos Presidentes de Associações de Ma-



João Maria Lós (Dir. Adm. da Esmaigs), Francisco de Paula Xavier (Pres. da Ass. dos Magistrados - PR), Régis Fernandes de Oliveira (Pres. Ass. dos Magistrados - SP), José Augusto de Souza (Pres. da Amamsul) e Osvaldo Estefanello (Pres. Ass. dos Magistrados - RS), no III Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistraturas - Campo Grande - MS.

gistrados do Brasil, em 27 de abril de 1989; e o III Encontro Nacional dos Diretores de Escolas de Magistraturas, dia 30 de agosto de 1990.

Para acompanhar os trabalhos da Assembléia Estadual Constituinte, a Diretoria nomeou uma comissão composta pelos desembargadores Gilberto da Silva Castro, Gerval Bernardino de Souza e



Prédio da sauna na Sede Campestre de Campo Grande.

1986: Governador Marcelo Miranda Soares.

1987: O Tribunal de Justiça muda para a Rua Jornalista Belizário de Lima, esquina com a Rua 13 de Maio, onde funciona até 1989.

1ª fevereiro-1988:

Assembléia Geral da Amamsul aprova a criação do DAMEH - Departamento de Assistência Médica e Hospitalar que passa a funcionar em 1º de agosto do mesmo ano.

1989: O Tribunal de Justiça muda-se definitivamente para o

ESTA SAUNA FOI INAUGURADA EM 08-12-90	
BÊNIO 89/90	
PRESIDENTE	DES. JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA
VICE-PRES.	DES. SILBERTO SILVA CASTRO
SECRETÁRIAS	JUIZ DIVONCIR S. MARAN
TESSOUREIRO	JUIZ SIDENI SONCINI PIMENTEL
	JUIZ ADÃO ALVES TEIXEIRA
	JUIZ JULIZAR B. TRINDADE
	DES. ELPÍDIO H. C. MARTINS
DIR. SOCIAL	JUIZ ILDEU SOUZA CAMPOS
DIR. PATRIM.	JUIZ JOÃO MARIA LÓS
DIR. ESMAIG.	DES. RUBENS B. BOSGAY

BIÊNIO 1989-90



O pesqueiro de Coxim à beira do Rio Taquari.

Claudionor Miguel Abbs Duarte e os juízes João Maria Lós e Jorge E. da Silva Frias.

Em 8 de dezembro de 1990, na sede campestre da Associação, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária, presidida pelo presidente Des. José Augusto de Souza, para a eleição da Diretoria e do Conselho Deliberativo para o biênio 1991-92. Terminada a apuração e proclamada a nova Diretoria eleita, o presidente apresentou a renúncia de sua Diretoria, aos oito dias faltantes de seus respectivos mandatos, possibilitando assim a posse imediata dos novos eleitos,



Apartamentos na colônia de férias de Coxim.



Primeiro hotel de trânsito de Campo Grande.

Administração 1989-90

Presidente: Des. José Augusto de Souza

1º Vice-Presidente: Des. Gilberto da Silva Castro

2º Vice-Presidente: Juiz Divoncir Schreiner Maran

Secretário-Geral: Juiz Sideni Soncini Pimentel

Secretário Adjunto: Juiz Adão Alves Teixeira

1º Tesoureiro: Juiz Julizar Barbôsa Trindade

2º Tesoureiro: Juiz Elpídio Helvécio Chaves Martins

Diretores: Des. Rubens Bergonzi Bossay, os Juízes João Maria Lós, Roberto Iser, Hildebrando Coelho Neto, Dagma Paulino dos Reis, Romero Osme Dias Lopes, Joenildo de Souza Chaves, Jorge Eustácio da Silva Frias.

Conselho Deliberativo: Des. José Carlos Corrêa de Castro Alvim, e os juízes Sílvio Aparecido Barbeta, Edson Ernesto Ricardo Portes, Luiz Carlos Saldanha Rodrigues e Hamilton Carli.

Suplentes: Juízes Dáron Leão Lino, Ailton Stropa Garcia e Wilson Bertelli.

ESTA OBRA FOI INAUGURADA EM 08.09.90
GESTÃO 89/90

PRESIDENTE	-	DES. JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA
VICE-PRES.	-	DES. GILBERTO SILVA CASTRO
	-	JUIZ DIVONCIR S. MARAN
SECRETÁRIOS	-	JUIZ SIDENI SONCINI PIMENTEL
	-	JUIZ ADÃO ALVES TEIXEIRA
TESOUREIROS	-	JUIZ JULIZAR B. TRINDADE
	-	DES. ELPÍDIO H. C. MARTINS
DIR. SOCIAL	-	JUIZ ILDEU SOUZA CAMPOS
DIR. PATRIM.	-	JUIZ JOÃO MARIA LÓS
DIR. KURADIS.	-	DES. RUBENS B. BOSSAY
GOVERNADDE	-	JUIZ LUIZ GONZAGA M. MARQUES

Parque dos Poderes ocupando prédio próprio construído especialmente para abrigar o Tribunal.

1990: Governo de Pedro Pedrossian.

15-março-1990: Assume a Presidência da República Fernando Affonso Collor de Mello,

eleito diretamente por voto popular. Governa até 10 de outubro de 1992, quando renuncia envolvido em denúncias de sérios escândalos financeiros. Em seu lugar, assume o Vice-Presidente Itamar Augusto Cautiero Franco.

Em 8 de dezembro de 1990 os sócios da Amamsul reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, em sua sede social, em Campo Grande, para eleger a Diretoria Administrativa e o Conselho Deliberativo para comandar a Associação no biênio 1991-92. Duas chapas inscreveram-se para concorrer às eleições: a “Renovação e Independência”, capitaneada pelo juiz Joenildo de Souza Chaves, e a “União e Trabalho”, encabeçada pelo juiz Dívoncir Schreiner Maran.

Sob a presidência do Des. Nelson Mendes Fontoura, que indicou para compor a Comissão de Apuração e Receptação de votos o Des. José Carlos de Castro Alvim e os juízes Luiz Carlos Santini e Dárion Leão Lino, deu-se o início da votação às 10 horas da manhã. Terminada, apurou-se que 110 associados compareceram para votar e 33 votaram por sobrecarta. Apenas quatro sócios deixaram de votar. A chapa “Renovação e Independência” obteve 61 votos. A chapa “União e Trabalho”, vencedora do pleito, levou os outros 82 votos, constatou a mesa apuradora.

A Administração da Amamsul nesse biênio foi uma tocadora de obras. Na sede campestre, em Campo Grande, construiu o muro ao redor da propriedade, fez o calçamento com 8.000 m² de bloquetes, plantou 7.000 m² de grama, construiu a quadra esportiva de areia e ampliou o hotel de trânsito com mais dois apartamentos, além de construir chuveiros para os campos e pintura e reforma geral da sede. Construiu também o segundo campo de futebol da Associação e instalou portão eletrônico e guarita na entrada da sede.

25 a 27-junho-1992: É realizado em Campo Grande o II Encontro Nacional das Justiças Militares Estaduais.

2-outubro-1992: Assume a Presidência da República Itamar Augusto Cautiero Franco devido à renúncia do Presidente Fernando Collor de

Mello.

7-maio-1993: O juiz João Maria Lós viaja para Bangkok, capital da Tailândia, onde participou de um curso sobre Legislação Eleitoral do Camboja, quando recebeu instruções para atuar como observador da ONU.

Na subsede de Coxim, realizaram-se as seguintes obras: construiu dois apartamentos e reformou os existentes; fez a construção do muro de para contenção de erosão e escada de concreto para o rio; construiu a cozinha coletiva, o limpador de peixes, o minhoqueiro e a ampliação da casa do caseiro; reformou e colocou cascalho na estrada de acesso; iluminação geral do pesqueiro e portão. Construiu ainda, a belíssima piscina com cascata de água natural e o poço artesiano. Adquiriu todo o mobiliário para a piscina e a cozinha. Fez a plantação de inúmeras árvores frutíferas. O administrador da sede de Coxim foi o juiz Marco André N.



O início da construção da sede social de Dourados.

BIÊNIO 1991-92



O colônia de férias de Coxim, começa a tomar forma.

Hanson de 1991 a 1996. A área do pesqueiro foi ampliada em mais 1 ha de terreno doado pelo Dr. Álvaro Fontoura.

Em Dourados, a Administração deu início à construção da sede social e hotel de trânsito da entidade. Adquiriu os móveis para a sala destinada a Amamsul no Fórum local e contratou uma secretária para atender os magistrados da Região.

Esta Administração adquiriu mais três lotes de terrenos junto à sede campestre, no Jardim Montevideu. Instalou o sistema de PABX na secretaria administrativa e patrocinou a informatização da Associação.

Durante essa gestão realizou um Encontro Interstadual de Magistrados: Mato Grosso do Sul e Paraná, na cidade de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. O Encontro Regional de Magistrados aconteceu na Comarca de Rio Verde (MS). Os dois Encontros Estaduais de Magistrados foram realizados em Campo Grande, sendo que no último, realizado dia 13 de dezembro de 1992, na sede social, aconteceu a eleição para a escolha dos dirigentes da Amamsul, no biênio seguinte.



Foto aérea do pesqueiro.

Administração 1991/92

Presidente: Juiz Divoncir Schreiner Maran

1º Vice-Presidente: Des. Gerval Bernardino de Souza

2º Vice-Presidente: Juiz Francisco Gerardo de Souza

Secretário-Geral: Juiz Adão Alves Teixeira

Secretário Adjunto: Juiz Dárlion Leão Lino

1º Tesoureiro: Juiz Sideni Sincini Pimentel

2º Tesoureiro: Juiz Hermenegildo Vieira da Silva

Diretores: Juizes Julizar Barbosa Trindade, João Maria Lós e Ildeu de Sousa Campos.

Conselho Deliberativo: Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins e os juizes Manoel Mendes Carli, Valdivino Antonio dos Santos, Sebastião Lino Simão e Luiz Gonzaga Mendes Marques.

Suplentes: Juizes Ivan Amando Monteiro, Odemilson Roberto Castro Fassa e Luiz Carlos Souza Atayde.

AO PRESIDENTE DA AMAMSUL,
JUIZ DIVONCIR S. MARAN OS
 AGRADECIMENTOS DAS FAMÍLIAS QUE
 ACOMPANHAM SEUS MARIDOS
 PESCADORES, EM UM DOS RIOS
 MAIS PISCOSOS DO BRASIL E NA
 MAIS BELA PISCINA DO ESTADO.
 COORDENADOR
MARCO ANDRÉ NOGUEIRA HANSON
 COXIM-MS. GESTÃO: 89/92



Parque infantil da sede de Campo Grande.

Na eleição que escolheu os mandatários da Amamsul para o biênio de 1993-94, realizada dia 13 de dezembro de 1992, concorreram duas chapas: a "Harmonia e Trabalho" encabeçada pelo Des. Milton Malulei, e a "Conciliação e Progresso", presidida pelo **Des. Rubens Bergonzi Bossay**. Terminada a votação, os escrutinadores Des. Carlos Stephanini (presidente) e, os membros, Des. Nelson Mendes Fontoura e Desembargadora Dagma Paulino do Reis, apuraram: 71 votos para a "Harmonia e Trabalho" e 78 votos para a "Conciliação e Progresso", que saiu vencedora. Apenas quatro sócios deixaram de votar e três anularam seus votos.

Foi preocupação dessa Administração deixar os associados bem informados das decisões tomadas pela Diretoria. Para isso, fez uso de ofício-circulares que, pela primeira vez na história da Amamsul, sempre noticiavam as principais deliberações da Diretoria. Editou e fez circular 12 edições do "Jornal da Amamsul", em formato



Barracão com as churrasqueiras atrás do prédio da sauna.

tablóide. Antes a comunicação era através de Boletins Informativos. Com o apoio do Tribunal de Justiça, editou "AMAMSUL HISTÓRIA E CULTURA", primeira revista da entidade, com a finalidade de registrar a história da Associação e de publicar trabalhos dos magistrados. *Ela serviu de fonte de informações para esta edição comemorativa dos 25 anos da Amamsul*".

A Amamsul participou decisivamente na elaboração do novo Código de Organização e



1º outubro-1993: É realizado no Tribunal de Justiça o 1º Ciclo Estadual de Debates sobre os Juizados Especiais. O Des. Rêmolo Letteriello proferiu palestra sobre o tema "Aspectos Gerais da Legislação dos Juizados Especiais".

1994: Governador Wilson Barbosa Martins.

01-janeiro-1995: Assume a Presidência da República Fernando Henrique Cardoso para governar o País até 01 de janeiro de 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DE
MATO GROSSO DO SUL-AMAMSUL
SUB SEDE DOURADOS/MS
ESTA OBRA FOI INAUGURADA EM 25/11/94
DIRETORIA
PRESIDENTE: DES. RUBENS BERGONZI BOSSAY
VICE-PRESIDENTE: JUIZ ADENI SOMINI PIMENTEL
VICE-PRESIDENTE: JUIZ SEBASTIÃO LINO SIMAO
SECRETARIO: JUIZ DONIVAL RENATO PAVAN
DESECRETARIO: JUIZ ODEMILSON ROBERTO CASTRO FASSA
TESOUREIRO: JUIZ FRANCISCO GERARDO DE SOUSA
PROFESSOR: JUIZ CARLOS ALBERTO PEDROZA DE SOUZA
COORD. REG. DOURADOS: JUIZ DONIVAL MOREIRA DOS SANTOS



Juiz João Maria Lós, com seu intérprete, Dhoesophea Kim em missão de paz da ONU, em maio de 1993 no Camboja.

Divisão Judiciárias do Estado. Dentre as propostas apresentadas vale salientar a que criaria cargos de juízes auxiliares na Capital, mais varas na comarca de Campo Grande e a dotação dos Juizados Especiais com juízes titulares. O presidente da Associação participou de todas as reuniões do Conselho Deliberativo da AMB, acompanhando os trabalhos referentes à revisão constitucional, e outros do interesse da classe, inclusive a do Estado contar a vice-presidência da AMB, indicando o Des. Rémolo Letteriello. Por iniciativa da Amamsul, o Primeiro Encontro da AMB, para elaborar propostas para a revisão constitucional, foi realizado em Mato Grosso do Sul.

No plano administrativo, foram criadas as Diretorias de Seguros e de Informática, alterou o regulamento da colônia de pesca de Coxim e instituiu um novo para a sede social de Campo Grande. A Diretoria de Patrimônio promoveu o tombamento dos bens da Associação. Para a sede de Coxim foi adquirido um barco, além dos serviços para conter a erosão e a conservação da estrada de acesso com a construção de quatro mata-burros, dispensando os colchetes.

Na parte cultural, a Associação não descuidou dos associados, patrocinando a participação de magistrados em vários congressos, seminários e encontros, tais como: 2º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, 1º Simpósio Nacional sobre Execuções Penais e Privatizações de Presídios, Encontro Nacional sobre o Meio

Ambiente, Encontro Anual da FLAM, em Santiago, no Chile; Congresso Luso-Brasileiro, em Portugal, entre outros. Em maio de 1993 o juiz João Maria Lós, ex-presidente da Amamsul, fez parte da Missão de Paz da ONU como observador eleitoral nas eleições, no Camboja, no Sudoeste Asiático.

A sede social de Dourados, antigo sonho dos juízes da Região, iniciada na gestão passada, foi concluída e sua inauguração se deu em 25 de novembro de 1994. Na sede de Campo Grande, foi construído um galpão com duas churrasqueiras, banheiros privativos, e uma calçada defronte a elas, tornando o local muito agradável. O hotel de trânsito foi ampliado com a construção de mais um apartamento. Foi adquirido ainda, um terreno nos fundos da sede campo, no Jardim Montevideú. Foram reformados o parquinho infantil, as quadras de tênis, de areia e os dois campos de futebol suíço.

O 12º Encontro Estadual de Magistrados foi realizado em Corumbá no final de 1993, ocasião em que, durante Assembléia Geral Anual, foram discutidos e aprovados importantes assuntos relativos ao DAMEH, o bem sucedido plano de seguro privado da Associação. O XIII Encontro Estadual de Magistrados foi em Campo Grande, nos dias 8 e 9 de dezembro de 1994, quando se realizou a eleição para a escolha dos dirigentes da Amamsul em 1995-96.

Administração 1993-94

Presidente: Des. Rubens Bergonzi Bossay

1º Vice-Presidente: Juiz Sideni Soncini Pimentel

2º Vice-Presidente: Juiz Sebastião Lino Simão

Secretário Geral: Juiz Dorival Renato Pavan

1º Tesoureiro: Juiz Francisco Gerardo de Sousa

2º Tesoureiro: Juiz Carlos Alberto Pedrosa de Souza

Diretor Social: Juiz Manoel Mendes Carli

Conselho Deliberativo: Juízes Aleixo Paraguassú Netto, Marco André Nogueira Hanson, Roberto Iser, João Bosco Martins Monteiro e Carlos Alberto Rezende Gonçalves.

Suplentes: Juízes Dáron Leão Linó, Carlos Ismar Baraldi e Jackson Aquino de Araújo.

TEMPOS DIFÍCEIS

As dez horas da manhã do dia 9 de dezembro de 1994, na sede social da Amamsul, em Campo Grande, teve início a eleição para a escolha dos dirigentes da Associação para o biênio 1995-96. Concluído o processo de votação, o Des. Higa Nabukatsu, presidindo a Comissão Apuradora, auxiliado pelo juiz Paschoal Carmelo Leandro e secretariado pela juíza Elizabeth Rosa Baisch, anunciou os resultados: a Chapa "Magistrados Unidos", encabeçada pelo juiz Edson Ernesto Ricardo Portes, obteve 55 votos; e a Chapa "O Magistrado em Primeiro Lugar", presidida pelo **juiz Sideni Soncini Pimentel**, foi a vencedora com 98 votos. Sete sócios deixaram de votar e apenas um votou em branco.

Durante a gestão desta Diretoria foram realizadas cinco Assembléias Gerais Extraordinárias, em virtude do momento conturbado por que passava a Magistratura estadual, devido aos constantes e demorados atrasos dos pagamentos de salários. O Executivo não vinha repassando, normalmente, o duodécimo devido ao Poder Judiciário.

Mesmo com dificuldades financeiras a Administração da Amamsul, no Biênio 1995-96, conseguiu ótimas realizações para a Associação: adquiriu mais 16 lotes de terrenos, num total de 6.272 m², no Jardim Montevideu; adquiriu mobílias para a subse de Dourados; construiu a rampa para barcos no pesqueiro de Coxim; trocou o veículo Ford Pampa, ano 90, por outro do ano 95 e patrocinou a instalação de pára-raios na sede campestre.

A mais importante realização desta Diretoria foi a construção do segundo hotel de trânsito da Associação. O sobrado com dez apartamentos,



Segundo hotel de trânsito da Amamsul na sede Campestre.



O Início da construção do Plenário da Escola Superior da Magistratura.

26-setembro-1995:

Sancionada a Lei nº 9.099 que dispõe sobre os Juizados Especiais, Cíveis e Criminais.

03-outubro-1996:

Começa o voto eletrônico no Brasil, 26 capitais estaduais e em mais 26 municípios

côm mais de 200 mil habitantes.

17-julho-1996:

Governador Wilson Barbosa Martins sanciona na íntegra a Lei 1.071/1990 que dispõe sobre a criação e funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

ESTE PRÉDIO FOI INAUGURADO EM 12/12/96
GESTÃO 95/96

PRESIDENTE: JUIZ SIDENI SONCINI PIMENTEL
1º VICE-PRESIDENTE: JUIZ CARLOS GERMARDO DE SOUZA
2º VICE-PRESIDENTE: JUIZ SÉRGIO LAMARO ROSSASSINI DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL: JUIZ JOÃO CARLOS RODRIGUES MONTEIRO
SECRETÁRIO AJUNTO: JUIZ DONIVAL RENATO PAVAN
1º TESOUREIRO: JUIZ CARLOS ALBERTO PEDROZA DE SOUZA
2º TESOUREIRO: JUIZ GERALDO DE CARVALHO
DIRETOR SOCIAL: JUIZ DÁRIEN LEÃO LINDO
DIRETOR SOCIAL AJUNTO: DESEMBARGADOR CARLOS STÉPHANI NI
DIRETOR DE EMBARGOS: DESEMBARGADOR RÉMULO LETTERIELLO
PRESIDENTE DO CONSELHO: JUIZ JOSÉ MARRI LÔS



Tendo ao fundo o Dedo de Deus, na Serra dos Órgãos, o selecionado da Amamsul em disputa do Campeonato Nacional de Magistrados, em agosto de 1996, na Granja Comary em Teresópolis - RJ.

(capacidade para 60 leitos), com área construída de 657 m², contendo duas cozinhas, dois vestiários, American-Bar, salão de festas, hall de entrada, sala-de-estar e totalmente mobiliado, foi inaugurado dia 13 de dezembro de 1996, pronto para receber os associados, durante o XIV Encontro Estadual de Magistrados.

A Administração da Amamsul cedeu à Esmagis uma área de 10 mil metros quadrados de terreno, de sua sede campestre, no Jardim Montevideu, para a construção da sede própria da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul. No final de 1996 as obras de fundação e vigamento da primeira etapa do projeto (Auditório com capacidade para 240 lugares) já estavam concluídas. À frente do projeto estava o Des. Rêmolto Letteriello, Diretor-Geral da Esmagis.

Os Juizados de Pequenas Causas em Mato Grosso do Sul, foi pioneiro na criação dos Juizados Especiais Criminais e nos Processos de Execução dos Juizados Cíveis.

Em pé: os juizes Sideni, Eduardo, Bertelli, Cafure, des. Hildebrando, des. Elpidio, Dr. Álvaro (médico) e Mauro (Boleiro) e agachados: juizes Saldanha, Bonassini, Dorival, des. Divoncir e o massagista Alberto, equipe bicampeã do V Campeonato de Futebol Society de Magistrados do Centro-Oeste realizado em Goiânia em junho de 1996.

Na área de saúde a Associação celebrou convênios com a Unimed Campo Grande, visando melhor atendimento médico-hospitalar aos associados e seus familiares. Outro convênio foi celebrado com a empresa Marcaforte, que atua na área odontológica, proporcionando aos magistrados e seus dependentes menor custo nos tratamentos.

Em junho de 1996 a Amamsul participou do V Campeonato de Futebol dos Magistrados do Centro-Oeste, sagrando-se bicampeã na categoria Máster, em Goiânia-GO. Já no Tênis, ela foi representante na segunda edição do Campeonato Brasileiro de Tênis dos Magistrados, realizado em Guarujá-SP, pelo juiz Amauri da Silva Kuklinski. Os atletas da Amamsul participaram do III Campeonato Nacional de Futebol dos Magistrados, na Granja Comary, em Teresópolis, no Rio de Janeiro.

Administração 1995-96

Presidente: Juiz Sideni Soncini Pimentel

1º Vice-Presidente: Juiz Francisco Gerardo de Souza

2º Vice-Presidente: Juiz Luiz Claudio Bonassini da Silva.

Secretário-Geral: Juiz João Bosco Rodrigues Monteiro

1º Tesoureiro: Juiz Francisco Gerardo de Souza

2º Tesoureiro: Juiz Carlos Alberto Pedrosa de Souza

Diretor social: Juiz Dárlon Leão Lino

Conselho Deliberativo: Juizes João Maria Lós, Silvío Aparecido Barbeto, Paulo Rodrigues, Luiz Gonzaga Mendes Marques e Elizabeth Anache.

Suplentes: Juizes Cléber José Corsato Barbosa, Mauro José Capelari e Sandra Regina da Silva Ribeiro.



NOVOS TEMPOS

As 10 horas da manhã do dia 14 de dezembro de 1996, na sede de campo da Amamsul, em Campo Grande, o Des. Jesus de Oliveira Sobrinho, auxiliado pelos mesários juízes Manoel José de Araújo Azevedo Neto e José Paulo Cinoti, rompe o lacre da urna onde foram depositados os votos por correspondência. A votação dos eleitores presentes teve início meia hora depois, encerrando-se às 11h30m. Em seguida, passou-se a apuração obtendo o seguinte resultado: dos 168 votantes, 10 sócios votaram em branco, cinco eleitores anularam os votos e 131 votaram na chapa única "União por Novos Tempos", presidida pelo **juiz Ruy Celso Barbosa Florence**. Com este resultado, a Comissão Apuradora a proclamou eleita para administrar a Amamsul no biênio 1997-98.

A administração nesse período esteve voltada para a união da Magistratura e uma maior aproximação do Judiciário com a Imprensa e a Sociedade. Para tanto, implementou vários mecanismos, dentre eles, destaca-se o primeiro curso (Judiciário-Imprensa) para jornalistas do Estado, realizado



O presidente da AMB faz reunião com os juízes do estado.



Salão recreativo, no lugar do velho barracão de madeira.

em parceria com a Esmagis e o Sindicato dos Jornalistas, servindo de modelo para várias Associações de Magistrados. Também, em parceria com a Esmagis, foram realizados vários cursos e palestras para atualização de conhecimentos dos associados.

Com a mudança de postura frente aos diversos problemas do Estado, a Amamsul, nesta gestão, serviu de canal para a população denunciar corrupções na estrutura administrativa estadual e trabalhou, junto com outras entidades, na exigência



02-03-04-maio-1997:

É realizado na sede de campo da Amamsul o 6º Campeonato de Futebol do Centro-Oeste, categoria Master. A Amamsul sagra-se tri-campeã.

1998: Governador José Orcirio Miranda dos Santos, o Zeca do PT.

BIÊNIO 1997-98

de respeito aos direitos humanos e no combate aos crimes de "pistolagem", muito em voga no Estado. A convite da Amamsul, o presidente da AMB, Luiz Fernando Ribeiro, veio a Campo Grande, pela primeira vez, para entregar o Prêmio "Marçal de Souza" ao juiz Abdala Abi Faraj, indicado pelo CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos, por combater o crime organizado na Região de Fronteira.

No plano corporativo, através de reivindicações, apresentação de projetos e com o apoio do Tribunal de Justiça foram recuperados salários atrasados e recalculadas as verbas integrantes dos vencimentos, regularizando situações salariais antigas dos magistrados.

A sede administrativa da Entidade, no Fórum de Campo Grande, foi totalmente reformada, modernizada e dotada de modernos computadores. Adquiriu-se um veículo utilitário, modelo Courier, zero quilômetro, para melhor atendimento aos associados.

No dia 11 de abril de 1997, a Esmagis inaugurou seu auditório, com 420 m² de área construída com capacidade para 240 pessoas, na sede da Amamsul, no Jardim Montevideu.

Um dos mais modernos no Estado, na ocasião, dotado dos melhores recursos de áudio e visual. Sua construção teve início em 1996, sob a direção do Des. Rêmolo Letteriello, Diretor-Geral da Escola Superior da Magistratura.

Na área patrimonial, a Associação adquiriu mais 4.500 m² de terreno, junto à sede de campo, e construiu o Salão Recreativo, com bar, cozinha e banheiros, no lugar do velho barracão de madeira,

primeira área de lazer da Amamsul. Sua inauguração se deu no dia 12 de setembro de 1998.

Sob a supervisão do Vice-Presidente Juiz Dorival Moreira dos Santos e do juiz Tenir Miranda foram executadas várias melhorias na subsede de Dourados. No dia 14 de novembro de 1998, foi inaugurada a área de lazer dotada de sauna, campo de futebol suíço, piscina, churrasqueira e despensa.



O presidente da AMB, Luiz Fernando Ribeiro (o 3º da direita), esteve em Campo Grande para a entrega do Prêmio Marçal de Souza ao juiz Abdala Abi Faraj, e o jornalista Rubens Valente da Folha de São Paulo.

Administração 1997-98

Presidente: Juiz Ruy Celso Barbosa Florence

1º Vice-Presidente: Juíza Marilza Lúcia Fortes

2º Vice-Presidente: Juiz Dorival Moreira dos Santos

Secretário-Geral: Juiz Dorival Renato Pavan

1º Tesoureiro: Vladimir Abreu da Silva

2º Tesoureiro: Manoel Mendes Carli

Diretor Social: Juiz Júlio Roberto Siqueira Cardoso

Conselho Deliberativo: Juíza Aparecida Henrique Barbosa, juízes Fernando Mauro Moreira Marinho, João Bosco Rodrigues Monteiro, Roberto Iser e a Juíza Maria Isabel de Matos Rocha.

Suplentes: Juízes Nélio Stábile, Roberto Lemos dos Santos Filho e juíza Elizabeth Rosa Baisch.



11-abril-1997:
É inaugurado o Auditório da Esmagis - Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul em Campo Grande.





Entrada da sede campestre da Amamsul, no Jardim Montevideu.

No ano em que a Amamsul atingiu sua maioria estava no comando o **Juiz Francisco Gerardo de Souza**, eleito no dia 5 de dezembro de 1998, para administrar a Associação no biênio 1999-2000. Concorreram às eleições, duas chapas: a "Independência", do candidato juiz Vladimir Abreu da Silva, e a "União e Defesa do Magistrado", do candidato juiz Francisco Gerardo de Souza. Terminada a apuração constatou-se que a chapa "Independência" obteve 58 votos e a chapa vencedora recebeu 96. Dos 169 associados, onze deixaram de votar, dois votaram em branco e outros dois anularam.

Em 1999 a Diretoria adquiriu para a Amamsul uma área de terreno, com 2.919,67 m², ao lado do Auditório da Esmagis, na sede de campo, elevando o patrimônio da Associação para 52.227,46 m². Ainda neste, ano construiu 190 metros de muro na sede campestre de Campo Grande e adquiriu frigobares para os apartamentos do hotel de trânsito.

Com a finalidade de retirar das ruas menores carentes, moradores do Bairro Jardim Nova Lima

principalmente, a Amamsul e a Escola Superior da Magistratura, em parceria com o Instituto de Perícias Científicas, criaram o projeto social denominado "Associação Alicerce Nova Lima", onde adotaram 50 menores. O projeto tinha como objetivo colaborar na alimentação, educação e na formação moral, social e atlética dos menores. Só podiam participar aqueles que freqüentavam regularmente as atividades escolares. O projeto fornecia uniformes, material esportivo e de limpeza, além de alimentação.

A administração desse período fez uma grande reforma no salão de festas da sede de Campo Grande instalando aparelhagem de ar condicionado central. Para o berçário no salão social foram adquiridos berços, camas, colchões e apetrechos. Para a sede administrativa foi adquirido computador de última geração a fim de agilizar o atendimento aos associados.

Na área esportiva, a Amamsul participou de dois campeonatos de futebol de Magistrados. O primeiro foi o da Região Centro-Oeste, realizado em Brasília, na Categoria Máster, conquistando o campeonato. No segundo, o Campeonato Nacional de Futebol dos Magistrados, patrocinado pela AMB, realizado em São Luis (MA), a Amamsul ficou com a terceira colocação. Nos dias 5, 6 e 7 de novembro de 1999, a Amamsul sediou, em Campo Grande, o III Campeonato Brasileiro de Futebol dos Magistrados - Categoria Sênior (atletas com mais de 48 anos). O título de Campeão ficou com o selecionado dos Magistrados Paulistas.

Na área cultural a Amamsul, juntamente

01-janeiro-1999:

Fernando Henrique Cardoso assume a Presidência da República, reeleito, para um segundo mandato. Governa até 01 de janeiro de 2003.

01-junho-1999:

Instalado o Juizado Especial Cível do Consumidor.

A instalação se deu graças ao convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Justiça e Cidadania e a Uniderp-Universidade para o Desenvolvimento do

Ministro do STF Sidney Sanches faz palestra para juizes na Esmagis.



BIÊNIO 1999-00



Projeto social "Associação Alicerce Nova Lima", para menores carentes.

com a Esmagis, promoveu diversos cursos, debates e palestras para magistrados, como a palestra do Ministro Sidney Sanches do STF que falou sobre "Reformas Constitucionais do Poder Judiciário". Entre os dias 24 e 30 de março de 1999, a Amamsul realizou a "Semana de Mobilização Nacional pela Cidadania e Justiça" com várias palestras e debates. Para o encerramento, a Associação convidou a Dr^a Carmem Lúcia Antunes Rocha, Professora de Direito Constitucional, que falou sobre a CPI e reformas do Poder Judiciário, entre outros temas.



Berçário do salão de festas da Amamsul.

Estado e da Região do Pantanal. Tendo como seu primeiro titular o juiz Ruy Celso Barbosa Florence. Segundo o convênio, a Secretaria de Justiça fornece o prédio e a Uniderp ficou responsável pelo fornecimento dos móveis e equipamentos e os alunos estagiários

para serviços burocráticos e atendimento ao público.

Des. Nildo de Carvalho, des. José Augusto de Souza, Juiz Francisco Gerardo de Souza e o Juiz Sidney Soncini Pimentel, juntamente com mais de 30 magistrados sul-mato-grossenses, participaram do XVI Congresso Brasileiro de Magistrados realizado em Gramado - RS.



Salão social onde foi instalado o ar-condicionado central.

A Amamsul participou ativamente do XVI Congresso Brasileiro de Magistrados, realizado em Gramado, no Rio Grande do Sul, de 27 a 30 de setembro de 1999, marcando presença com trinta Magistrados de Mato Grosso do Sul, que participaram da primeira Assembléia da história da Magistratura Nacional.

Administração 1999-00

Presidente: Juiz Francisco Gerardo De Souza

1º Vice-Presidente: Juiz Julizar Barboza Trindade

2º Vice-Presidente: Juiz Dorival Renato Pavan

Secretário-Geral: Juiz Paulo Rodrigues

Secretário Adjunto: Juiz Manoel Mendes Carli

2º Tesoureiro: Juiz Carlos Alberto Pedrosa de Souza

Diretor Social: Juiz Luiz Claudio Bonassini da Silva

Diretor Social Adjunto: Juiz Marco André Nogueira Hanson

Diretor de Comunicação: Romero Osme Dias Lopes

Conselho Deliberativo: Jesus de Oliveira Sobrinho, Geraldo de Carvalho, Luiz Roberto Pires, Djailson de Souza e Sandra Regina da Silva Ribeiro.



Para comandar a Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul nos anos de 2001 e 2002, início deste terceiro Milênio, os associados da Amamsul escolheram os integrantes da chapa única "Pela União", tendo como presidente o **Juiz Luiz Gonzaga Mendes Marques**. As eleições para a Diretoria e o Conselho Deliberativo foram realizadas em 16 de dezembro de 2000, com abertura às 9:10 horas e encerramento às 11:30 horas, na sede social da entidade, em Campo Grande.

Procedida à apuração, depois da conferência da urna e dos votos, constatou-se que votaram 158 associados, com o seguinte resultado: 146 votos para a chapa única concorrente, 11 sócios votaram em branco e apenas um anulou seu voto. Com este resultado, a Comissão Apuradora formada pelos juízes Fernando Mauro Moreira Marinho, Nélio Stábile e Odemilson Roberto Castro Fassa, proclamou eleita a Chapa "Pela União".

Nesta gestão, a presidência da Amamsul esteve constantemente acompanhando no Congresso Nacional a votação do Projeto de reforma do Poder Judiciário. Esse Projeto foi votado no primeiro e no segundo turno na Câmara dos Deputados



Des. José Augusto de Souza (Pres. do Tribunal de Justiça), Des. Divonci S. Maran, Juízes Ruy Celso B. Florence, Emerson Cafure, Jairo Luiz de Quadros, Alexandre Antunes e Vânia de Paula Arantes Cardote, exjuizes da Comarca de Bonito.

e no primeiro turno no Senado. Com o término do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Projeto de Reforma do Judiciário encontra-se paralisado no Senado Federal para ser votado em segundo turno.

No Estado, a Diretoria da Amamsul atuou intensamente junto com associações de classes, como a OAB, Associação dos Promotores Públicos de Mato Grosso do Sul e a Associação dos



Churrasqueira coletiva no pesqueiro em Coxim.



outubro-2002:

A sede administrativa da Amamsul muda do antigo Fórum de Campo Grande, localizado na Avenida Fernando Córrea da Costa, para o 3º andar do novo Fórum Heitor Medeiros, na Rua da Paz, esquina com 25 de Dezembro.



2002: José Orcírio Miranda dos Santos assume o 2º mandato como Governador reeleito.

BIÊNIO 2001-02



Magistrados participantes do Encontro na Comarca de Bonito nos dias 17 e 18 de maio de 2001, no Hotel Zagaia.

Defensores Públicos, entre outras, para aprovação pela Assembléia Legislativa da Lei que combate o nepotismo, no funcionalismo público.

A Amamsul juntamente com a Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul, Esmagis, promoveu vários Encontros de Magistrados do Estado. Dois Encontros aconteceram na estância turística de Bonito, um em Três Lagoas e outro em Corumbá. O primeiro, realizado nos dias 17 e 18 de maio de 2001, no Hotel Zagaia, na cidade

de Bonito, contou com palestras sobre a Reforma do Código de Processo Civil, Processo de Execução Resultante da Reforma e os Juizados Especiais. O Encontro de Três Lagoas se deu em setembro do mesmo ano e o de Corumbá, no final do ano.

Na área esportiva, a Amamsul sediou em sua sede social e esportiva, em Campo Grande, entre os dias 22 e 26 de agosto de 2001, os campeonatos de futebol dos Magistrados do Centro-Oeste.

A Administração da Amamsul, no biênio 2001-02, iniciou e concluiu a reforma do salão social, deixando-o com 511 m² a mais de área construída. A inauguração se deu durante os festejos de final de ano, quando da Assembléia Geral Anual da Associação. Também foi construído no pesqueiro de Coxim um barracão com cozinha e duas churrasqueiras coletivas.



Ampliação do salão social: área construída 511 m².

01-janeiro-2003:

Assume a Presidência da República, Luiz Inácio

Lula da Silva, eleito para governar o País até 01 de janeiro de 2007.



Dra. Mariza Lúcia Fortes, primeira Juíza Auditora Militar de MS, recebe o título de *Mulher Operadora do Direito 2002*, da ABMCJMS.

Administração 2001/02

Presidente: Juiz Luiz Gonzaga Mendes Marques

1º Vice-Presidente: Juiz Dorival Moreira dos Santos

2º Vice-Presidente: Des. Nildo de Carvalho

Secretário-Geral: Juiz Dorival Renato Pavan

1º Tesoureiro: Juiz Marco André Nogueira Hanson

2º Tesoureiro: Juiz José Ale Ahamad Netto

Diretor Social: Des. José Rizkallah

Conselho Deliberativo: Des. Gerval Bernardino de Souza, Juiz Francisco Gerardo de Sousa, Juiz João Adolfo Astolfi, juíza Elisabeth Anache e juiz Amaury da Silva Kuklinski.

Suplentes: Juiz Jackson Aquino de Araújo, juiz Wagner Mansur Saad e juíza Denize de Barros Dódero.

ATUALIDADE RECOMPENSADA



Reunião dos Presidentes de Associações de Magistrados com o Ministro Marco Aurélio de Mello. Presidente da STF. A Amamsul estava representada pelo presidente, Juiz Marco André Nogueira Hanson e Luiz Gonzaga Mendes Marques.

A atual administração da Amamsul, para o biênio 2003-04, foi escolhida pelos associados em eleições ocorridas, durante o Encontro Anual dos Magistrados realizado em dezembro de 2002, na sede social da Entidade, em Campo Grande. Duas chapas concorreram às eleições: "União, Trabalho e Diálogo", chefiada pelo juiz Sideni Soncini Pimentel, e a "Justiça e Ação", tendo como presidente o **juiz Marco André Nogueira Hanson**. Em disputadíssima eleição, a primeira chapa obteve 112 votos e a chapa "Justiça e



Des. Joenildo de Souza Chaves, durante cerimônia inaugural da Galeria dos ex-juizes da Comarca de Jardim-MS.



Abertura do 2º Encontro Estadual sobre Execução Penal.



Os juizes de Jardim: Wilson Corrêa Leite, Oswaldo Santiago, Joenildo Souza Chaves, João Carlos Brandes Garcia, Carlos Alberto Garçetti, Marco Antônio Cândia, Luiz Carlos de Souza Ataíde, Vladimir Abreu de Silva.

Ação", saindo vitoriosa com apenas seis votos de diferença, levou 118 votos. Dos 237 votantes, houve quatro votos em branco e apenas três nulos.

A Presidência da Amamsul, deste biênio, nem bem tomou posse, encontrou a Magistratura com um grande problema. A Reforma da Previdência. Os constantes debates, encontros, reuniões com outras Associações, com a AMB e com parlamentares, vêm tomando quase todo o tempo da administração. Em 16 de junho, Dia Nacional de Mobilização, a Amamsul coordenou um grande en-



Debate na ASMP sobre a Reforma da Previdência.



O Secretário de Segurança Dagoberto Nogueira Filho, no 2º Encontro Estadual de Execução Penal.

2003: Diretoria do Tribunal de Justiça: Des. Rubens Bergonzi Bossay (Presidente), Des. Joenildo de Souza Chaves (Vice-Presidente) e Des. Atapôa da Costa Feliz (Corregedor Geral de Justiça).

BIÊNIO 2003-04

contro de representantes de várias entidades trabalhistas de Mato Grosso do Sul, realizada no Plenário do Tribunal de Justiça, para debater o projeto da Reforma da Previdência.

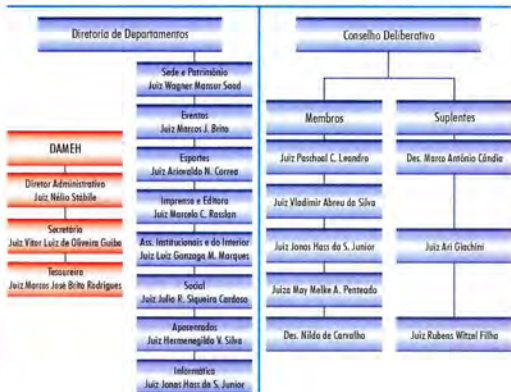
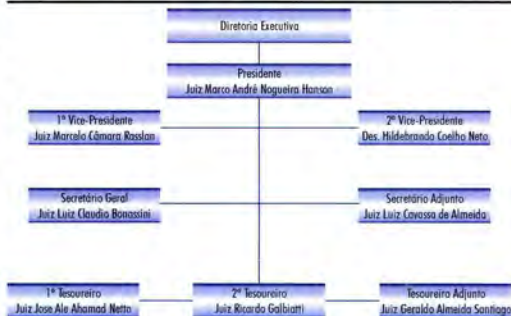
No mesmo dia, os magistrados estaduais reuniram em Assembleia, na sede da entidade, para debater o problema previdenciário. Foi aprovada uma nova Assembleia para o dia 23 de junho. Nesta Assembleia, os associados deram plenos poderes ao presidente da Amamsul para agir em nome da classe, inclusive decretando paralisação, de acordo com a AMB.

O Ministro Marco Aurélio de Mello, presidente do STF, recebeu no dia 20 de maio das entidades ligadas à Magistratura, representando mais de 15 mil juízes, um apelo para que esclareça à população os "riscos" pelo projeto de reforma da Previdência.

A Amamsul, em parceria com a Esmagis, realizou nos dias 29, 30 e 31 de maio o II Encontro Estadual sobre Execução Penal, com a participação especial da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul.



Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul sobre a violência no Estado.



Como foi sua administração na Associação que congrega os Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL, no período de 2 de julho de 1978 a 27 de dezembro de 1980?

Tive a honra de presidir a primeira Diretoria da Amamsul e juntamente com os colegas Milton Malulei (1º vice-presidente), Marco Antônio Cândia (2º vice-presidente), Aleixo Paraguassú Neto (secretário geral), Assis Pereira da Rosa (1º tesoureiro), Rui Garcia Dias (2º tesoureiro) e Almicar Silva (diretor social) iniciamos o penoso mas gratificante trabalho de assentar os alicerces da novel entidade que seria sustentada pelo entusiasmo de apenas 38 magistrados que era o número de juizes que compunha a Magistratura de Mato Grosso do Sul, quando da divisão do Estado. Posso destacar, como pontos marcantes da nossa gestão, a consolidação institucional da Amamsul, a edificação da nossa sede campestre e hotel de trânsito, construída em apenas 6 meses, e o privilégio de sediar, na nossa Capital, o VII Congresso Brasileiro de Magistrados, que foi considerado, o melhor de todos, até então realizados pela AMB.

Durante sua gestão frente a Amamsul, qual foi ou quais foram as maiores dificuldades encontradas?

Contei com uma equipe extraordinária de colegas que muito me auxiliaram na administração e, por isso vencemos as naturais obstáculos que surgiram no nascedouro da Associação. Presidi a Amamsul residindo no próprio interior (Coxim e Dourados) e essa foi, talvez, a maior dificuldade, uma vez queria participar – e participei – pessoalmente das reuniões semanais da Diretoria, principalmente na época da preparação para a realização do Congresso Brasileiro de Magistrados.

Na época, qual a maior conquista obtida pela entidade em favor dos associados?

Como disse, a Amamsul congregava apenas 38 juizes. As necessidades de ordem material foram logo satisfeitas com a construção da sede que abrigava, em Campo Grande, os colegas do interior. Não me lembro da existência, nos primeiros anos de vida da nossa entidade, de campanhas, lutas ou rei-



Des. Rêmolo Letteriello

Nascido em Campo Grande (MS) no ano de 1941.

Cursou Direito na Faculdade Federal do Paraná.

Ingressou na Magistratura em 1976. Foi juiz nas comarcas de Coxim,

Dourados e Campo Grande. Promovido a Desembargador em 1987.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 1997-98 e Presi-

dente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 1999-2000.

vindicações substanciais em prol de melhorias de condições de vida ou de trabalho, ou de caráter institucional, mesmo porque as administrações da Amamsul e do Tribunal de Justiça sempre tiveram um harmonioso relacionamento, uma colaborando com a outra, o que permitiu uma convivência salutar que só trouxe benefícios a todos.



30-janeiro-1979: São empossados desembargadores os juizes Gerval Bernardino de Souza (mercemento) e Assis Pereira da Rosa (antiguidade), e o advogado Higa Nabukatsu pelo 5º Constitucional OAB.

Outubro de 1979: realizam-se as provas para o primeiro Concurso para juiz de direito de Mato Grosso do Sul, sendo aprovados: (ver foto, da esquerda para a direita:

Alécio Antônio Tamiozzo, Des. Jesus de Oliveira Sobrinho - Vice-presidente do TJ, Oswaldo Rodrigues de Melo, Frederico Faria de Miranda, Des. Leão Neto do Carmo - Pres. do TJ, Abrão Razuk, Gilson Barbosa dos Santos, José Lamartine Satyro, Atapoá da Costa Feliz). Na foto não consta o Juiz Ideu de Souza Campos também aprovado no primeiro concurso.

DESEMBARGADOR RÊMOLO LETTERIELLO

Quem abraça a carreira da magistratura geralmente é avesso à política. Como o Sr. fez para conciliar os problemas políticos inerentes a toda entidade de classe?

Particularmente, antes de ingressar na magistratura, sempre estive envolvido em política. Não partidária. Fiz essa política a vida toda de estudante, acentuando-se mais na política universitária que foi, sem dúvida, uma grande escola onde percorri caminhos plenos de vivências e experiências e conheci a complexidade da convivência humana. Por isso mesmo não defrontei com nenhum problema de natureza política que não pudesse ser facilmente superado.

Os políticos brasileiros sempre acham que em apenas quatro anos de mandato não dá para fazer muita coisa. O que o Sr. gostaria de ter feito para a Associação mas, devido ao curto mandato de dois anos, não houve tempo?

Realmente, dois anos é um lapso de tempo muito curto para o administrador que tem um monte de idéias e planos na cabeça para colocá-las em prática. Senti isso quando estive à frente da Amamsul e do Tribunal de Justiça. Dizia aos amigos, em tom de blague, é lógico, que se pudesse, daria um golpe para permanecer mais tempo no exercício daquelas presidências para fazer o que sonhava, já que num biênio não era possível. Com relação à Amamsul gostaria de ter implantado e edificado, naquela época, a nossa Escola Superior da Magistratura, executando o projeto completo da obra, ou seja, construindo não só o auditório (o que fizemos 17 anos depois), mas também as salas de aulas e a parte administrativa.

Existe algum fato, acontecimento ou algum personagem, durante sua gestão, que o Sr. gostaria de destacar?

Gostaria de destacar e ao mesmo tempo prestar homenagens a duas personalidades que não poderão ser esquecidas, pelo que fizeram em prol da Amamsul: o nosso primeiro Governador, Harry Amorim Costa, e o nosso primeiro Presidente do TJ, Des. Leão Neto do Carmo. O primeiro, quando instado a colaborar com o Congresso Brasileiro de Magistrados, dispôs a associação todos os recursos, materiais e financeiros, que pletreamos, enfatizando que gostaria que a nossa Campo Grande albergasse o maior e melhor encontro de magistrados do Brasil, o que realmente aconteceu. Esse evento destacou de tal forma a nossa Associação que, por causa dele e em razão dele é que a Associação dos Magistrados Brasileiros me outorgou, no ano de 1980, a Medalha do Mérito Judiciário Brasileiro, a mais alta condecoração da AMB. O segundo, Des. Leão, extraordinário magistrado dotado de um idealismo vibrante, se entregou de corpo e alma no auxílio que tanto precisávamos, do Tribunal de Justiça, para consolidar a nossa entidade classista. A ele muito devemos, sem dúvida, essa verdade que são 25 anos da Amamsul.

Uma definição da importância da Associação como: Fator de integração de magistrados: é a casa que foi inaugurada e fundada para a promoção constante do congregar e da união dos magistrados sul-mato-grossenses. Na logomarca da Amamsul vemos uma corrente circundar o mapa do Estado e o símbolo da Justiça. Os magistrados são os elos dessa corrente que nos une e nos fortalece.

Veículo de reivindicações de classe: é o campo fértil para a promoção, a organização e a defesa de ações conducentes à melhoria das condições de vida e de trabalho e demais reivindicações de seus associados, e para o desenvolvimento da consciência de classe e da sua importância na sociedade.

Referência ética e moral da sociedade: a Associação, aos olhos da população, é a entidade que congrega os depositários da moral e da ética de toda uma sociedade, moral e ética entendidas como normas, condutas e comportamentos do ser humano. Ainda, aos olhos do povo, a Associação é a própria imagem da magistratura e o do Judiciário que, invariavelmente, é avaliado segundo agem ou como se comportam os seus integrantes. Felizmente, a Amamsul, não tem, no seu quadro associativo, nenhum membro que não soube dignificar a toga e, por isso, desfruta de excelente conceito na nossa sociedade.

O que o Sr. espera da Amamsul com vistas ao futuro da Associação e dos Associados?

Espero que a Amamsul conserve a Escola Superior da Magistratura como ela foi concebida: uma escola para os magistrados estaduais. Espero que os nossos atuais dirigentes classistas reconsiderem a decisão tomada, aliás à revelia da Assembleia Geral, de entregar ou repartir esse patrimônio com o Poder Judiciário Federal ou mais precisamente com a Justiça Eleitoral. Sabemos que já mudaram até o nome da Esmagis para: "Escola Superior da Magistratura Estadual e Eleitoral". Lembrem, os colegas dirigentes, que há, na Reforma do Poder Judiciário, proposta ardentemente defendida pelos Juizes Federais de excluir os juizes estaduais da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, proposta essa com ampla aceitação no Congresso Nacional. Se for aprovada, como ficaremos? Seremos expulsos também da nossa casa? Espero que qualquer decisão no sentido de se alterar as finalidades e os objetivos da Esmagis, seja tomada após manifestação dos juizes associados, reunidos em Assembleia.

1979-80: Diretoria do Tribunal de Justiça: Des. Leão Neto do Carmo (Presidente), Des. Jesus de Oliveira Sobrinho (Vice-Presidente) e Des. Rui Garcia Dias (Corregedor Geral de Justiça).

O Poder Judiciário atravessa uma crise de credibilidade. Como o senhor vê a Justiça Brasileira?

Acredito ser a Justiça Brasileira composta, em sua maioria, por juízes honestos e bem intencionados, embora muitos destes esqueçam um pouco da condição humana que cada pleito apresenta, ou seja, as angústias que estão atrás de cada processo e que devem ser atendidas com presteza.

O que o senhor acha do movimento de alguns juízes brasileiros, denominado Direito Alternativo?

O juiz ao exercer o poder que lhe é concedido para poder servir a comunidade, deve exercitá-lo limitado pela lei — que nem sempre, mas quase sempre, traduz o direito. Embora não seja sagrada, pois, apenas o Direito é sagrado, deve o juiz buscar o direito na lei, porque costuma ser a cristalização do interesse coletivo, e por isso, mostra-se muitas vezes mais sábia que o próprio legislador. Contudo, quando se for possível alcançar indubitavelmente o direito com o desprezo da lei, assim deverá decidir o juiz, guiando-se só pela experiência, pelo estudo, pela meditação, que conduzem à sabedoria e à moderação.

Qual o seu conceito, então, de uma justiça ideal?

A justiça somente será perfeita e completa se não for tardia.

Qual critério que o senhor entende ser o mais adequado para a escolha da Presidência e demais cargos da administração do Poder Judiciário?

De regra, deve-se conduzir à presidência da corte, o mais antigo dos seus membros em respeito reverencial à normas legais dispostas em cascata, mas, sobretudo ao reconhecimento da utilidade da renovação dos métodos e comandos administrativos e da própria liderança do Poder Judiciário do Estado.

O presidente da APAMAGIS, Juiz Sérgio Jacinto Rezende, em artigo publicado no jornal O Estado

1º-fevereiro-1980: São empossados como Desembargadores os juízes Milton Malulei e Athayde Nery de Freitas e o Procurador Nelson Mendes Fountoura pelo 5º Constitucional -MP. **Julho de 1980:** O Tribunal de Justiça realiza o 2º Concurso para provimento de vagas existentes na Magistratura de Primeira Instância, incluindo-se o 1º Concurso para juiz

Auditor Militar do Estado de Mato Grosso do Sul. Foram aprovados onze candidatos: Antônio Lucas Pereira, Claudio Gonçalves Mendes, Dárcion Leão Lino, Elizabeth Tae Kinashi, Elpidio Helvécio Chaves Martins, Fernando Mauro Moreira Marinho, Joenildo de Sousa Chaves, José Goulart Quirino, Josué de Oliveira, Romero Osme Dias Lopes, Wilber José



Nome: Leão Neto do Carmo

Nascimento: 7/03/32 em Uberlândia (MG)

Carreira Jurídica: recém-formado pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, iniciou a advocacia em Cuiabá (MT), onde foi professor na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Nomeado como quis Substituto em 1960, logo prestou concurso, quando foi aprovado em primeiro lugar. Foi promovido, em 1966, a desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, com 34 anos de idade, onde também foi Corregedor-Geral de Justiça. Vice-presidente e posteriormente Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no biênio de 1979-1980. Foi professor na Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMAT). Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Presidente da AMAMSUL, no biênio 81-82. Aposentou-se em 1986. Faleceu em 15 de janeiro de 1991.

Palazzo e Marilza Lúcia Fortes, para Juíza Auditora Militar.

Março de 1981: Realiza-se o 3º Concurso para Juiz de Direito, sendo aprovados: Adão Alves Teixeira, Antônio de Paula Oliveira, Divoncir Schreiner Maran, Hermenegildo Vieira da Silva, Hildebrando Coelho Neto, João Maria Lós, Jorge Augusto Bertin, Paulo Alfeu

Puccinelli, Roberto Iser e Sideni Soncini Pimentel.

Dezembro de 1981: O Tribunal de Justiça realiza o primeiro Concurso para Juiz Substituto. Aprovados: Ademar Pereira, Ana Comparsi, Carlos Alberto Pedrosa de Souza, Clovis Borborema Santana, Divaldo Roque de Meira, Dorival Moreira dos Santos, Edson Ernesto Ricardo Portes, Itaney Francisco

DESEMBARGADOR LEÃO NETO DO CARMO

de São Paulo, edição de 23/03/1993, criticando o projeto do estatuto da magistratura nacional, afirma que a exemplo do Ministério Público, os juizes deveriam votar para a escolha da cúpula do Poder Judiciário. Quais os benefícios, em contra-oposição a esta idéia, que o senhor julga existir no critério ora defendido?

Preserva-se a coesão e a unidade do colegiado, evitando-se lutas políticas internas, a formação de grupos, radicalização de posições e incompatibilidade com o corpo julgante, que deve ter na imparcialidade e no equilíbrio algumas de suas virtudes mais assinaladas. Assegura-se assim, que a presidência do Tribunal será exercida por aqueles que, vivendo há mais tempo os problemas da vida administrativa da corte ou do Poder, já se habilitaram à solução de todos eles, estando em condições de conduzir com segurança e proveito a administração de coisa pública e do interesse coletivo afetos a este Poder, com o respaldo tranqüilo da cúpula judiciária.

No seu entendimento, qual o papel que cabe ao Estado na distribuição da Justiça?

O Estado pode e deve dar-se ao luxo de levar seus filhos, naturais ou adotivos, nas segmentos sociais das camadas superiores ou inferiores, e principalmente, nestas, uma Justiça barata, uma Justiça rápida, uma Justiça tanto quanto possível perfeita, que seja merecido prêmio não para quem a recebeu, mas dádiva e glória para aquele que a administrou.

Uma pergunta bem atual: qual o melhor regime de governo para o país?

Acho o parlamentarismo o regime ideal, porém para o Brasil ainda não é o momento para ser adotado.



Quais as qualidades que o senhor atribui a um magistrado para que ele possa desempenhar a contento as suas funções?

Cada juiz em cada comarca deverá ser, se possível, um exemplo, pela cultura pelo amor ao estudo e ao trabalho, por seu estofo moral, por sua dedicação incondicional à causa da justiça, conciliando inteligentemente estas exigências de sua missão social com a sua condição de ser humano.

Nós sempre perguntamos a respeito da cidade preferida do entrevistado. Com exceção das localizadas no Estado, para não melindrar ninguém, qual a que traz recordações?

Morrinhos, em Goiás, onde fiz um grande círculo de amizade. Grande parte de bons amigos, desses bons tempos, hoje estão com a vida estabilizada, sendo que alguns, inclusive, optaram pela vida pública, tais como Eurico Barboza, excelente advogado, figura brilhante. Deputado Federal em várias legislaturas, e também Aluor Barbosa, um dos grandes nomes da literatura goiana, com vários livros publicados.

1981-82: Diretoria do Tribunal de Justiça; Des. Jesus de Oliveira Sobrinho (Presidente), Des. Higa Nabukatsu (Vice-Presidente) e Des. Gerval Bernardino de Souza (Corregedor Geral de Justiça).

Nota da Redação

Esta entrevista/montagem foi produzida pelo juiz Romero Osme Dias Lopes para o Jornal da Amansul datado de abril de 1993, assim:

"Nesta edição resgatamos a memória de uma pessoa que por aqui passou: Desembargador Leão Neto do Carmo, o sempre lembrado e estimado magistrado e professor, prematuramente desaparecido do nosso convívio, aos 59 anos de idade, aos dias 15 de janeiro de 1991. Sua 'entrevista' tem o objetivo de registrar e preservar as idéias, conceitos e pensamentos deste mineiro, de Uberlândia, posteriormente 'adotado' pelo Estado de Goiás e o mais jovem desembargador do então uno Estado de Mato Grosso, quicô do Brasil, aos 33 anos.

Boa parte do material foi cedido por sua esposa Sra. Kei Uema, além da preciosa colaboração do Dr. Antônio Carlos de Novaes, chefe de gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça e professor Hildebrando Campestrini. Agradecemos também ao seu filho, advogado, Wagner Leão do Carmo, e à juíza substituta Sandra Regina da Silva Ribeiro, que pacientemente ajudou a coletar em discursos, relatórios, votos, reportagens, a maioria das frases selecionadas para compor o seu perfil. Todas as respostas dadas são rigorosamente verdadeiras e formam um painel deste que foi um baluarte da história do Poder Judiciário do nosso Estado".

Como foi sua administração na Associação que congrega os Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL, no biênio 1983-84?

Eleito no final de 1982, permaneci na Presidência da AMAMSUL somente nos primeiros meses de 1983, pois em 15 de março de 1983 aposentei-me, para assumir a titularidade da Secretaria Estadual de Segurança Pública de MS. Por essa particular razão, renunciei ao cargo de Presidente da entidade, motivo pelo qual fui sucedido pelo Vice-Presidente, o então Juiz RUBENS BERGONZI BOSSAY.

Durante sua gestão frente a Amamsul, qual foi ou quais foram as maiores dificuldades encontradas?

À época, um dos problemas que mais afligiam os magistrados eram os irrisórios salários percebidos. Lembrome, a propósito, que, ao reivindicarmos melhorias da remuneração, utilizávamos o argumento de que deveríamos perceber pelo menos o equivalente ao ganho do Ministério Público de MS.

Na época, qual a maior conquista obtida pela entidade em favor dos associados?

Não me recordo mais.

Quem abraça a carreira da magistratura geralmente é avesso à política. Como o Sr. fez para conciliar os problemas políticos inerentes a toda entidade de classe?

Naquele época, eis que mais de duas décadas são decorridas, o magistrado tinha uma maior aversão à atividade política do que hoje. Comigo não foi diferente. Entretanto, premido pela necessidade da representação da categoria, promovi os contatos e reivindicações próprias de quem preside entidade de classe.

O Poder Judiciário tem sido vítima de seu salutar desejo de não inmiscuir-se na política. Hoje, mais que antes, entendo que essa postura tem sido exagerada, na medida em que se confunde política no seu sentido lato (tra-



Nome: ALEIXO PARAGUASSÚ NETTO

Idade: 66 anos. Nascido em 05.03.37, em Belo Horizonte, MG

Formação acadêmica: bacharel em Direito

Carreira profissional (resumo): Concursado para o cargo de Juiz de Direito, em fins de 1973, obteve 1º lugar na classificação; Juiz de Direito das Comarcas de Rio Brillante (1974/76), Bataguassu (1976/78), Dourados (1978/82) e Campo Grande (1982/83); aposentado da Magistratura desde 15.03.83; Secretário de Estado da Segurança Pública (1983/86); Secretário de Estado da Educação (1987/90); Secretário de Estado da Educação (1995/97); Coordenador do Controle Interno do TRE/MS (1997/2000); Assessor Jurídico da Presidência do TRE/MS (2000/2003); Ouvidor Agrário do Estado de MS (2000/2001).

Campos, João Adolfo Astolfi, João Bosco Rodrigues Monteiro, Jonas dos Santos Pelliccioni, Jorge Eustácio da Silva Frias, Julizar Barbosa Trindade, Manoel Mendes Carli, Otto Bitencourt Neto, Paulo Mendes Álvares e Tenir Miranda.

Março de 1983: No segundo concurso para Juiz Substituto foram aprovados: Fauser de Oliveira Maia, Geraldo de

Carvalho, José Gomes da Silva, Luiz Carlos Saldanha Rodrigues, Manoel Jose de Araújo Azevedo Neto, Odilone de Oliveira, Paschoal Carmelo Leandro, Paulo César Pereira da Silva, Sebastião Andrade Filho e Valdevino Antônio dos Santos.

10-novembro-1983: O juiz José Rizkallah toma posse como desembargador promovido em substituição ao Des. Assis



JUIZ ALEIXO PARAGUASSÚ NETTO

to de interesses coletivos) com política partidária, esta, sim, incompatível com a atividade jurisdicional. Portanto, política com cuidado do interesse de fortalecimento da Magistratura é prática indispensável, tanto ao Poder Judiciário, como às entidades de classe que nem os julgadores, sob pena do amesquiamento do papel reservado à Judicatura. Comprova-o os avanços constantes da Constituição Federal de 1988, onde a Magistratura se viu melhor contemplada, graças à organização de um grupo de Juizes que assessoraram a Sub-comissão Temática, encarregada de formular uma proposta de redação do "Título IV - Da Organização dos Poderes".

Os políticos brasileiros sempre acham que em apenas quatro anos de mandato não dá para fazer muita coisa. O que o Sr. gostaria de ter feito para a Associação mas, devido ao curto mandato de dois anos, não houve tempo?

As circunstâncias postas àquela época indicavam a necessidade de garantia das prerrogativas do magistrado, como instrumento de exercício do poder jurisdicional eficaz, numa palavra, com independência e rapidez. Pena não tenha podido fazer mais.

Existe algum fato, acontecimento ou algum personagem, durante sua gestão, que o Sr.

gostaria de destacar?

Fato propriamente não, mas são inesquecíveis as figuras paradigmáticas dos Desembargadores LEÃO NETO DO CARMO e JESUS DE OLIVEIRA SOBRINHO, os quais, por sua serenidade, exemplar conduta, senso de justiça e preparo intelectual, sempre serviram-nos de norte.

Uma definição da importância da Associação como:

Fator de integração de magistrados;

Veículo de reivindicações de classe;

Referência ética e moral da sociedade.

A AMAMSUL, como de resto todas suas congêneres, constituem fator inquestionável de integração dos magistrados brasileiros. São insubstituíveis neste desiderato, eis que os tribunais têm missão diversa, pois não são organismos classistas. São as associações também veículos de reivindicação de classe, porque, sintonizadas com as entidades do mesmo gênero, atuam de forma coesa e com maior poder de persuasão. Podem, também, ser referência ética e moral da sociedade, como sugere a pergunta, embora não seja esse o seu papel primordial. Essa postura pode ser concretizar, por exemplo, quando as instituições de classe não fazem a defesa cega de seus associados, ou seja, posta-se em favor do saneamento da Magistratura, quando algum de seus integrantes macularem-na.

O que o Sr. espera da Amamsul com vistas ao futuro da Associação e dos Associados?

Que prossiga na consecução dos objetivos institucionais para os quais foi criada desde sua fundação, no não tão distante ano de 1978, quando um então pequeno grupo de Juizes lotados ao sul do então Estado de Mato Grosso, na cidade de Coxim, lançaram as bases de sua atuação. Fizeram-no, sob a convocação do então Juiz RÉMOLO LETTERIELLO, titular daquela Comarca e eleito nosso primeiro Presidente, por quem tive a honra de ser designado primeiro Secretário-Geral da nossa querida AMAMSUL. Alegro-me lembrar ter sido parte da trajetória dessa respeitável entidade, que em boa hora cuida de registrar, em publicação especial, o resgate dessa história.

1983-84: Diretoria do Tribunal de Justiça: Des. Sérgio Martins Sobrinho (Presidente), Des. Assis Pereira da Rosa (Vice-Presidente), substituído pelo Des. Athayde Nery de Freitas por ter se aposentado, e desembargador Milton Malulei (Corregedor Geral de Justiça).



Juiz Aleixo Paraguassú Netto, secretariando a reunião, fala na assembléia dos 25 magistrados quando da criação da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul - Amamsul, no dia 1 e 2 julho de 1979, no Tribunal do Júri no Fórum da cidade de Coxim.

Como foi sua administração na Associação que congrega os Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL, no biênio de 1985-86?

Devem ser lembrados alguns fatos próprios da época. Embora alheio, então, ao lado associativo da carreira, tanto que, no tempo de interior, jamais me interessei sequer em votar, eu era o desembargador mais novo de um Tribunal composto por dez magistrados; minha ligação com todos – juízes e desembargadores – sempre foi caracterizada pela confiança, sinceridade e clareza de propósitos. Daí que, sem postular o cargo de Presidente da Associação, acabei lembrado. Aceitei e não me arrependo, apesar do meu confessado e por vezes invencível defeito da intolância, que só então aprendi a superar, com algum sucesso. Nesse sentido, se minha presidência não foi útil à associação, foi para mim: aceitei e administro todas as tendências de pensamento e de inclinação, ainda que sem comunhão de idéias e interesses.

Durante sua gestão frente a Amamsul, qual foi ou quais foram as maiores dificuldades encontradas?

Pode ser difícil entender, mas a primeira das dificuldades residiu exatamente na boa expectativa dos colegas sobre o trabalho que eu pudesse realizar. O espectro da decepção me perseguiu desde o início até a colheita de alguns resultados, ainda que modestos. Lembre-se que a arrecadação era irrisória e meus antecessores foram até longe demais em tais condições. Colegas admiráveis.

Na época, qual a maior conquista obtida pela entidade em favor dos associados?

Havia várias frentes a atacar: os salários dos magistrados, que eram irrisórios e fixados rigorosamente pelo Poder Executivo, o aumento da arrecadação da entidade, a melhora do patrimônio e o aprimoramento intelectual dos magistrados e candidatos.

Quanto aos salários, elaborei minuta, transformada em projeto de lei que nos desatrelava dos humo-



Nascido: 15.09.1937 em Vera Cruz – SP

Em 1958 prestou serviços à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública – São Paulo. Advogou em São Paulo, capital, de 1963 a 1968, quando prestou concurso para ingressar na Magistratura em julho, em Cuiabá – MT. Em setembro foi nomeado para exercer, vitaliciamente, o cargo de Juiz de Direito, para a Comarca de Nova Andradina – MS.

Em 1983 foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador, após figurar em três listas tríplices, tendo tomado posse em 18 de dezembro. Foi Vice-Presidente do Tribunal de Justiça em 85/86 e Vice-Presidente do TRE em 90/91. E secretário de Estado de Segurança Pública, de março de 91 a dezembro de 94.

Reincia em 95 as atividades de magistério e o exercício da advocacia.

res e caprichos do Chefe do Poder Executivo, conseguindo um salto muito significativo, fruto da independência alcançada, tanto que os Tribunais do País copiam nosso modelo.

Pereira da Rosa que se aposentou.

Fevereiro de 1984: O terceiro concurso para Juiz Substituto aprovou: Ari Giachini, Francisco Gerardo de Sousa, João Alberto Gomes e Silva, Julio Donizeti Loenert, Julio Roberto Siqueira Cardoso e Paulo Afonso de Almeida.
27 e 28-setembro-1985: A ESMA - Escola Superior da Magistratura realiza o primei-

ro curso de aperfeiçoamento para magistrados, ministrado pelo Prof. Adroaldo Fabrício, livre docente no Rio Grande do Sul. Participaram 32 juizes de Mato Grosso do Sul.

Abril de 1985: Realizado o quarto concurso para Juiz Substituto, são aprovados: Carlos Alberto Rezende Gonçalves, Dorival Renato Pavan, João Emilio Tiepo, José Paulo Cinoti, Luiz



DESEMBARGADOR JOSÉ RIZKALLAH

A arrecudação foi aumentada por ulquona fixada por nova lei que, parece, vigora até hoje.

No aspecto patrimonial, foi edificada a atual sede social, cujo acabamento foi realizado por meu sucessor e agora ampliada. Fora, ainda, construídas as quadras esportivas hoje existentes, e remodelados o então único campo de futebol.

Não posso esquecer-me da criação da Escola Superior da Magistratura, uma das primeiras do País.

Mas a maior conquista foi a concretização da independência da magistratura, através da nova política salarial que vigora até hoje, vencendo-se a resistência dos outros poderes.

Quem abraça a carreira da magistratura geralmente é avesso à política. Como o Sr. fez para conciliar os problemas políticos inerentes a toda entidade de classe?

Minha aversão à política sempre foi notoria. Mas o juiz com certo grau de maturidade tem a compreensão de que, ao contrário dele, os políticos só adquirem o poder ou nele se mantêm, através de eleições, com exercício de mandato a termo. Assim, tudo o que os políticos exigem do juiz é a imparcialidade e a segurança na condução dos trabalhos eleitorais. As tuas coisas, manifestadas de forma inequívoca, através de atos, mais do que palavras. A partir daí, tudo fica fácil para todos. O perdedor das eleições não atribuirá a derrota ao juiz e o vencedor, se desejar a continuar a exercer mandato eletivo, concorrerá em rigorosa igualdade de condições com seus adversários do momento. Até os princípios constitucionais da harmonia e independência dos poderes são respeitados com o uso desse caminho pelo qual o político poderá encontrar compreensão no juiz, não leniência. E cumplicidade jamais.

Os políticos brasileiros sempre acham que em apenas quatro anos de mandato não dá para fazer muita coisa. O que o Sr. gostaria de ter feito para a Associação mas, devido ao curto mandato de dois anos, não houve tempo?

Em dois anos sempre dá para fazer alguma coisa, pois o campo de atividade é bastante largo: patrimonial, financeiro, humano, reivindicatório, etc. pelo menos até hoje nenhum presidente decepcionou. Pelo contrário, todos acrescentam algo conforme seu temperamento e suas aspirações e tendências. É por isso que a associação cresceu.

Existe algum fato, acontecimento ou algum personagem, durante sua gestão, que o Sr. gostaria de destacar?

Como já afirmado, fui presidente da associação na condição de desembargador mais novo, e coincidentemente, na minha gestão da Vice-Presidência do Tribunal. O então Presidente – Desembargador Rui Garcia Dias – cuja exemplar carreira é de reconhecimento público, tanto no aspecto do juiz, como no de administrador, cometeu um aparente erro de política interna, que lhe poderia ter custado caro; deixou-me as rédeas um tanto frouxas para fazer as reivindicações. E foi solidário. Até por isso fui obrigado a me esmerar. Quem perduraria uma decepção se as coisas tomassem rumo indesejado?

Uma definição da importância da Associação como: Fator de integração de magistrados; Veículo de reivindicações de classe; Referência ética e moral da sociedade.

A Associação deve ser, no plano coletivo, o que o sócio é individualmente: a voz e a presença do conjunto de magistrados perante a sociedade. Além disso, a Associação, como grupos de magistrados, deve ser vista como exemplo de austeridade, de idealismo, um espelho a se mirar no campo ético e intelectual. A história – antiga e recente – evidencia que onde e quando o Judiciário perde força, por degeneração interna ou agressão externa, a sociedade paga o preço com o abalo de suas instituições e de seus alicerces, pois ele – o princípio democrático o exige – ainda é o último reduto do equilíbrio social. Enfraquecido o juiz – face à corrosão interna ou por agressão externa – não há mais o que se esperar do pacto social.

O que o Sr. espera da Amamsul com vistas ao futuro da Associação e dos Associados?

Que siga seu destino pelo caminho inicialmente traçado, sabedora de que é uma sociedade de juizes, na plenitude do significado desse conceito no plano abstrato. A Associação não poderá jamais perder a consciência de que seus componentes não são homens como todos os outros, porque não são, mas homens que a sociedade quer como parâmetro e exemplo de suas relações, particulares ou públicas.

1985-86: Diretoria do Tribunal de Justiça: Des. Rui Garcia Dias (Presidente), Des. José Rizkallah (Vice-Presidente) e Des. Nelson Mendes Fontoura (Corregedor Geral de Justiça).

Como foi sua administração na Associação que congrega os Magistrados de Mato Grosso do Sul, no biênio 1987-88?

Em primeiro lugar cumpre anotar, até como registro histórico que assumi a Amamsul em um momento peculiar, visto que compunha a chapa que havia sido eleita no final do ano de 1.986, comandada pelo colega Dr. José Goulart Quirino, o qual optou por exonerar-se da Magistratura, e, em consequência renunciou a presidência da Amamsul, motivando a renúncia de toda a Diretoria.

Na época assumiu provisoriamente o presidente do Conselho Deliberativo, Des. Nelson Mendes Fontoura, o qual convocou nova eleição, tendo um grupo de colegas lançado o meu nome para encabeçar uma chapa, composta também pelos colegas Joenildo de Souza Chaves, Marilza Lúcia Fortes e Divoncir S. Maran, os dois primeiros como vice-presidentes, e, o último como Secretário-Geral.

Em razão disso, o prazo do mandato foi reduzido substancialmente. Mas, mesmo assim, mercê do esforço de todos os componentes da Diretoria, penso que conseguimos realizar uma administração profícua.

Durante sua gestão frente a Amamsul, qual foi ou quais foram as maiores dificuldades encontradas?

As dificuldades foram muitas, tendo em vista que os recursos eram escassos e as necessidades eram muitas. À par disso, estava sendo elaborada a Constituição Federal, pela Assembléia Nacional Constituinte, e, já àquela época havia um movimento grande para implementar o controle externo, impedir a independência financeira do Judiciário, e, limitação salarial para os magistrados; Felizmente, todas essas propostas foram rejeitadas pelos Constituintes, mercê do trabalho da AMB, na época comandada pelo Des. Odir Porto.

Na época, qual a maior conquista obtida pela entidade em favor dos associados?

Foram várias. Pode-se citar as conquistas obtidas junto à Assembléia Nacional Constituinte, que preservaram a autonomia e independência do Judiciário, inclusive concretizando tais princípios, não em benefício aos Magistrados, mas, em benefício dos jurisdicionados que passaram a contar com um Poder Judiciário, efetivamente autônomo e independente, ao contrário do que existia ao tempo da Emenda Constitucional n. 01/67. Também a luta por melhores salários, foi um objetivo permanente daquele diretoria. A construção da sede social de campo, foi a realização de um sonho dos associados. A ocupação do imóvel doado em Coxim. Outra conquista importante, foi a criação do Departamento de Assistência Médica Hospitalar (DAMEH), que até



Idade: 49 anos

Naturalidade: São José dos Campos - SP

Formado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) - 1976

Carreira Profissional:

Advogou em Londrina. Aprovado em concurso, tomou posse como Juiz de Direito na Comarca de Miranda, em 01.05.81, sendo promovido para a Vara Criminal de Corumbá, em dezembro de 1982. Em março de 1987 foi promovido para a Comarca de Campo Grande. No ano de 1987 foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

hoje vem funcionando plenamente, atendendo todos os Magistrados e seus dependentes.

Quem abraça a carreira da magistratura geralmente é avesso à política. Como o Sr. fez conciliar os problemas políticos inerentes à toda entidade de classe?

Em primeiro lugar cumpre lembrar que o homem é um animal político. Ora, à partir do momento em que vivemos em sociedade, se faz necessário a participação efetiva de todos, sob pena de nos omitirmos e submeterno-nos às idéias de outras pessoas, muitas vezes, até, contrárias ao nosso pensamento. Por isso, sempre tive participação em atividades políticas, seja na escola, seja na universidade, seja quando advogava, de tal sorte que não poderia furtar-me a participar das atividades políticas de nossa entidade de classe. Por isso, não encontrei qualquer dificuldade em conciliar ditos problemas políticos inerentes à entidade de classe.

DESEMBARGADOR JOÃO MARIA LÓS

Os políticos brasileiros sempre acham que em apenas quatro anos de mandato não dá para fazer muita coisa. O que o Sr. gostaria de ter feito para a Associação mas, devido ao curto mandato de dois anos, não houve tempo?

Dirijo dos políticos brasileiros que assim pensam. A questão está na necessidade de o administrador fixar objetivos, e, desenvolver esforços no sentido de realizá-los. Veja que, em um mandato até menor do que dois anos, conseguimos, mercê do esforço de toda a diretoria, realizar várias obras, acompanhar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, implantar um sistema de assistência médica que está funcionando até hoje, praticamente nos mesmos moldes de seu início, sem prejuízo das diversas atividades sociais para o conagração dos colegas magistrados, inclusive dois encontros estaduais. Logo, penso que quatro anos é um período que pode ser muito bem aproveitado, desde que haja planejamento, persistência, tenacidade, e, muito trabalho de todo o grupo.

Existe algum fato, acontecimento ou personagem, durante sua gestão que o Sr. gostaria de destacar?

Em primeiro lugar, gostaria de destacar os colegas que compunham a diretoria à época, companheiros valorosos que nunca mediram esforços em dedicar-se à Amamsul, em sacrifício de seu lazer. São eles os colegas, Joenildo de Souza Chaves, Marilza Lucia Fortes, Divoncir S. Maranh, Elpídio H. Chaves Martins, Wilber José Palazzo, e, Ildeu de Souza Campos. Além destes parceiros, devo ressaltar a colaboração do Des. Rêmolo Letteriello, o Des. José Augusto de Souza (responsável pela estruturação e implantação do DAMEH), o Des. Gerval Bernardino de Souza (Presidente do Trib. de Justiça), o colega Tenir Miranda (Coxim), o Dr. Álvaro Fontoura (doador da área de Coxim, e que, não mediu esforços para ajudar e facilitar a ocupação daquela área, onde existe uma belíssima área de lazer). Evidentemente, houve muitos outros colegas que colaboraram, e, por certo estarei cometendo aqui

alguma injustiça ao não mencionar a todos, pelo que, desde logo, peço desculpas.

Uma definição da importância da Associação como: Fator de integração dos magistrados:

Penso que é fundamental, para qualquer diretoria, empenhar-se para a integração da magistratura, em torno da Associação, visto que a união de todos é que trará força para a defesa dos interesses comuns.

Veículo de reivindicações de classe:

Também por isso, me parece fundamental a união de todos em torno da Associação, posto que assim, estaremos fortalecendo a entidade, e, em conseqüência, o instrumento de reivindicações da classe.

Referência ética e moral da sociedade:

Essa referência ética e moral da sociedade, quer me parecer que, depende menos da associação, e, mais dos seus associados, pois, os magistrados necessariamente devem ser ponto de referência ética e moral para a sociedade, visto que, em assim não sendo, estabelecer-se-á o caos dentro da sociedade, e, com isso, estaremos desestruturando toda a democracia.

O que o Sr. espera da Amamsul com vistas ao futuro da Associação e dos associados?

Espero que a Amamsul se fortaleça cada vez mais, com a congregação dos colegas, com a sua efetiva participação, principalmente nos momentos mais difíceis, quando todos devem ser convocados em Assembléias Gerais, para debater as questões que digam respeito aos interesses maiores da Magistratura e do Judiciário.

1987-88: Diretoria do Tribunal de Justiça; Des. Gerval Bernardino de Souza (Presidente), Des. Gilberto da Silva Castro (Vice-Presidente) e Des. Marco Antônio Cândia (Corregedor Geral de Justiça).



Gov. Wilson Barbosa Martins em reunião com juízes de Corumbá - 1983.

Roberto Pires e Maria Isabel de Matos Rocha.

26-julho-1985: O juiz Marco Antônio Cândia toma posse como Desembargador para ocupar a vaga devido à aposentadoria do Des. José Nunes da Cunha, que havia substituído o Des. Athayde Nery de Freitas que se aposentou em 15-03-1985.

Dezembro de 1985: São aprovados no quinto concúr-

Como foi sua administração na Associação que congrega os Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL, no biênio 1989-90?

Eleito Presidente da Amansul em 1989 para o biênio 89/90, tive uma administração voltada para os magistrados, procurando desenvolver parcerias com as associações de magistrados de São Paulo e Paraná, dando uma nova dimensão a AMAMSUL no que tange ao relacionamento com suas congêneres.

Durante sua gestão frente a Amamsul, qual foi ou quais foram as maiores dificuldades encontradas?

Como sempre lutamos com falta de recursos, mas mesmo assim conseguimos mobilizar o salão social da Amamsul, construir os apartamentos da Colônia de Férias de Coxim, edificar a Sauna na sede campestre e conseguir o terreno em Corumbá.

Na época, qual a maior conquista obtida pela entidade em favor dos associados?

Creio que a integração com as associações dos Estado do Paraná e São Paulo; os inúmeros cursos realizados, a divulgação do noticiário do boletim da Amamsul, em números quinzenais. Também deve-se levantar em conta a institucionalização dos Encontros Regionais dos magistrados sul-mato-grossenses.

Quem abraça a carreira da magistratura geralmente é avesso à política. Como o Sr. fez para conciliar os problemas políticos inerentes a toda entidade de classe?

Confesso que senti muita dificuldade no relacionamento político com a classe. Mesmo assim, creio que foi possível realizar uma gestão que não decepcionasse os magistrados de nosso Estado.

Os políticos brasileiros sempre acham que em apenas quatro anos de mandato não dá para fazer muita coisa. O que o Sr. gostaria de ter feito



Des. José Augusto de Souza,
66 anos nascido em Monte Carmelo - MG
Formado na Faculdade de Direito de Londrina em 1963.
Em 1975 assumiu a comarca de Nova Andradina.
Em 1979 promovido por merecimento para a 3ª Vara Cível da Comarca de Dourados.
Em 1983 promovido para a 7ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, por merecimento.
Em 1987 promovido para desembargador do TJ/MS.

para a Associação mas, devido ao curto mandato de dois anos, não houve tempo?

Creio que para a associação o ideal é mesmo o mandato de 2 anos, renovando-se as administrações. Fiz o



DESEMBARGADOR JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA

que foi possível e o espaço de dois anos não me impediu de realizar aquilo que desejava.

Existe algum fato, acontecimento ou algum personagem, durante sua gestão, que o Sr. gostaria de destacar?

Devo destacar o apoio efetivo proporcionado pela então Presidente do Tribunal de Justiça Des. Higa Nabukatsu, que em momento algum deixou de atender as reivindicações que lhe foram apresentadas por nossa administração, colaborando para que obtivéssemos resultado satisfatório naquilo que nos propusemos a realizar.

Uma definição da importância da Associação como:

Fator de integração de magistrados;

Veículo de reivindicações de classe;

Referência ética e moral da sociedade.

Entendo que a Amamsul é verdadeiro fato de integração entre os magistrados estaduais, representando também o desaguadouro através do qual procura-se atender as justas reivindicações da classe.

O que o Sr. espera da Amamsul com vistas ao futuro da Associação e dos Associados?

Como ex-presidente da AMAMSUL, espero que ela continue a catalisar as justas aspirações de todos os magistrados estaduais, que buscam, através dela, preservar suas conquistas, integrar-se definitivamente aos anseios de justiça e de paz social e, acima de tudo, que continue lutando para preservar a harmonia e o respeito que deve grassar em toda a magistratura estadual.

1989-90: Diretoria do Tribunal de Justiça: Des. Higa Nabukatsu (Presidente), Des. Nildo de Carvalho (Vice-Presidente) e Des. Rêmolo Letteriello (Corregedor Geral de Justiça).

Inauguração do novo Fórum de Campo Grande



so para Juiz Substituto: Ivan Armando Monteiro, Ruy Celso Barbosa Florence e Vladimir Abreu da Silva.
13-dezembro-1985: É realizado em Campo Grande o primeiro Encontro Nacional de Desburocratização dos Serviços Judiciários.
Setembro de 1986: Nas provas do sexto concurso para Juiz Substituto foram aprovados: João Mathias

Filho, Marco André Nogueira Hanson, Paulo Rodrigues, Sebastião Lino Simão e Wilson Vieira Loubet.

10-outubro-1986: Foram promovidos a Desembargadores os juizes Gilberto da Silva Castro e Nildo de Carvalho para ocuparem as vagas deixadas pelo Des. Leão Neto do Carmo e Sérgio Martins Sobrinho que se aposentaram.



Ministro Marco Aurélio de Mello Presidente do STF.

Como foi sua administração na Associação que congrega os Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL, no biênio 1991-92?

Fui eleito presidente da Amamsul para o biênio 1991 – 1992, e acho que consegui, juntamente com meus colegas de diretoria desenvolver um trabalho profícuo, mas prefiro abster-me de enumerar as realizações por entender que nada mais fiz do que cumprir com a incumbência – difícil é verdade – de conduzir os destinos da associação dos magistrados sul-mato-grossenses.

Durante sua gestão frente a Amamsul, qual foi ou quais foram as maiores dificuldades encontradas?

Dificuldades existiram, e sempre irão existir. Na minha gestão a dificuldade maior era o atraso sistemático no pagamento dos nossos vencimentos, o que causava, como poderia deixar de ser uma insatisfação generalizada na classe, além de, já àquela época as campanhas partidas da imprensa e políticos contra os magistrados e funcionamento do Poder Judiciário. Mas, não há como evitar, pois isso ainda persiste, hodiernamente com maior intensidade.

Na época, qual a maior conquista obtida pela entidade em favor dos associados?

Paulatinamente, e já com uma maior boa vontade da cúpula administrativa do Tribunal de Justiça conseguimos alguns reajustes em nossos vencimentos, mesmo que pagos em parcelas, o que serviu para amenizar um pouco a agrura econômico-financeira, por qual passávamos.

Quem abraça a carreira da magistratura geralmente é avesso à política. Como o Sr. fez para conciliar os problemas políticos inerentes a toda entidade de classe?

*Ser avesso à política partidária não quer dizer que exercendo um cargo de presidente de uma entidade de classe, mesmo sendo de magistrados, você tenha que se alhear à política *latu sensu*, até porque para o bom*



Divoncir Schreiner Maran, 54 anos, nascido no dia 06 de abril de 1949 em Dionísio Cerqueira (SC). Em 1975 cursou a Faculdade de Direito em Santo Ângelo (RS), ingressando em 01 de maio de 1981 na magistratura, como Juiz de Direito da Comarca de Bonito, e enquanto aguardava a sua instalação respondia pela vara criminal da Comarca de Aquidauana, por aproximadamente dois meses. Em Bonito, como seu primeiro Juiz até 83, quando foi promovido por merecimento para a Vara Criminal de Ponta Porã. Foi promovido novamente em 1987 para a Segunda Vara Criminal de Campo Grande. E de 89 a 99 permaneceu na 8ª Vara Civil, quando foi convidado para o cargo de Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça. Em 02 de março de 2000 toma posse como desembargador, promovido por antiguidade, sendo desde então membro da 2ª Turma Civil.

desempenho do seu mandato, que é eminentemente político em defesa dos interesses da classe, dela não se pode alhear.

Os políticos brasileiros sempre acham que em apenas quatro anos de mandato não dá para fa-

2-abril-1987: Toma posse como des. o juiz Rêmio Letteriello.

24-junho-1987: é promulgada a Lei N.º 726/87 criando mais cinco vagas para o cargo de Desembargador.

Agosto de 1987: Realiza-se o sétimo concurso para Juiz Substituto, com os seguintes aprovados: Eduardo Machado Rocha e Luiz Gonzaga Mendes Marques.

07-agosto-1987: Tomam posse como Desembargadores, os juízes José Carlos de Corrêa Alvim, José Augusto de Souza, Alcécio Antônio Tamiozzo e Rubens Bergonzi Bossay e o advogado Claudionor Miguel Abs Duarte, pelo 5º Constitucional-OAB.

Dezembro de 1987: No oitavo concurso para Juiz Substituto, são aprovados:

Amaurly da Silva Kuklinski, Luiz Claudio Bonassini da Silva e Paulo César de Figueiredo.

Mai de 1988: Os Juízes Substitutos aprovados no nono concurso foram: Abdala Abi Faraj, Ailton Stropa Garcia, Aparecida Henrique Barbosa de Abreu, Geraldo de Almeida Santiago, José Ale Ahmad Netto, Marcelo Câmara Rasslan, Mario

Eduardo Fernandes Abelha, Nélio Stabile e Wilson Bertelli.

Julho de 1988: Aprovados pelo décimo concurso para Juiz Substituto: Emerson Cafure, Joviano de Rezende Castro Caiaúdo, Jurandir Rodrigues de Brito, Marcos José de Brito Rodrigues e Odemilson Roberto de Castro Fassa.

Setembro de 1988: Acontece o décimo primeiro concurso

DESEMBARGADOR DIVONCIR SCHREINER MARAN

zer muita coisa. O que o Sr. gostaria de ter feito para a Associação mas, devido ao curto mandato de dois anos, não houve tempo?

Eu acho que dois anos de mandato é tempo suficiente para você realizar aquilo que planejou, a menos que circunstâncias adversas venham a ocorrer. Como já mencionei anteriormente a minha gestão, as testemunhas disso são os que à época eram associados da Amamsul, foi bastante profícua e para que isso viesse ocorrer ocupou todo o meu mandato. Nada em especial que pensava em realizar deixou de ser feito.

Existe algum fato, acontecimento ou algum personagem, durante sua gestão, que o Sr. gostaria de destacar?

Não me recordo no momento.

Uma definição da importância da Associação como:

Fator de integração de magistrados;

Veículo de reivindicações de classe;

Referência ética e moral da sociedade.

Tenho para mim seja a Associação de decisiva e primordial atuação quando cuida das reivindicações da classe e, num segundo plano, fator de integração da magistratura, o que deve sempre ser buscado.

O que o Sr. espera da Amamsul com vistas ao futuro da Associação e dos Associados?

Da Amamsul e daqueles que hoje e futuramente a dirigirem se espera que sempre pautem pela total dedicação e empenho para propiciar à magistratura deste Estado condições condizentes com a envergadura do cargo de seus associados, não descuidando, em momento algum de lutar diuturnamente para a salvaguarda dos direitos já adquiridos pela magistratura, máxime nos dias atuais onde estes estão periclitantes.

1991-92: Diretoria do Tribunal de Justiça: Des. Milton Malulei (Presidente), Des. Rubens Bergonzi Bossay (Vice-Presidente) e Des. Gilberto da Silva Castro (Corregedor Geral de Justiça).

SEDE ADMINISTRATIVA DA AMAMSUL NO FÓRUM DE CAMPO GRANDE



Salas de administração e de reuniões da diretoria da Amamsul no 3º andar do Fórum de Campo Grande

para Juiz Substituto, aprovando: Celso Antônio Schuch Santos, Cléber José Corsato, Danilo Burin, Dileta Terezinha Souza Thomaz, Ivo Salgado da Rocha, Jackson Aquino de Araújo, Joamir Casagrande, Jonas Hass Silva Júnior, Lúcio Raimundo da Silveira, Luiz Carlos de Souza Ataíde, Maria Lúcia Escobar da Arruda Brasil, Marco Antônio Sanches, Roberval Casemiro

Belinoberto de Quadros, Waldir Marques e Zalour Murat Martins de Souza. **Novembro de 1988:** Realiza-se o décimo segundo concurso para Juiz Substituto, sendo aprovados: Expedito de Paulo Brunello, Hélio dos Santos Rocha, João Rosa de Lima, Jairo Abrão de Almeida, José Carlos de Souza, José Eduardo Neder Meneghelli, Josone Pedrozo de Camargo e

Sansão Batista Saldanha. **1989:** O décimo terceiro concurso para Juiz Substituto aprova: Djailson de Souza, Leni Rocha Menegazzo e Mauro José Capelari. **1990:** Aprovados no décimo quarto concurso para Juiz Substituto: Cezar Luiz Miozzo, Edna Serrou Camy, Jairo Luiz de Quadros e Wagner Mansur Saad. **02-agosto-1990:** Por proposta

do Tribunal de Justiça o número de desembargadores foi aumentado para 21. Foram empossados Desembargadores os juízes: João Carlos Brandes Garcia, Osvaldo Rodrigues de Melo, Dagma Paulino dos Reis, Hamilton Carli e Elpidio Helvécio Chaves Martins e o Procurador de Justiça José Benedito Figueiredo, pelo 5º Constitucional-MP.

Como foi sua administração na Associação que congrega os Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL, no biênio 1993-94?

Foi uma administração preocupada com os destinos da Magistratura, tanto que por iniciativa da Amamsul, em 1993, nós em conjunto com a AMB, realizamos o 1º Encontro da AMB, com o objetivo de elaborar propostas de emendas para a Revisão Constitucional. Preocupamo-nos com os registros históricos, pois se fez editar a 1ª Revista Amamsul – História e Cultura, registrando a História da Amamsul.

No plano cultural, proporcionou-se aos juízes a aquisição de sistema de jurisprudência informatizada e se conseguiu a publicação informatizada de julgados dos Juizados Especiais, divulgando a justiça no Estado.

Houve a efetiva participação da Amamsul para a edição do novo CODJ/MS. Reivindicou-se, mas não foi aceita a criação de Juizes Auxiliares para a Capital, pleito que somente, bem mais tarde, foi aceito.

Nesse período houve dedicado empenho na defesa das prerrogativas do Magistrado e da Magistratura. Concluiu-se a Sede Social de Dourados.

Durante sua gestão frente a Amamsul, qual foi ou quais foram as maiores dificuldades encontradas?

Convencer os Desembargadores quanto a necessidade de liberação dos Juizes de Direito para Curso em outros estados e no exterior.

Na época, qual a maior conquista obtida pela entidade em favor dos associados?

Conseguir a incorporação, de imediato, das vantagens pagas aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Foi relevante na época o pagamento do percentual de 10,09% decorrentes dos efeitos da Medida Provisória 434/94.

Quem abraça a carreira da magistratura geralmente é avesso à política. Como o Sr. fez para conciliar os problemas políticos inerentes a toda entidade de classe?



Rubens Bergonzi Bossay

59 anos, nascimento Miranda – MS

Formado em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP.

Ingressou na magistratura em 1976. Foi juiz nas Comarcas de Naviraí, Três Lagoas e Campo Grande.

Promovido a Desembargador em 1997.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral 2001-02 e atualmente é Presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul.

liar os problemas políticos inerentes a toda entidade de classe?

Todo ato humano é ato político. O difícil é lidar com as diferentes êticas porque o comportamento de Magistrados e



02-agosto-1990:

Posse da primeira Desembargadora de Mato Grosso do Sul, Dagma Paulina dos Reis. Na foto recebe a Comenda do Des. Nildo de Carvalho.

1991:

Realizado o décimo quinto concurso para Juiz Substituto, ficam aprovados: Alexandre Corrêa Leite, Cristina Rocha, José Berlangue

Andrade, Margarida Elizabeth Wagner, Nelson A. M. Santos, Raul José Rovêda e Sandra Regina S. Ribeiro.

09-maio-1991:

O juiz Luiz Carlos Santini é empossado Desembargador.

20-junho-1991:

O juiz Josué de Oliveira toma posse como Desembargador.

10-outubro-1991:

O juiz Frederico Farias de Miranda é empossado

DESEMBARGADOR RUBENS BERGONZI BOSSAY

Políticos obedecem aspectos éticos também diversos em face das peculiaridades próprias na forma de escolha.

Os políticos brasileiros sempre acham que em apenas quatro anos de mandato não dá para fazer muita coisa. O que o Sr. gostaria de ter feito para a Associação mas, devido ao curto mandato de dois anos, não houve tempo?

O planejamento inicial da diretoria em meu biênio era para a construção da sede da Esmagis, projeto que ficou prejudicado porque já existia uma obra iniciada e que necessitava ser concluída, a sede social de Dourados.

Existe algum fato, acontecimento ou algum personagem, durante sua gestão, que o Sr. gostaria de destacar?

Sim. O Presidente do Tribunal à época – Desembargador Higa Nabukatsu, que proporcionou à Amamsul todo apoio às suas realizações.

Uma definição da importância da Associação como:

Fator de integração de magistrados;

Veículo de reivindicações de classe;

Referência ética e moral da sociedade.

A Amamsul deve ser o porto seguro dos seus associados. Deve procurar a união de todos, reivindicar e defender suas prerrogativas, mas sem olvidar que suas ações são tão fiscalizadas pela sociedade, como o é a conduta do Magistrado em sua Comarca.

O que o Sr. espera da Amamsul com vistas ao futuro da Associação e dos Associados?

Que ela continue sendo realmente esse porto seguro dos Magistrados e seus dependentes.

1993-94: Diretoria do Tribunal de Justiça: Des. Nelson Mendes Fontoura (Presidente), Des. Oswaldo Rodrigues de Melo (Vice-Presidente) e Des. Claudionor Miguel Abss Duarte (Corregedor Geral de Justiça).

Desembargador.

28-novembro-1991:

O advogado Carlos Stephanini é empossado Desembargador pelo 5º Constitucional destinado à OAB.

1993:

Décimo sexto concurso para Juiz Substituto: Alexandre Branco Pucci, Elisabeth Rosa Baisch, Elizabeth Anache, Fernando Paes de Campos,

José do Couto Vieira Pontes,

José Henrique Neiva de Carvalho e Silva e Ricardo César Carvalho Galbati.

9-março-1995:

É empossado como Desembargador o juiz Joenildo de Souza Chaves.

14-setembro-1995:

É empossado como Desembargador o juiz Atapodá da Costa Feliz.



O Des. Rubens Bergonzi Bossay assina o termo de posse como presidente do Tribunal de Justiça de MS.



Juiz Sideri Sorcini Pimentel, Des. João Batista Costa Marques na posse do Des. Rubens Bergonzi Bossay.

Maio de 1996:

No décimo sétimo concurso para Juiz Substituto foram abertas doze vagas, sendo chamados os quatro primeiros colocados: Flavio Sand Peron, Pedro Pereira dos Santos, Roberto Lemos dos Santos Filho e Vitor Luiz de Oliveira.

12-setembro-1996:

o juiz Hildebrando Coelho Neto é empossado Desembargador.

Dezembro de 1996:

Empossados mais oito Juizes do décimo sétimo concurso que estavam na lista de espera: Alexandre Antunes da Silva, Alexandre Derzosa Saliba, Aluisio Pereira dos Santos, Ariovaldo Nantes Corrêa, Ednardo Magrinelli Júnior, Eliane de Freitas Lima Vicente, José Domingues Filho e Luiz Antonio Cavassa de Almeida.

Como foi sua administração na Associação que congrega os Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL, no biênio 1995-96?

A administração da Amamsul, biênio 95/96, foi marcada pela harmonia e união da magistratura sul-matogrossense, com muita camaradagem e principalmente um entendimento incrível entre os componentes da diretoria. Houve muita coesão e isso foi determinante no cumprimento do nosso projeto. Praticamente todas as metas foram alcançadas.

Durante sua gestão frente a Amamsul, qual foi ou quais foram as maiores dificuldades encontradas?

Muitas dificuldades surgiram durante nossa gestão. Entretanto, graças ao trabalho de equipe que foi desenvolvido e a colaboração e compreensão dos colegas associados, todas foram superadas. A maioria delas ocorreu em decorrência de atrasos nos repasses dos duodécimos ao Tribunal. Além do mais, os orçamentos eram minguados. Com isso, ocorreram atrasos nos pagamentos da magistratura e dos servidores. Tivemos que realizar quatro ou cinco assembleias para ouvir a classe sobre questões relevantes e de interesse dos magistrados. Nossa gestão foi marcada pela realização de várias assembleias gerais para ouvir ou consultar a classe sobre questões relevantes e de seu interesse.

Na época, qual a maior conquista obtida pela entidade em favor dos associados?

No nosso entendimento, a marca da nossa gestão foi o respeito pela opinião da classe, pois, como dito, não deixamos em nenhum momento de ouvi-la sobre assuntos relevantes de seu interesse; prova disso foi o grande número de assembleias realizadas, daí que reputamos isso como a maior conquista da classe, na época. Também não descuidamos do lado material e procuramos aumentar os alojamentos então existentes na nossa sede de campo, com a construção de um novo módulo, elevando com isso nossa capacidade para mais de 100 leitos. Com relação à ESMAGIS fundamos e montamos sua biblioteca, anseio antigo de todos, além



Juiz Sideni Soncini Pimentel

Naturalidade: Jales-SP, nascido em 06 de fevereiro de 1952.

Formação cultural: Direito pela FADIR, São José do Rio Preto-SP, onde colou grau em 07 de janeiro 1977.

Atividades profissionais: Em 01 de maio de 1981, após aprovação em concurso público, foi nomeado Juiz de Direito do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo iniciado suas funções junto a comarca de Porto Murtinho e posteriormente removido a pedido para Comarca de Coxim, de onde foi promovido por merecimento para a comarca de Aquidauana e depois removido, também a pedido, para a Comarca de Cassilândia, vindo finalmente a ser promovido por merecimento para a Comarca da Capital, Campo Grande, onde se encontra desde 27 de novembro de 1998. Foi Diretor do Fórum de Campo Grande em 1989, cargo que exerce atualmente desde 10/2001, e auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça em 1990. No período de 1993 a 1997 foi Juiz Titular da 35ª Zona Eleitoral de Campo Grande. No biênio 1995-96 foi presidente da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul - Amamsul. Atualmente, biênio 1997-98, foi Diretor Administrativo da Escola Superior de Magistratura de Mato Grosso do Sul - Esmagis, e também membro titular, classe magistrado, do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, biênio 1998-99. Foi Diretor Geral da ESMAGIS - Escola Superior da Magistratura de MS.

05-junho-1997: o juiz João Maria Lós é empossado Desembargador.

04-março-1999: O juiz Jorge Eustáquio da Silva Frias é empossado Desembargador.

Junho de 1999: No décimo oitavo concurso para Juiz Substituto foram empossados: Carlos Alberto Garcete de Almeida, César Castilho Marques, Cíntia Xavier Letteriello Lenharo,



David de Oliveira Gomes Filho, Denize de Barros Doder, Fábio Possik Salamene, Fauze Duailibi Amiz, Katy Braun do Prado, Marcelo Andrade Campos Silva, Maurício Petruski, Paulo Henrique Pereira, Ricardo Gomes Façanha e Sueli Garcia.

Outubro de 1999: Décimo nono concurso para Juiz Substituto: Carlos Antônio C.

JUIZ SIDENI SONCINI PIMENTEL

de investimentos na secretaria, com informatização, sala de diretoria, dos professores e troca das carteiras das salas de aulas.

Quem abraça a carreira da magistratura geralmente é avesso à política. Como o Sr. fez para conciliar os problemas políticos inerentes a toda entidade de classe?

Não concordo com a afirmação. O homem é um ser político por natureza e também por excelência. A política e o direito são indissociáveis, caminham juntos. O que diferencia é a maneira de exercitar o direito e a política. De forma que quem lida com o direito não tem como ignorar a política. Na nossa gestão não tivemos dificuldades em conciliar a atividade judicante com a política inerente ao exercício do cargo de presidente. Assim, não foi difícil administrar as duas funções, pois sempre procuramos agir de acordo com a necessidade e conveniência do momento.

Os políticos brasileiros sempre acham que em apenas quatro anos de mandato não dá para fazer muita coisa. O que o Sr. gostaria de ter feito para a Associação mas, devido ao curto mandato de dois anos, não houve tempo?

Penso que a duração do mandato prevista no nosso estatuto, de dois (2) anos, é suficiente para a realização de qualquer projeto de trabalho da diretoria eleita. No nosso caso, pretendíamos ter construído o parque aquático na sede de campo, que até estava projetado, mas, por falta de tempo, não foi possível torná-lo realidade. Se tivéssemos tido mais tempo com certeza o teríamos construído.

Existe algum fato, acontecimento ou algum personagem, durante sua gestão, que o Sr. gostaria de destacar?

Na nossa gestão um fato que marcou muito foi quando, juntamente com a diretoria do Tribunal de Justiça, buscávamos, na Governadoria, junto ao Governador do Estado, na época o Dr. Wilson Barbosa Martins, viabilizar repasses de dinheiro para pagar os salários

atrasados da magistratura e servidores, e o nosso presidente, na época o des. Cândia, foi acometido de mal súbito e teve que deixar o local na ambulância do Corpo de Bombeiros. Aquilo foi uma loucura e marcou muito nossa gestão.

Uma definição da importância da Associação como:

Fator de integração de magistrados;

Veículo de reivindicações de classe;

Referência ética e moral da sociedade.

Necessária

Imprescindível

Exemplar

O que o Sr. espera da Amamsul com vistas ao futuro da Associação e dos Associados?

Que cumpra seu papel de veículo agregador da magistratura de nosso Estado; que realmente cuide dos interesses dos magistrados, quer pessoais e institucionais; seja sempre transparente, e que naquelas questões de interesse geral da classe que a mesma seja ouvida, consultada, o que, infelizmente, não tem acontecido ultimamente. Ex: indicação de nosso representante para a vice-presidência da AMB; envolvimento da Amamsul no caso Nepotismo, etc.,



Ato de inauguração do segundo Hotel de Trânsito da Amamsul, construído na gestão do juiz Sideni Soncini Pimentel.

1995-96: Diretoria do Tribunal de Justiça: Des. Marco Antônio Cândia (Presidente), Des. José Augusto de Souza (Vice-Presidente) e Des. João Carlos Brandes Garcia (Corregedor Geral de Justiça).



V. Bandeira, Daniel Della Mea Ribeiro, Daniela Vieira Tandin, Gabriela Müller Junqueira, Mariel Cavalin dos Santos, Marisa Aparecida Baptista, Munir Yusef Jabbar, Olivar Augusto R. Coneglian e Zidel Infantino Coutinho.

02-março-2000: São empossados quatro Desembargadores devido à ampliação do Tribunal Pleno que passou de 21 para 25 o

Como foi sua administração na Associação que congrega os Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL, no biênio 1997-98?

Assumi a Presidência da AMAMSUL em dezembro de 1996, época em que os magistrados estaduais atravessavam período de grandes dificuldades. O relacionamento com a Ordem dos Advogados do Brasil e com a Imprensa estava bastante conflituoso. Os salários encontravam-se atrasados por ausência de repasses pelo Poder Executivo, que alegava baixa arrecadação, ao mesmo tempo que surgiam denúncias constantes contra a máquina arrecadadora estadual. Os juízes clamavam pela recuperação da dignidade do cargo. A superação dessas constrangedoras situações foi o ponto alto da nossa gestão. Em pouco tempo, com o apoio imprescindível de uma diretoria dinâmica, merecidamente homenageada nesta revista, foram restabelecidos os laços de sociabilidade com todas as instituições representativas da sociedade, especialmente a imprensa, a quem pudemos oferecer o primeiro curso no país sobre o poder judiciário, e cuja iniciativa foi acolhida por todas as demais associações de magistrados brasileiros. Com amplo apoio dos juízes e promotores de Justiça, lideramos campanha contra a corrupção nos órgãos de fiscalização e arrecadação de impostos no estado. Quanto a obras materiais, destacamos a construção do salão recreativo da sede de Campo Grande, bem como construção das redes de esgoto e para-raios, e recuperação de quadras e campos de futebol, além da construção integral da área de lazer da sede de Dourados, com piscinas, sauna, campo de futebol e churrasqueira. Foi em nossa gestão, por mérito do Des. Rêmolo Letteriello, então Diretor-Geral da ESMAGIS, e auxílio de todos os magistrados, que foi inaugurado o auditório da Escola Superior da Magistratura, em área da sede de campo da AMAMSUL.

Durante sua gestão frente a Amamsul, qual foi ou quais foram as maiores dificuldades encontradas?

número de componentes. Foram promovidos os juízes Divoncir Schreiner Maran, Ildeu de Souza Campos e Paulo Alfeu Puccinelli e o advogado Horácio Vanderlei Pithan, pelo 5º Constitucional-OAB.



Idade: 48 anos - **Nascimento:** Aguiá-SP
Bacharel Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC - Campinas-1979.
Especialista em Direito Penal e Criminologia - PUC - Campinas-SP
Mestre em Direito das Relações Sociais - PUC - São Paulo
Doutorando em Direito das Relações Sociais - PUC - São Paulo
Carreira Profissional: Advogado militante na cidade de Campinas de 1980 a 1986. Juiz de Direito em Mato Grosso do Sul desde 20 de fevereiro de 1986, tendo sido titular nas Comarcas de Bonito, Paranaíba, Aquidauana e atualmente 4ª Vara de Família de Campo Grande. No biênio 2001/2002, atuou como Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça. Professor da Escola Superior da Magistratura desde 1989, da qual foi Diretor de pesquisa e administração, ocupando atualmente o cargo de Diretor de ensino.

Com o apoio da maioria dos juízes, a diretoria da associação tentou de todas as maneiras manter a magistratura unida, já que além de ser uma atitude civilizada, o momento de dificuldades recomendava. Não se obteve nesse aspecto o êxito esperado. Mas a semente foi lançada, e o sonho permanece no coração de cada um que participou daquela corrente de união.



Familiares de associados durante a inauguração do salão recreativo em dezembro de 1998.

Maior de 2000: São aprovados no XX concurso para Juiz Substituto: Albino Coimbra Neto, Aldo Ferreira da Silva Junior, Gil Messias Fleming, Joseliza Alessandra Vanzela Turine, Juliano Rodrigues Valentin, Paulo Afonso de Oliveira e Vânia de Paula Arantes Cardotte.

JUIZ RUY CELSO BARBOSA FLORENCE

Na época, qual a maior conquista obtida pela entidade em favor dos associados?

Como já dito, atravessávamos tempos preocupantes. No entanto, atitudes rápidas, concretas e bem sucedidas, desenvolveram a auto-estima aos magistrados, que se viram apoiados pela imprensa e diversos organismos sociais de larga representatividade, como OAB, Ministério Público, Associação de Delegados, Polícia Militar, Universidades entre outros. Como proclamado à época por muitos colegas, recuperou-se a dignidade dos Juízes. Os vencimentos foram colocados em dia, e nesse ponto, como nos demais, foi espetacular o trabalho e o apoio do então Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Nildo de Carvalho.

Quem abraça a carreira da magistratura geralmente é avesso à política. Como o Sr. fez para conciliar os problemas políticos inerentes à toda entidade de classe?

Sempre tive facilidade em me relacionar com a sociedade organizada. Os magistrados, normalmente, apenas não se sentem a vontade em trabalhar com qualquer espécie de política, seja interna ou externa, mas faz parte da própria formação do bacharel em direito, os conhecimentos básicos para transitar com segurança nesses caminhos.

Os políticos brasileiros sempre acham que em apenas quatro anos de mandato não dá para fazer muita coisa. O que o Sr. gostaria de ter feito para a Associação mas, devido ao curto mandato de dois anos, não houve tempo?

Com boa vontade, dediquei-me o máximo possível aos interesses da associação, e acredito ter conseguido realizar aquilo que me foi reservado. É muito difícil para um magistrado, sem se afastar das funções de julgador, conseguir permanecer por mais de dois anos consecutivos à frente de uma associação de classe.

Existe algum fato, acontecimento ou algum personalidade, durante sua gestão, que o Sr. gostaria

de destacar?

Como acontecimento destaco a honra de ter recebido por três vezes, a visita do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, uma delas para participar de homenagem a um Juiz de primeira entrância, Abdala Abi Faraj, condecorado pelo Centro de Direitos Humanos Marçal de Souza, de Campo Grande. Em relação a pessoas, gostaria de ressaltar o trabalho do Des. Rêmolo Letteriello na Direção da ESMAGIS, da Juíza Marilza Lúcia Fortes, primeira vice-presidente da associação e amiga de todas as horas, e Des. Nildo de Carvalho, então Presidente do Tribunal de Justiça.

Uma definição da importância da Associação como: Fator de integração de magistrados:

Um ideal a ser perseguido acima de qualquer outro.

Veículo de reivindicações de classe:

As melhorias das condições de trabalhos dos juízes sempre revertem em melhoria dos serviços prestados à sociedade. Compete pois à associação lutar sempre em prol de interesses legítimos da classe, que assim certamente favorecerá, também, à sociedade.

Referência ética e moral da sociedade:

Enquanto houver um juiz no país, e ainda puder exercer livremente suas funções, será ele nosso representante, e referência ética e moral à sociedade. É só acreditar.

O que o Sr. espera da AMAMSUL com vistas ao futuro da Associação e dos associados?

Um sonho sonhado nunca termina. Espero ver a AMAMSUL cada vez mais forte, mais idealista, mais agregadora e participativa, com os associados mais e mais felizes.

1997-98: Diretoria do Tribunal de Justiça: Des. Nildo de Carvalho (Presidente), Des. Oswaldo Rodrigues de Melo (Vice-Presidente) e Des. Hamilton Carli (Corregedor Geral de Justiça).



Como foi sua administração na Associação que congrega os Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL, no biênio 1999-00?

O período de minha gestão na Amamsul foi pontuado pela preocupação com a união e fraternidade da classe. O objetivo principal foi a defesa da classe em todas as instâncias, principalmente nos casos de ataques aos magistrados, seja no campo individual, seja no coletivo.

Durante sua gestão frente a Amamsul, qual foi ou quais foram as maiores dificuldades encontradas?

A maior dificuldade ocorreu no início da gestão, em razão do atraso no pagamento dos magistrados, decorrente da dificuldade financeira do governo anterior e do período de transição do governo atual.

Na época, qual a maior conquista obtida pela entidade em favor dos associados?

A equiparação dos vencimentos dos magistrados estaduais à política salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Quem abraça a carreira da magistratura geralmente é avesso à política. Como o Sr. fez para conciliar os problemas políticos inerentes a toda Entidade de classe?

Os problemas políticos inerentes da classe foram administrados com bom senso e serenidade, sempre ouvindo as partes interessadas.

Dependendo da gravidade da situação, procurei sempre ouvir os magistrados mais antigos e também os ex-presidentes.

Os políticos brasileiros sempre acham que em apenas quatro anos de mandato não dá para fazer muita coisa. O que o Sr. gostaria de ter feito para a Associação, mas devido ao curto mandato de dois anos, não houve tempo?

Gostaria de ter promovido um curso de mestrado exclu-



Naturalidade: Fortaleza – Ceará

Formação:

Oficial R/2 do Exército – CPOR - Curso Preparatório de Oficiais do Exército em Fortaleza, em 1970;

Formado em Direito pela FUCMT em 1975;

Bacharel em Administração de Empresas, pela FUCMT/1978;

Especialização em Metodologia do Ensino Superior – UNESP/1981

Carreira Profissional:

Advogado e Procurador do INSS de 1981 a 1984;

Em 1984 ingressou na Magistratura de Mato Grosso do Sul, através de concurso público e atuou como Juiz de Direito nas Comarcas de Porto Murtinho, Itaporã, Corumbá e Campo Grande. Atualmente é juiz titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Campo Grande.

18-maio-2000:

Foi criado o Colégio de Corregedores de Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil. Os corregedores de todo o país reunidos em São Luiz no Maranhão, escolheram o Des. Rubens Bossay para ser o primeiro presidente.

09-junho-2000:

o Procurador de Justiça João Batista da Costa Marques é empossado Desembargador

para ocupar a vaga do Des. Nelson Mendes Fontoura que se aposentou.

Novembro de 2000:

No XXI concurso para Juiz Substituto foram aprovados: Alexandre Tsuyoshi Ito, Eucélia Moreira Cassal, Fernanda Martins de Souza, José Rubens Senefonte, May Melke Amaral Penteadó, Márcio Alexandre Wust e Wilson Leite Corrêa.



JUIZ FRANCISCO GERARDO DE SOUZA



sivo para magistrados, em convênio com a Escola Superior da Magistratura e uma Universidade. Chegou a ser firmado um convênio de intercâmbio cultural com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mas não houve tempo hábil para a implementação de nenhum evento constante no projeto.

Existe algum fato, acontecimento ou algum personagem, durante sua gestão, que o Sr. gostaria de destacar?

Gostaria de destacar o apoio irrestrito dos presidentes do Tribunal de Justiça à época (Desembargadores Nildo de Carvalho e Rêmolo Letteriello), bem como dos demais associados, cuja circunstância permitiu uma gestão harmoniosa sem nenhum incidente que comporte relevância.



Fevereiro 2002:

É empossado ouvidor judiciário de Mato Grosso do Sul, Des. Rêmolo Letteriello, ex-presidente do Tribunal de Justiça.

Março de 2001:

XII concurso para Juiz Substituto : Jaqueline Machado, Márcio Rogério Alves, Rubens Witzel Filho e Simone Bakamatsu.



Uma definição da importância da Associação como:
*Fator de integração de magistrados;
 Veículo de reivindicações de classe;
 Referência ética e moral da sociedade.*

A AMAMSUL representa, no Estado, uma das principais entidades de classe, com projeção em todos os segmentos da sociedade.

Em todos os grandes eventos da sociedade reivindica-se o patrocínio ou o apoio da Amamsul, mercê de sua importância como entidade classista e cultural (Esmagis - Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul).

No pertencente à classe, destaca-se tanto no caso de reivindicação própria da Magistratura, como elemento aglutinador dos juízes.

O que o Sr. espera da Amamsul com vistas ao futuro da Associação e dos associados?

Espero para que a AMAMSUL tenha como objetivo principal a defesa dos interesses e prerrogativas da classe, finalidade principal de sua constituição.



1999-2000: Diretoria do Tribunal de Justiça: Des. Rêmolo Letteriello (Presidente), Des. Luiz Carlos Santini (Vice-Presidente) e Des. Elpidio Helvécio Chaves Martins (Corregedor Geral de Justiça).

Agosto de 2001: XXIII concurso para Juiz Substituto: Ana Carolina F. B. da Silva, Atilio C. de Oliveira Júnior, Caio Márcio de Britto, Francisco V. de Andrade Neto, Larissa Castilho da Silva, Liliana de Oliveira Monteiro, Marcelo Ivo de Oliveira, Patrícia Kelling, Roberto Ferreira Filho, Rogério Ursi Ventura, Saskia E. S. de Oliveira, Thiago Nagasawa Tanaka e Waldir Peixoto Barbosa.

Como foi sua administração na Associação que congrega os Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL, no biênio 2001-02?

A nossa administração, no biênio 2000-2002, foi marcada pelo início de mudança de rumo. Estabeleceu-se uma visão direcionada às questões institucionais de interesse da magistratura e do Poder Judiciário como um todo, sem que se deixasse de dar atenção ao magistrado como razão da existência da associação.

Durante sua gestão frente a Amamsul, qual foi ou quais foram as maiores dificuldades encontradas?

As maiores dificuldades encontradas foram exatamente na esfera das mudanças, pois quando se pretende implantar novos caminhos, visando uma administração integralizada, houve resistência de alguns, no entanto, no cômputo geral prevaleceu o entendimento e a visão da maioria de que a associação necessitava de uma união direcionada ao bem comum e não de alguns.

Na época, qual a maior conquista obtida pela entidade em favor dos associados?

Na nossa administração, a grande conquista foi a aproximação da associação a todos os magistrados, de forma indistinta, procurando estar atenta a todos os problemas enfrentados pelos associados, especialmente aqueles no interior que ficam distantes do dia-a-dia das atividades da associação. A par disso, houve grande alargamento nas relações da associação com outras associações e entidades, culminando com a participação importante em questões institucionais, como a aprovação da emenda constitucional que pôs fim ao nepotismo em nosso Estado, servindo de parâmetro para outros estados.

Quem abraça a carreira da magistratura geralmente é avesso à política. Como o Sr. fez para conciliar os problemas políticos inerentes a toda entidade de classe?



Data Nascimento: 10/03/50 em São Luiz Gonzaga – RS
Carreira Profissional: Exerceu as funções de Atendente, Escrevente, Escrivão Substituto e Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais no Estado do Rio Grande do Sul. Depois foi aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Pretor (juiz temporário) no Rio Grande do Sul, onde exerceu até ser aprovado no concurso para Juiz de Direito, em 1987, no Estado de Mato Grosso do Sul. Aqui, assumiu em 10.09.87, exercendo as funções de Juiz Substituto em Campo Grande e Dourados. Após, foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Bandeirantes, de 1ª entrância. Depois, promovido, por merecimento, para a Comarca de Coxim de 2ª entrância e para Campo Grande, de entrância especial, por antiguidade, onde exerce as funções na 4ª Civil Residual.

Quem assume a presidência de uma associação de classe tem que ter a consciência de que exerce, também, uma atividade de âmbito político-institucional e, assim, tem que enfrentar todas as questões, inclusive na esfera política e penso que tivemos desempenho satisfatório



2002: XXIV concurso para Juiz Substituto: Adriana Lampert, Alessandro Carlo Meliso Rodrigues, Alessandro Leite Pereira, Aline Beatriz de Oliveira, Bonifácio Hugo Rauch, Cássio Roberto dos Santos, César de Souza Lima, Deni Luis Dalla Riva, Jorge Tadashi Kuramoto, José de Andrade Neto, José Henrique Kaster Franco, Larissa Ditzel Cordeiro Amaral, Luciane

JUIZ LUIZ GONZAGA MENDES MARQUES

também nessa área, mantendo bom relacionamento com os poderes e instituição.

Os políticos brasileiros sempre acham que em apenas quatro anos de mandato não dá para fazer muita coisa. O que o Sr. gostaria de ter feito para a Associação sua, devido ao curto mandato de dois anos, não houve tempo?

Realmente, em dois anos é difícil conseguir realizar tudo o que pensa, pois no início passamos aprendendo a administrar, tomando conhecimento de todos os problemas para somente depois começar a aplicar efetivamente as metas de administração, mas geralmente não se consegue a realização total, até porque sempre administramos com dificuldades financeiras. No entanto, devemos fazer o possível, nesse período, e deixar que os demais colegas tenham a oportunidade de também contribuir, exercendo mandatos iguais.

Existe algum fato, acontecimento ou algum personagem, durante sua gestão, que o Sr. gostaria de destacar?

Não há um fato ou personagem específico a ser destacado durante a nossa gestão. Foram muitos fatos relevantes e muitos personagens que se destacaram algum correr-se-ia o risco de cometer injustiças. Muitos foram os colegas que nos ajudaram, sem os quais não seria possível administrar, e, em razão disso, resultaram em muitos fatos importantes, tanto no âmbito de integração e realizações no campo institucional, como os já mencionados.

Uma definição da importância da Associação como:

Fator de integração de magistrados;

Veículo de reivindicações de classe;

Referência ética e moral da sociedade.

A associação é relevante como fator de integração de magistrados, de reivindicações e de referência ética e moral da sociedade, pois é por meio dela que os magis-



Almoço de confraternização de final de ano

trados podem fazer suas manifestações, buscar seu fortalecimento e defender junto à sociedade os valores éticos e morais, como a base da existência do próprio poder judiciário.

O que o Sr. espera da Amamsul com vistas ao futuro da Associação e dos Associados?

Esperamos, com muita fé, que a nossa associação tenha assumido uma postura firme, de independência, não só interna como externa, e que, com isso, possa crescer cada vez mais para que a magistratura tenha condições de enfrentar todas as dificuldades, visando um judiciário forte, democrático e transparente.

2001-02: Diretoria do Tribunal de Justiça: Des. José Augusto de Souza (Presidente), Des. Carlos Stephanini (Vice-Presidente) e Des. Josué de Oliveira (Corregedor Geral de Justiça).

Buriasco de Oliveira, Luiz
Alberto de Moura Filho, Luiz
Felipe Medeiros Vieira, Marcel
Henry Batista de Arruda,
Marcus Vinicius de Oliveira
Elias, Mario José Esbalqueiro
Junior, Marli Miyuki
Miyashita, Mauro Nering
Karloh, Paulinne Simões de
Souza Arruda, Renato
Antonio de Liberali,
Rosângela Alves de Lima
Fávero e Sílvio César do Prado.





Amamsul ontem: Onde tudo começou.



SEDE DE CAMPO GRANDE



Salão social; obra iniciada na gestão do Des. José Ruzkallah, concluída na gestão do Des. João Maria Lôs, reformada pelo presidente juiz Francisco Gerardo de Souza e ampliada na gestão do juiz Lutz Gonzaga Mendes Marques.



Em uma área de mais de 52.000 m², a Amamsul possui as seguintes benfeitorias: 2 hotéis de trânsito, com capacidade para 100 leitos; 2 campos de futebol com iluminação; quadras de tênis, volei, futebol de salão, basquete e squash; piscinas adulto e infantil; saunas, salas de massagem e de ginástica equipadas com aparelhos; 2 bares e restaurantes; churrasqueiras; amplo salão de festas, estacionamento e uma extensa área de vegetação arborizada.

AMAMSUL HOJE: DOURADOS



Amamsul ontem: Sede Dourados.



A construção da subsede de Dourados teve início em 1989, na administração do Des. José Augusto de Souza, e como coordenador regional o juiz Tenir Miranda.

A primeira fase foi inaugurada em 25 de novembro de 1994, na administração do Des. Rubens Bergonzi Bossay, sendo coordenador o juiz Dirival Moreira dos Santos.

A área de lazer, é constituída de um salão com churrasqueira, sauna, piscina e campo de futebol, foi inaugurada do dia 14 de novembro de 1998, na presidência do juiz Ruy Celso Barbosa Florence



AMAMSUL HOJE: COXIM



Amamsul ontem: Sub-sede Coxim.



criação da ESMAGIS



Às 10 h da manhã do dia 6 de março de 1985, a Diretoria da Amamsul reuniu-se extraordinariamente, na sede da entidade, no sétimo andar do fórum de Campo Grande, na Av. 31 de março, (hoje Fernando Correia da Costa), convocada pelo presidente da Associação, Des. José Rizkallah, a fim de decidir sobre a criação da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul.

Presente à reunião estava o Des. Cristovam Daiello Moreira, da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul, que expôs sobre o funcionamento, com êxito, da Escola em seu Estado. Daiello forneceu idéias e material para criação da Escola em Mato Grosso do Sul, acrescentando que o Tribunal de Justiça Gaúcho aprovou e oficializou, através de Resolução, os cursos lá ministrados.

Encerrada as discussões, após a manifestação dos presentes (Des. José Rizkallah – Presidente,



Des. Humberto Teodoro Júnior, do TJMG, professor da Faculdade de Direito Milton Campos ministrou o 2º curso para os juizes.

Des. Leão Neto do Carmo, juizes João Carlos Brandes Garcia, Gilberto de Castro, Marco Antônio Cândia, Rêmolo Letteriello, Rubens Bergonzi Bossay, José Augusto de Souza, Pantaleão Blanc Rinaldi e Nildo de Carvalho – Secretário) e submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, a re-



Adraldo Fabrício ministra o 1º curso de aperfeiçoamento para os Magistrados de Mato Grosso do Sul



Juizes alunos do 1º curso promovido pela ESMA (hoje Esmagis).

ESMAGIS



A mesa formada na inauguração do auditório da Esmagis.



O auditório da Esmagis quando da sua inauguração.

solução número 01/85, que criou a Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul.

No dia seguinte à criação da ESMA, hoje Esmagis, na sala de sessões Plenárias do Tribunal de Justiça, no Edifício Kosmos, situado na rua Cândido Mariano Rondon, em sessão solene contando com as maiores autoridades do Estado, foi oficialmente instalada a Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul.

Em 31 de maio do mesmo ano, o Diário Oficial, de nº 1582, publicava a Resolução do Tribunal de Justiça, datada de 28 de maio, de número 42/85, oficializando a Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul.

O primeiro curso destinado aos magistrados de Mato Grosso do Sul foi realizado nos dias 27 e 28 de setembro de 1985, ministrado pelo renomado professor Adroaldo Fabrício, livre docente no Rio Grande do Sul, que enfocou o tema "Posse e Ações Possessórias", com ótimo aproveitamento dos 32

juízes participantes. Em seguida, foi patrocinado o segundo Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados, ministrado pelo Professor Humberto Theodoro Júnior, da Faculdade de Direito Milton Campos e Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que tratou do tema "O Processo de Execução". A exemplo do primeiro curso, houve também a participação dos alunos matriculados no I Curso de Preparação à Magistratura.

Nesses dezoito anos de atividades, a Esmagis já promoveu mais de 130 eventos educativos. Foram ministrados cursos de iniciação para novos juízes a todas as turmas que ingressaram na Magistratura Sul-Mato-Grossense. Pioneira no ensino continuado, a Esmagis promoveu em todos os anos, desde sua criação, cursos de Preparação à Magistratura, para bacharéis em Direito. Também, foram realizados alguns destes cursos, na cidade de Dou- rados.



O diretor geral da Esmagis Des. Horácio Wanderley Pithan e o Padre José Marinoni, reitor da Universidade Católica Dom Bosco, assinam o convênio do curso de Especialização em Direito do Estado e das Relações Sociais.



Composição da mesa para entrega de diploma do 1º Curso de Pós-Graduação em Direito e Antropologia Filosófica, promovido pela Esmagis em convênio com a UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. Da esquerda, juiz Marco André Nogueira Hanson, o substituto do reitor Pedro Chaves, Horácio Wanderley Pithan, Des. Jorge Eustácio da Silva Frias e o Professor Benjamin, coordenador da Escola da Magistratura.

Inúmeras palestras, seminários e debates foram implementados pela Esmagis durante esse período. Dentre eles, destaca-se o "I Curso Judiciário para a Imprensa", realizado em parceria com a Amamsul e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul. O curso, com dez aulas ministradas por juízes e professores da Escola, contou com a participação de 60 jornalistas. Sua formatação serviu de modelo para várias associações de Magistrados.



O juiz Dorival Moreira dos Santos, recebe seu diploma de pós-graduação entregue pelo juiz Marco André Nogueira Hanson.

Em 18 de dezembro de 2002, a Esmagis e a UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, firmaram convênio para realização do Curso de Especialização do Direito do Estado e das Relações Sociais. Destina-se a alunos e ex-alunos da Esmagis e a Magistrados que já fizeram o Curso de Preparação à Magistratura.

Finalizando, no dia 9 de maio deste ano, a Esmagis e a Uniderp- Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal fizeram a entrega dos certificados aos juízes concluintes do primeiro Curso de Pós-Graduação em Direito e Antropologia Filosófica, realizado em parceria com as duas instituições.

Juízes pós-graduados pela Esmagis/UNIDERP

Juízes Amaury da Silva Kuklinsky, Antônio Carlos Neres da Lima, Ariovaldo Nantes Corrêa, Daniel Della Mea Ribeiro, Dileta Terezinha de Souza Thomaz, Dorival Moreira Dos Santos, Edna Regina Batista Nunes da Cunha, Joselita Alessandra Vanzela Turine, Katy Braun do Prado, Marcelo Andrade Campos da Silva, Maria Izabel de Matos Rocha, Mariel Cavalin dos Santos Gomes, Romero Osme Dias Lopes, Rosângela Lieko Kato e Zidiel Infantino Coutinho.



A juíza Maria Izabel de Matos Rocha, recebe seu diploma de pós-graduação entregue pelo Des. Jorge Eustácio da Silva Frias.

ESMAGIS



"Uma biblioteca não é um local para visitar de passagem. É um local onde se deve voltar mais vezes, mais e mais."

"Se você tem dinheiro suficiente apenas para construir uma sinagoga, ou uma escola, você deve primeiro construir a escola. Rezar, você pode rezar em qualquer lugar. Agora, a escola é imprescindível", diz a tradição judaica.

Foi isso que o Des. Rêmolo Letteriello fez quando Diretor-Geral da Esmagis. O que a Escola possuía dava apenas para construir um pequeno salão social, ou coisa assim. Mas, o Desembargador visualizava uma Escola de verdade. Foi avante em seu intento. Conseguiu patrocínios e a colaboração dos magistrados. A Amamsul cedeu uma área de 10.000 m² de terreno de sua sede social. Começou a construção da primeira fase do projeto. O Plenário da Esmagis teve sua base lançada em 1996. Foi concluído e inaugurado no dia 11 de abril de 1997.

Com 420 m² de área construída e capacidade para 240 lugares, contando com equipamentos de última geração em audiovisuais, o empreendimento faz parte da primeira fase da edificação da sede própria da escola.

Quando da inauguração, o Des. Rêmolo destacou: "Aqui, o sonho fez-se alicerce, virou parede, transformou-se em mesas, poltronas e recursos audiovisuais. O sonho de poucos, com a colaboração de muitos, tornou-se realidade, com o coroamento de quase doze anos de trabalho profícuo em prol da educação jurídica".

Hoje a Esmagis está consolidada. No Estado, é respeitada pela seriedade, nível e pioneirismo de seus cursos;



"Nossa biblioteca, está-se sempre silenciosa - não apenas para não perturbar os vizinhos, mas porque... porque não se levanta a voz num santuário."

no País, é a primeira na educação continuada; e, na América Latina, nos conteúdos que ministra, privilegiando cursos de formação humanística e filosófica, com resultados constatáveis.

A Esmagis construiu seu auditório numa área de 10.000 m², cedida pela Amamsul, ao lado de sua sede campestre, em Campo Grande.

O projeto prevê uma área construída de 1.600 m², onde além do auditório, terá seis salas de aulas, biblioteca, salas de administração e central de ar-condicionado, além de outras dependências.

A biblioteca da Esmagis, implantada em 1999, conta com mais de 2.800 livros, além de vários títulos de periódicos nacionais, e continua em processo de atualização de seu acervo. A videoteca conta com mais de 120 títulos, na maioria com palestras e cursos ministrados na Escola. O objetivo da biblioteca e da videoteca é o de melhorar as condições de estudo dos alunos, ex-alunos, professores e funcionários do Judiciário.

A Esmagis conta com duas salas de aula no Fórum de Campo Grande, com capacidade para 160 alunos, e uma na cidade de Dourados, para 60 alunos, onde o curso de Preparação à Magistratura também é oferecido.

A Esmagis, ao mesmo tempo em que desenvolve cursos (até de pós-graduação) para os Magistrados, mantém o Curso de Preparação à Magistratura, aumentando significativamente o desempenho de seus alunos nos concursos para a Magistratura Estadual, registrando também expressivo número de aprovados em outros concursos da área jurídica.

Nesses 18 anos de enceno jurídico, a Esmagis orgulha-se de ter seus ex-alunos atuando nos Ministérios Públicos Estaduais, no Ministério Público Federal, na Justiça Trabalhista e na Justiça Federal, além das Procuradorias de vários órgãos estaduais e federais e Defensorias Públicas.



"Se a escola é um templo, a biblioteca é seu santuário."

Legenda: Elie Wiesel (Prêmio Nobel da Paz - 1986)

DIRETORIAS

Biênio 1985-86

Diretor-Geral: Desembargador Leão Neto do Carmo
Supervisor: Juiz Marco Antônio Cândia

Diretor-Geral: Juiz Marco Antônio Cândia
Supervisor: Juiz José Goulart Quirino



Biênio 1987-88

Diretor-Geral: Des. Jesus de Oliveira Sobrinho
Supervisor: Des. Rêmolo Letteriello
Assessor Especial: Prof. Hildebrando Campestrini

Diretor-Geral: Des. Nelson Mendes Fontoura
Dir. de Administração: Des. Rêmolo Letteriello
Dir. de Ensino: Prof. Hildebrando Campestrini



Biênio 1989-90

Diretor-Geral: Des. Rubens Bergonzi Bossay
Dir. de Administração: Juiz Aleixo Paraguassú Netto
Dir. de Administração: Juiz João Maria Lós
Dir. de Ensino: Prof. Hildebrando Campestrini



Biênio 1991-92

Diretor-Geral: Des. Hamilton Carli
Dir. de Administração: Des. João Carlos Brandes Garcia
Dir. de Ensino: Juiz Jorge Eustácio da Silva Frias
Dir. de Pesquisa: Juiz Ruy Celso Barbosa Florence



ESMAGIS

Biênio 1993-94

Diretor-Geral: Des. Rêmolo Letteriello
Dir. de Administração: Juiz Ruy Celso Barbosa Florence
Dir. de Ensino: Dr. Leonardo Nunes da Cunha
Dir. de Pesquisa: Juiz Marco André Nogueira Hanson

Biênio 1995-96

Diretor-Geral: Des. Rêmolo Letteriello
Dir. de Administração: Juiz Ruy Celso Barbosa Florence
Dir. de Ensino: Dr. Leonardo Nunes da Cunha
Dir. de Pesquisa: Juiz Marco André Nogueira Hanson

Biênio 1997-98

Diretor-Geral: Des. Rêmolo Letteriello
Dir. de Administração: Juiz Sideni Soncini Pimentel
Dir. de Ensino: Dr. José de Holanda Carneiro



Biênio 1999-2000

Diretor-Geral: Juiz Sideni Soncini Pimentel
Dir. de Administração: Juiz Marco André Nogueira Hanson
Dir. de Ensino: Juiz Wilson Bertelli
Dir. de Pesquisa: Juiz Dorival Renato Pavan



Biênio 2001-02

Diretor-Geral: Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
Dir. de Administração: Juiz Marco André Nogueira Hanson
Diretores de Ensino: Des. Horácio Vanderlei Nascimento Pithan e Dr. Newley Alexandre da Silva Amarilla
Dir. de Pesquisa: Des. Jorge Eustácio da Silva Frias



Biênio 2003-04

Diretor-Geral: Des. Horácio Vanderlei Nascimento Pithan
Dir. de Administração: Juiz Luiz Gonzaga M. Marques
Dir. de Ensino: Juiz Ruy Celso Barbosa Florence
Dir. de Pesquisa: Des. Marco Antônio Cândia
Dir. de Eventos: Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
Dir. Adjunto de Eventos: Juiz Carlos A. Garcete de Almeida



MAGISTRADOS CONTRIBUINTES

Abdala Abi Faraj
 Adão Alves Teixeira
 Ailton Stropa Garcia
 Alcécio Antônio Tarniozzo
 Alexandre Antunes da Silva
 Alexandre Berzosa Saliba
 Alexandre Branco Pucci
 Alexandre C. Leite
 Aluizio Pereira dos Santos
 Amando de Lima
 Amary da S. Kuklinski
 Aparecida H. Barbosa
 Ariovaldo Nantes Corrêa
 Atapoã da Costa Feliz
 Athayde Nery de Freitas
 Carlos Alberto R Souza
 Carlos Alberto R. Gonçalves
 Carlos Ismar Baraldi
 Carlos Stephanini
 Celso Antônio S. Santos
 Claudionor Miguel Abss Duarte
 Cleber José C. Barbosa
 Crescentino Sisti
 Dagma Paulino dos Reis
 Danilo Burn
 Dáirion Leão Lino
 Dileta Terezinha S. Thomaz
 Divoncir S. Maran
 Djalson de Souza
 Dorival Moreira dos Santos
 Dorival Renato Pavan
 Edson E. R. Portes
 Eduardo Magrinelli Júnior
 Eduardo M. Rocha
 Eliane de Fr. Lima Vicente
 Elizabeth Anache
 Elizabeth Tac Kinashi
 Elizabeth Rosa Baisch
 Elpídio Helvécio Chaves Martins
 Emerson Cafure
 Expedito de R Brunello
 Fernando Paes de Campos
 Fernando M. Moreira Marinho
 Flávio Saad Peron
 Francisco Gerardo de Sousa
 Frederico Farias de Miranda
 Geraldo de Almeida Santiago
 Geraldo de Carvalho
 Gerval Bernardino de Souza
 Hamilton Carli
 Hélio Santos Rocha
 Hermenegildo Vieira da Silva
 Higa Nabukatsu
 Ivo Salgado da Rocha
 Jackson Aquino de Araújo
 Jairo Luiz de Quadros
 Jairo Roberto de Quadros
 Jesus de O. Sobrinho
 João Bosco R. Monteiro
 João Mathias Filho
 João Rosa Lima
 Joenildo de Sousa Chaves
 Jonas Hass S. Júnior
 Jorge E. Silva Frias
 José Ale Ahmad Netto
 José Augusto de Souza
 José Benedito Figueiredo



1996: Início das obras da construção do plenário da Esmagis.



O Diretor Geral da Esmagis, Des. Rêmolo Letterieño, de frente, e o presidente da Amansul, juiz Ruy Celso Barbosa Florence, vistoriam a construção do auditório da Escola.

PARA A CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO



Aqui - o sonho fez-se alicerce, virou parede, transformou-se em mesa, poltronas, recursos audiovisuais...



...o sonho de poucos, com a colaboração de muitos, tornou-se o auditório da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul,...



...inaugurado em 11 de abril de 1997.

José Berlangue Andrade
 José Carlos de Souza
 José Domingues Filho
 José Eduardo N. Meneghelli
 José Gomes da Silva
 José H. Neiva de C. Silva
 José Nunes da Cunha
 José Paulo Cinoti
 José Rizkallah
 Josué de Oliveira
 Joviano de R. C. Caiado
 Jozone Pedrozo de Camargo
 Juarez Mancini
 Julizar Barbosa Trindade
 Jurandir Rodrigues Brito
 Leni Rocha Menegazzo
 Lúcio Raimundo da Silveira
 Luiz Antônio C. de Almeida
 Luiz Carlos de Souza Ataíde
 Luiz Carlos S. Rodrigues
 Luiz Cláudio B. da Silva
 Luiz Gonzaga M. Marques
 Luiz Roberto Pires
 Manoel Mendes Carli
 Manoel Veludo Teixeira
 Marcelo Câmara Rasselan
 Marco André N. Hansson
 Marco Antônio Cândia
 Marcos A. Sanches
 Marcos José de B. Rodrigues
 Maria Izabel M. Rocha
 Maria Lúcia E. Arruda Brasil
 Marilza Lúcia Fortes
 Mario Eduardo H. Abelha
 Mauro José Capelari
 Nélio Stábile
 Nelson Mendes Fontoura
 Nildo de Carvalho
 Odemilson Roberto C. Fassa
 Oswaldo Ramanzini
 Paschoal Carmello Leandro
 Paulo Alfeu Puccinelli
 Paulo César Pereira da Silva
 Paulo Rodrigues
 Pedro Pereira dos Santos
 Raul José Roveda
 Rêmolo Letteriello
 Ricardo César C. Galbiati
 Roberto Lemos dos Santos
 Romero Osme Dias Lopes
 Rubens Bergonzi Bossay
 Rui Garcia Dias
 Ruy Celso Barbosa Florence
 Sandra Regina da S. Ribeiro
 Sebastião Lino Simão
 Sideni Soncini Pimentel
 Sílvio Ap. Barbeta
 Sydney Nunes Leite
 Tenir Miranda
 Valter José R. Contrera
 Vilson Bertelli
 Vítor Luiz O. Guibo
 Wagner Mansur Saad
 Waldir Marques
 Wilber José Palazzo
 Zaloor Murat M. Souza

CURSOS PATROCINADOS PELA ESMAGIS



Desembargador Jesus de Oliveira Sobrinho na abertura do primeiro curso de Preparação de Magistrados, promovido pela ESMA (hoje Esmagis), setembro de 1985.

1985

1º CURSO DE PREPARAÇÃO À MAGISTRATURA - NÍVEL I

Data: 02 de setembro de 1985 a 07 de março de 1986

Matérias: Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Penal, Filosofia do Direito e Sociologia Jurídica.

Número de inscitos: 43 (quarenta e três)

1º CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA JUÍZES

Temário: Ações possessórias

Professor: Adroaldo Furtado Fabricio (RS)

Data: 27 e 28 de setembro de 1985.

Duração: 16 horas/aula

Juízes participantes: 32 (trinta e dois)

2º CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA JUÍZES

Temário: Processo de Execução

Professor: Des. Humberto Theodoro Júnior (MG)

Data: 18 e 19 de outubro de 1985

Duração: 16 horas/aula

Palestras: Deontologia Forense (Des. Leão Neto do Carmo).

Sentença Criminal (Des. Jesus de Oliveira Sobrinho).

Sentença Cível (Des. Marco Antonio Cândia).

Juízes participantes: 03 (três)

3º CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA JUÍZES

Temário: Aspectos Gerais da Reforma Penal

Professores: Juízes James Tubenschlaek e Nagib Slaibe (RJ)

Data: 28 de fevereiro e 01 de março de 1986

Duração: 16 horas/aula

Juízes participantes: 36 (trinta e seis)



Juiz Ari Giachini tira dúvidas durante curso.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICA E PREPARAÇÃO À MAGISTRATURA - NÍVEL II

Data: 20 de março de 1986 a 07 de julho de 1986

Matérias: Direito Comercial, Direito Constitucional/Eleitoral, Direito Administrativo/Tributário, Processo Penal, Processo Civil, Direito Civil e Direito Penal.

Número de inscitos: 58 (cinquenta e oito)

4º CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA JUÍZES

Temário: Resposta do Réu - Recursos - Mandado de Segurança - Teoria Geral da Prova.

Professores: Drs. Sérgio Rzzi e João Batista Lopes (SP)

Data: 08 e 09 de agosto de 1986

Duração: 16 horas/aula

Juízes participantes: 41 (quarenta e um)

5º CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA JUÍZES

Temário: Medidas Cautelares - Aplicação e Execução das Penas - Nulidades Processuais - Competência.

Professor: Dr. Vicente Greco Filho (SP)

Data: 24 e 25 de outubro de 1986

Duração: 16 horas/aula

Juízes participantes: 32 (trinta e dois)

1987

6º CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS

Temário: Processo Cautelar

Professores: Des. Humberto Theodoro Júnior (MG) e Dr. Ovídio Batista da Silva (RS) (...)



Plenário da Esmagis: Jornalistas na entrega dos diplomas do Curso Judiciário-Imprensa.



Dra. Mariza Lucia Fortes, Vice-Presidente da Amamsul (1997-98), recebe os formandos para um coquetel no salão social da Associação.

ESMAGIS



Juizes que entraram para a Magistratura no último concurso (XXIV) assistem a primeira aula do "Curso de Preparação para Novos Juizes".

(...)

Dr. Paulo Rodrigues – "Juizados Especiais – Competência em face da Lei 10.259 de 12.07.01".

Dr. Dorival Renato Pavan – "Execução"
Nº de participantes: 60 (Juizes e Desembargadores).
Duração: 8 horas.

4º ENCONTRO DE JUÍZES – BONITO, MS.

Data: 07 e 09 de novembro de 2002.

Palestrantes/Temas: Dr. Marco A. Cândia – "A Reforma da Reforma",
Dr. Júlio César Souza Rodrigues – "Reflexões sobre a Lei [0.444/02 – Alterações no Processo de Execução".

Des. João Maria Lós – "O Novo Código Civil".

Dr. Júlio Roberto Siqueira Cardoso – "A Proliferação dos Embargos Declaratórios no Âmbito dos Juizados Especiais"
Nº de participantes: 108 (Juizes e Desembargadores).

Duração: 8 horas.

2003

CURSO DE PREPARAÇÃO À MAGISTRATURA.

Data: 10 de fevereiro a 12 de dezembro de 2003.

Matérias: 1ª fase: Introdução à Ciência do Direito, D.

Constitucional, Teoria Geral do Processo, Filosofia do Direito e Lógica Forense, Direito Civil I (Parte Geral), Direito Penal I (Parte Geral), Direito Eleitoral e Organização Judiciária e Deontologia;

2ª fase: Direito Civil (Obrigações, Direitos Reais, Família e Sucessões); D. Processual Civil (Processo de Conhecimento, Processo de Execução, Cautelar/Procedimentos Especiais), D.

Penal II (Parte Especial), D. Processual Penal, D. Comercial/ Empresas, D. Administrativo, D. Tributário, Direito Ambiental/



Dr. Francisco José Cahali, ao lado do Des. Claudionor Miguel Abs Duarte, Diretor da Esmagis, faz a palestra "O Direito de Família à luz do novo Código Civil".



Consumidor e Técnicas da Judicatura.

Participantes: 150 inscritos.

Duração: 750 h/a.

Convênio com a Universidade Católica Dom Bosco para fornecer o título de especialista a cem alunos, sendo 50 vagas para alunos de 2003 e 50 ex-alunos.

2º ENCONTRO SOBRE EXECUÇÃO PENAL.

Data: 29, 30 e 31 de maio de 2003.

Organização: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul e Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul.

Participação especial: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul.

Palestrantes/Temas: Dr. José Raul Gavião de Almeida, Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça de São Paulo/Questões atuais da Execução Penal; Dr. Dagoberto Nogueira Filho, Secretário de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul/Perspectivas da Execução Penal no Estado de MS.

Foi feito um panorama da Execução Penal no Estado de MS, com a participação de membros da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de MS, tendo como mediador o Juiz de Direito da Vara de Execução Penal desta Capital, Dr. Francisco Gerardo de Souza. Apresentação da uniformização de procedimentos na Execução Penal, pelo Dr. Belmiros Soles Ribeiro, Promotor de Justiça da Vara de Execução Penal de Campo Grande.

Discussão e votação das propostas, com a elaboração da Carta de Encontro.

Participantes: Juizes das Varas de Execução Penal deste Estado.



Primeiro Encontro Brasileiro de Desburocratização dos Serviços Judiciários realizado em Campo Grande nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1985, patrocinado pela Amansul e a Esmagis.

AMAMSUL: TIME DE CAMPEÕES

Nos Campeonatos de Futebol do Centro-Oeste organizados pela Diretoria de Esportes da AMB, a Amamsul participou em todas as modalidades.



Encontros da Magistrado do Gênero: Outubro de 27 & 29 • Agosto • 63 • Campo Grande • MS

Na Categoria Livre (jogadores com menos de 35 anos), foram disputados 12 campeonatos. Desde 1992, a Amamsul foi campeã uma vez em 1993, e duas vezes vice-campeã, em 1994 e 1998. A Amamsul sediou três vezes o campeonato: uma em 1993, outra em 1997 e em 2001.



Amamsul ontem: o selecionado "Thémis" disputando amistosa na cidade de Nova Andradina - MS.



Na Categoria Máster (acima de 35 anos), foram realizados oito campeonatos desde 1996. A Amamsul é hexa-campeã e duas vezes vice-campeã.

Nos quatro campeonatos da categoria sênior (atletas com mais de 48 anos), a Amamsul sagrou-se campeã duas vezes e ficou com o vice-campeonato outras duas vezes. Nos Campeonatos Nacionais promovidos pela AMB, o selecionado da Amamsul não ganhou nenhum jogo.



FUTEBOL



Amamsul sedia o VII Campeonato Brasileiro de Magistrados categoria Master, disputando o troféu Des. Rêmolo Letteriello que foi conferido pela Diretoria de Esportes da AMB. Participantes: Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Bahia, Piauí, Distrito Federal e Maranhão.

Na Categoria Livre participou apenas de um campeonato com uma vitória e duas derrotas. Na Categoria Sênior, nos campeonatos promovidos pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB a Amamsul obteve duas vitórias, dois empates e sofreu quatro derrotas.

Em 1999, sediou em Campo Grande o III Campeonato na Categoria Máster. Foi vice-campeã em 1997, no IV Campeonato realizado na Granja Comary (Centro de Treinamento Heleno Nunes) em Teresópolis - Rio de Janeiro. Participou dos sete campeonatos promovidos pela AMB. O campeonato de número sete foi sediado em Campo Grande.



Amamsul ontem: o selecionado "Thémis" composto de juizes e desembargadores, em sua maioria, manteve por mais de 6 anos, através de futebol e palestras, uma feliz convivência com os juizes do interior do Estado. Registra-se: 33 partidas disputadas, com 16 vitórias, 15 empates e 2 derrotas (subjídice)



O selecionado da Amamsul participa do 3º Campeonato Nacional de Futebol dos Magistrados na categoria Master - AMB-1996, realizado na Granja Comary (Centro de Treinamento Heleno Nunes) da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, Teresópolis - Rio de Janeiro.



DA CARTA CIRCULAR INFORMATIVA ATÉ A REVISTA

Romero Osme Dias Lopes*



Em janeiro de um mil novecentos setenta e nove, ano da instalação do então recém criado Estado de Mato Grosso do Sul, a AMAMSUL editava a sua Carta Circular Informativa que, dentre outras notícias destacava a realização do VII Congresso Brasileiro de Magistrados, que se realizaria aqui, construção de sua sede, curso de preparação à magistratura e a doação da área da futura colônia de férias em Coxim.

Pode-se destacar também, a preocupação da classe com o texto da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN – Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979), no encontro realizado em Goiânia, de 6 a 9 de dezembro de 1978.

Como se vê, muita coisa mudou até a presente data. O curso de preparação à magistratura é uma realidade, a sede cada vez mais se ampliando, a de Coxim idem. Nossas preocupações são de outra ordem, v.g. Reforma da Previdência, Reforma do Judiciário. Porém, a missão no espaço a mim destinado é a de fazer uma retrospectiva, como o próprio título da matéria indica, da primeira forma de comunicação escrita coletiva, até a atual revista. Não participei do início. Recorro ao arquivo do Desembargador Gilberto da Silva Castro e à minha memória, por ter sido Diretor de Comunicação e Editor Chefe dos jornais que se seguíam, por um período de mais de doze anos.

Retornando ao tempo, pois, como manda qualquer *memorabilia*, passemos ao número 03 do embrião, cuja fotografia pedi que ilustrasse a matéria, editada em outubro de 1981, ostentando ainda o título de Carta Circular Informativa. A anterior (maio de 1981) prometia ser mensal. Compreendem-se as dificuldades da época e que existem até hoje. Um dos primeiros redatores foi o Desembargador José Augusto de Souza, que continuou responsável por outros exemplares e modificações posteriores.

De formato bem reduzido, o que se seguiu foi o AMAMSUL Notícias, do qual dispomos de dois exemplares (setembro e outubro/85), nos quais consta como coor-

denador o Juiz José Goulart Quirino, onde já se anunciava a deliberação da diretoria para a criação de um boletim informativo, cujo primeiro número sairia em fevereiro de 1989. Na presidência da associação, o Desembargador José Augusto de Souza.

Até 1992 (ano IV, nº 38) o Boletim Informativo da AMAMSUL manteve sua estrutura básica, quadruplicando seu tamanho, pois passou das duas primeiras páginas (verso e anverso) até as oito páginas que ostentava. Deu destaque a entrevistas com membros do Poder Judiciário local (Desembargadores Nildo de Carvalho, Sérgio Martins Sobrinho, Marco Antonio Cândia, Rubens Bergonzi Bossay, etc...).

O mais longo foi o Jornal da AMAMSUL. O número 01 (março/93 – presidente da Amamsul Des. Rubens Bergonzi Bossay), além de inicialmente manter as oito páginas de seu antecessor, logo aumentou-as para doze, abrindo espaço para o encarte de quatro páginas destinado a ESMAGIS. Mantendo a idéia de registrar as opiniões e características dos membros da magistratura, continuou com a série de entrevistas e deu oportunidade a todos aqueles que quisessem e tivessem algo a dizer, respeitando-se um espaço próprio de jornal: artigos, preferencialmente curtos e atuais.

Partiu-se para entrevistas de âmbito nacional. Deve-se mencionar algumas: Zuenir Ventura, escritor e jornalista, Ministro Sepúlveda Pertence, Evandro Lins e Silva, Ada Pellegrini Grinover, Paulo de Barros Carvalho, José Souto Maior Borges, Sacha Calmon Navarro Coelho, Marcos Azambuja Castrioto (embaixador do Brasil na Argentina), advogado José Eduardo Greenhalgh, ex e então Procurador Geral da República Aristides Junqueira, etc.... etc....

O jornal continuou abrindo espaço para todos aqueles que tivessem algo a dizer (respeitando-se), mesmo aqueles que não pertenciam à magistratura. Publicamos artigos memoráveis de Paulo Coelho Machado (memorialista e escritor, que escreveu interessante artigo sobre a parceria pecuária com os índios Kadwéus), Eduar-



A COMUNICAÇÃO NOS 25 ANOS

do Machado Metello (escritor e advogado), Paulo Eduardo Cabral e Yara Penteado (sociólogo e antropóloga, respectivamente), e fizeram um trabalho de pesquisa sobre o suicídio entre os índios Kaiwa-Guarani), Leal de Queiroz (escritor e Secretário de Estado), Senador Mendes Canale, Carlos Alberto Giordano (Procurador de Justiça, numa bela reminiscência do “exílio” do ex-presidente Jânio Quadros, em Corumbá), dentre tantos. Jorginho Siufi (advogado) era um dos mais assíduos, juntamente com o da casa, desembargador Rui Garcia Dias.

Ajudou a preservar a memória do Estado, do Tribunal de Justiça, da Ordem dos Advogados (artigos sobre a divisão, “entrevista” com o Desembargador Leão Neto do Carmo, a biografia do primeiro advogado (João Vilasboas), do primeiro juiz de Campo Grande (Arlindo de Andrade, pernambucano, tomou posse em 12/05/1911 e permaneceu apenas dois meses no cargo. O primeiro julgamento pelo Tribunal do Júri foi realizado em 12/12/1912, presidido pelo



goiano Vicente Miguel da Silva Abreu, seu sucessor. Vale o registro: a primeira sessão em Paranaíba, ocorreu em 1865). Dedicou um número ao Mercosul, quando o assunto ainda era novidade na imprensa nacional, com artigos assinados por argentinos e uruguaios. E brasileiros, também. O Jornal da AMAMSUL, em seu encarte Jornal da Esmagis, escolhia certos temas e a eles dedicava a edição quase por inteiro, como, por exemplo, quando fez uma cobertura completa sobre o 14º Congresso Brasileiro de Magistrados, o I Encontro Brasileiro de Justiça Eleitoral, os Juizados Especiais, Cíveis e Criminais.

Por meio de uma compilação do livro do Desembargador Eliophar Serra (A Fascinante Natureza Humana), divulgou para o país (sic) a história/estória do “juiz de direito” Salvador Pacheco, o Pilantraço. Um aventureiro que “tomou posse” na comarca de Porto Murinho, despachou muito, pediu dinheiro emprestado outro tanto e se mandou. Preso, conseguiu fugir e posteriormente reme-



teu um telegrama endereçado ao promotor de justiça de Aquidauana (Eloi V. de Toledo), com os seguintes dizeres: “peço mil desculpas não poder comparecer à audiência que seria designada por esta desmoralizada justiça matogrossense. Ass.: Salvador Pacheco, Juiz de Direito”.

Foram vários aqueles que nos ajudaram a fazer o jornal: Jorge Eustácio da Silva Frias (desembargador), Nilton Agnaldo M. dos Santos (hoje desembargador federal do Tribunal Regional da 1ª Região), Ailton Stropa Garcia, Vilson Berteli, além dos inúmeros articulistas, inclusive magistrados aposentados, aos quais eram abertos espaços, costumeiramente. Juiz José Antônio de Castro, desembargador Jesus de Oliveira Sobrinho, dentre outros.

Com a chegada do Urtigão (jornalista Claudionor Domingues de Carvalho), o Jornal da AMAMSUL tomou outra feição. Atualmente, colorido e mais informativo, reduziu novamente o tamanho. Deixou de ter a periodicidade normal (já não a possuía mais), melhorando no aspecto visual, modernizando-se. Hoje, a cargo do colega Marcelo Câmara Rasslan, espera-se que tenha vida longa.

Por fim, em toda retrospectiva é comum esquecer-se de certos fatos ou pessoas, deixando de nominá-los. A estes, meus respeitos e desculpas. O culpado não é o espaço, nem o tempo, mas apenas a memória. A minha.

* Juiz da Vara de Execuções Fiscais do Estado.





A edição desta revista faz um agradecimento todo especial ao Professor Hildebrando Campestrini, grande historiador, sempre preocupado em preservar a memória de Mato Grosso do Sul, através de seus livros e artigos, e que nos autorizou a usar e abusar de suas obras.

Coluna do Tio Sansão

O juiz Romero Osme Dias Lopes, que por vários anos foi Diretor de Comunicação e Editor Chefe do Jornal da Amamsul, escreveu para esta edição comemorativa, dos 25 anos da Amamsul, a história da imprensa da Associação. Ele esqueceu, ou sua memória não permitiu, de falar sobre a Coluna do Sansão, produzida por ele e que fazia muito sucesso entre os leitores.

Com seu humor fino, às vezes picantes, servia de canal para os associados mandarem seus recados ou mostrar casos, ou causos, humorísticos acontecidos nas "Currutelas", expressão muito usada pelo Sansão. Como esta "historinha do Tio Sansão", publicada na primeira edição do Jornal da Amamsul, em março de 1993:

"O Tribunal de Justiça do Estado de AE (abaixo do Equador, onde não existe pecado), fez uma solenidade de inauguração de um pequeno jardim zoológico. Fruto do espírito ecológico e do empreendimento de seus membros, o parque abrigava várias espécies de animais em extinção. Mas, o que mais causava sucesso e sensação era um filhote de tartaruga, destes pequeninos, que mal cabe na palma da mão. Animal reconhecidamente longo vivo, chega a viver mais de cem anos.

Ao cortar a fita simbólica e inaugural da solenidade, o Presidente do Tribunal de Justiça discursando, com a pequena tartaruguinha nas mãos, proferiu as seguintes palavras:

- Neste momento maravilhoso de emoção e satisfação, só fico triste com um fato apenas: é que esses bichinhos lindos e engraçadinhos, quando a gente começa a aperfeiçoar-se com eles; quando a gente começa a pegar amor por eles, eles ficam velhos e morrem.

Por aí, pode-se ver a disposição do homem em se aposentar....

Expediente

Revista da Amamsul
Edição Especial 1º de julho de 2003

Presidente da Amamsul:

Juiz Marco André Nogueira Hanson

Diretor e Editor Chefe:

Juiz Marcelo Câmara Rasslan

Jornalista:

Claudionor D. de Carvalho – Reg. MTb. 088/MS
Redação, Diagramação e Fotografias

Editoração, Paginação e Arte-Final:

Aggil Publicidade Ltda.

Marcelo Volmer Mulatinho

Impressão:

AG Gráfica e Editora Ltda.

Amamsul – Associação dos Magistrados do Sul
Mato Grosso do Sul

Rua da Paz, 14 – Jardim dos Estados
PABX: (67) 382-0359 – Fax: (67) 324-4482
CEP 79.002-919 – Campo Grande – MS
e-mail: amamsul@terra.com.br

ARQUITETURA ORGANIZACIONAL



Assembléa Geral dos Sócios

Conselho Deliberativo

DAMEH

Diretoria Executiva

ESMAGIS

Administração

Diretoria de Departamentos

Diretoria Geral

Secretaria

Sede e Patrimônio

Diretoria de Ensino

Tesouraria

Eventos

Diretoria de Pesquisa

Esportes

Diretoria Administrativa

Imprensa e Editora

Diretoria de Eventos

Assuntos Institucionais e do Interior

Social

Aposentados

Informática





AMAMSUL - Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul
Rua da Paz, 14 - Bloco 2 - 3º Andar - CEP: 79002919 - Campo Grande - MS
PABX: (67) 382-0359 - Fax: (67) 324-4482 - E-mail: amamsul@terra.com.br

Dourados: (67) 422-9933 / 421-0211
Pesqueiro Coxim: (67) 9963-1197
Esmagis: Fone/Fax: (67) 384-1940